

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Raquel Siegel Barcellos

**PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO, COMO
INSTRUMENTO DE CURADORIA DIGITAL: UM ESTUDO DE
EQUIVALÊNCIAS ENTRE A NORMA ISAD(G) E O CONJUNTO DE
METADADOS DO ARGO**

Santa Maria, RS
2018

Raquel Siegel Barcellos

**PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO, COMO INSTRUMENTO
DE CURADORIA DIGITAL: UM ESTUDO DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE A NORMA
ISAD(G) E O CONJUNTO DE METADADOS DO ARGO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Flores

Coorientadora: Prof^a Dr^a. Gisele Vasconcelos Dziekaniak

Santa Maria, RS
2018

B235p Barcellos, Raquel Siegel
Perfil de aplicação acervo Judith Cortesão, como instrumento de curadoria digital : um estudo de equivalências entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo / Raquel Siegel Barcellos. – 2018. Santa Maria.
200 f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Flores
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Vasconcelos Dziekaniak

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Santa Maria, 2018.

1. Arquivologia. 2. Biblioteconomia. 3. Interoperabilidade. 4. Acervo pessoal. 5. Judith Cortesão. 6. Curadoria digital. I. Flores, Daniel. II. Dziekaniak, Gisele Vasconcelos. III. Título.

CDU

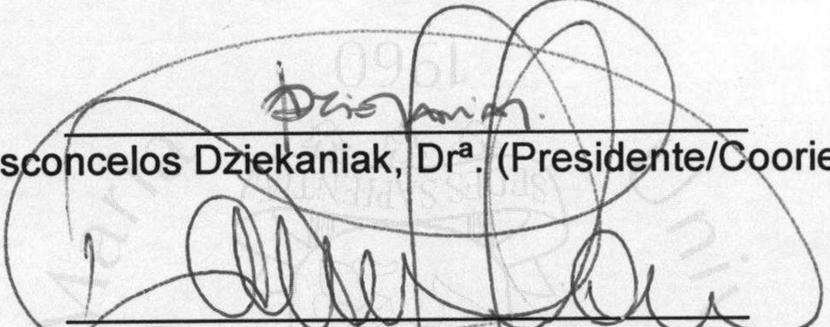
Catálogo na fonte: Bibliotecária Raquel Siegel Barcellos - CRB 10/2037

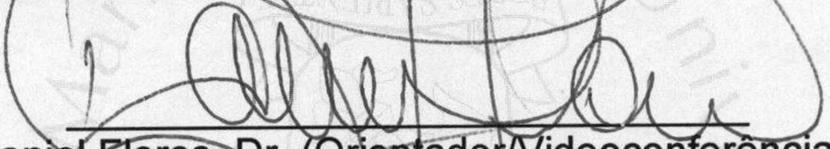
Raquel Siegel Barcellos

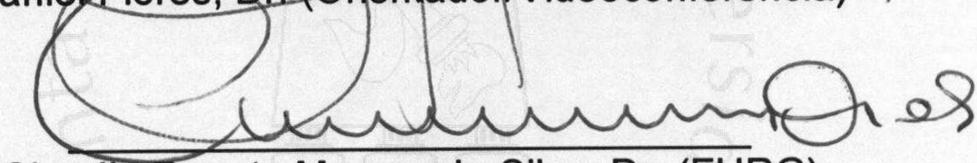
**PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO, COMO
INSTRUMENTO DE CURADORIA DIGITAL: UM ESTUDO DE
EQUIVALÊNCIAS ENTRE A NORMA ISAD(G) E O CONJUNTO DE
METADADOS DO ARGO**

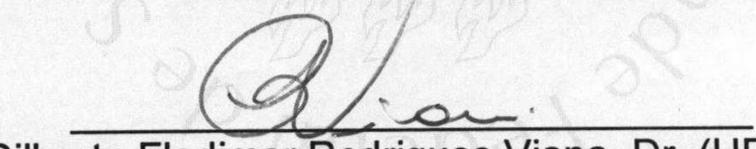
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

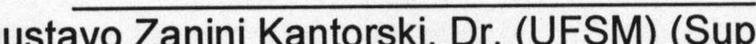
Aprovada em 21 de agosto de 2018:


Gisele Vasconcelos Dziekaniak, Dr^a. (Presidente/Coorientadora)


Daniel Flores, Dr. (Orientador/Videoconferência)


Claudio Renato Moraes da Silva, Dr. (FURG)


Gilberto Fladimar Rodrigues Viana, Dr. (UFSM)


Gustavo Zanini Kantorski, Dr. (UFSM) (Suplente)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

*A razão de todos os meus esforços meu
filho Bernardo.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tocante, e neste momento de conclusão de mais um ciclo repleto de dedicação, realizações e também de algumas frustrações e angústias tenho muito a quem e a quem agradecer. Dessa forma, agradeço em especial:

- ao meu orientador professor Daniel Flores, pelo modelo que é de profissional apaixonado e engajado com área de atuação, pelo compartilhamento de conhecimento, pela confiança, compreensão e carinho dispensados, pelo incentivo, entusiasmo e interesse pela pesquisa, enfim pela orientação humana;

- à minha coorientadora professora Gisele Vasconcelos Dziekaniak, por aceitar essa coorientação, mesmo com tantos outros compromissos, pelas palavras de incentivo e por me fazer acreditar que sim eu era capaz de desenvolver essa pesquisa;

- aos professores Claudio Renato Moraes da Silva e Gilberto Fladimar Rodrigues Viana, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas sugestões, desde a etapa da qualificação, que foram de suma importância para o aperfeiçoamento desta pesquisa;

- à Universidade Federal de Santa Maria, pela estrutura, pelo ensino gratuito, público e de qualidade;

- aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, pela oportunidade, troca de conhecimento e experiências; um agradecimento especial aos amigos Fabiana Ciocheta Mazuco e Henrique Machado dos Santos pela convivência, pelos momentos de descontração e pelas “coorientações”;

- à Universidade Federal do Rio Grande e ao Sistema de Bibliotecas, pelo apoio e por possibilitar minha dedicação integral ao desenvolvimento desta pesquisa;

- ao Arquivo Geral, às arquivistas Andrea Gonçalves dos Santos e Elisângela Gorete Fantinel, ao Núcleo de Tecnologia da Informação e ao analista de tecnologia da informação Diogo Paludo de Oliveira todos da Universidade Federal do Rio Grande, pela disponibilidade em contribuir com o desenvolvimento dessa pesquisa;

- à amiga e bibliotecária Leda Lopes da Universidade Federal de Pelotas por instigar minha inscrição no processo seletivo e pela torcida pela minha aprovação;

- à amiga e bibliotecária Vania da Costa Machado da Universidade Federal do Rio Grande, pelas conversas, pela troca de conhecimento a respeito de “Judith Cortesão” e “acervos pessoais”, pelas contribuições, incentivo e amizade;

- à amiga e bibliotecária Claudia Cunha da Universidade Federal do Rio Grande, pela arte e diagramação do produto final dessa dissertação, bem como pela amizade, incentivo e carinho de sempre;

- às minhas amigas que vibraram junto com cada passo dado no desenvolvimento dessa pesquisa, por compreenderem minhas ausências, em especial “as incomodativas” Alessandra Lemos, Cibele Dziekaniak, Cristiane Oliveira, Cristina Jorge, Flávia Reis, Vanessa Santiago e Vania Machado pela amizade, pelos exemplos de determinação, profissionalismo e de mulheres que são, pelo incentivo, pelas palavras que muitas vezes foram fundamentais para me fazerem seguir firme e forte nesse período, por proporcionarem momentos de muita risada e leveza;

- aos meus pais Sandra e Mauro, pela minha educação, por me ensinarem desde sempre o valor dos estudos, por serem a minha base para poder seguir, por me apoiarem. Mãe teu zelo, preocupação e dedicação foram fundamentais, agradeço também ao meu irmão Rafael que mesmo de longe vibrou com cada conquista minha até aqui, com certeza a experiência de vida ao lado de vocês me levou a querer vencer todas as dificuldades encontradas pelo caminho e ser mais um motivo de orgulho para a nossa família;

- E por fim, com um carinho que transborda, agradeço ao Jonas meu amor, por me motivar a ingressar nessa “loucura”, por me motivar a sair da minha zona de conforto, por nós, agradeço pelo companheirismo e pelo olhar colorido que conforta, agradeço de todo meu coração ao meu filho Bernardo, “Bê”, “Gordo”, “Gatinho” enfim meu “Amor Maior” por ser luz que me energiza, por ter entendido “de boa” todas as adaptações e mudanças na nossa rotina em decorrência desse ciclo, por proporcionar pausas revigorantes entre um parágrafo e outro de produção, por todos os gestos de carinho, por me perguntar quase que diariamente “mãe quantas páginas tu já escreveu?” como uma forma de incentivo, por transformar o meu cansaço em exemplo, motivação e alegria. Amo vocês!!!!

Emanando bons sentimentos chego ao fim, agradecendo a todos aqueles que foram essenciais nessa longa jornada. Muito Obrigada!

RESUMO

PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO, COMO INSTRUMENTO DE CURADORIA DIGITAL: UM ESTUDO DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE A NORMA ISAD(G) E O CONJUNTO DE ELEMENTOS DO ARGO

AUTORA: Raquel Siegel Barcellos
ORIENTADOR: Prof. Dr. Daniel Flores
COORIENTADORA: Prof^a Dr^a. Gisele Vasconcelos Dziekaniak

No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande recebeu a doação do acervo pessoal da ambientalista, pesquisadora e educadora Maria Judith Zuzarte Cortesão. Em 2005, a Universidade, juntamente com o seu Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), foram contemplados no Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente para a implantação de uma Sala Verde, sendo no ano seguinte criada a então Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão com o objetivo de abrigar o acervo da professora, bem como atender as especificações do edital. O acervo doado pode ser classificado em acervo documental e acervo bibliográfico no qual somente o que tange o acervo bibliográfico recebeu tratamento, estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Tendo em vista o contexto apresentado, a justificativa para esta investigação decorre da necessidade de realizar uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as práticas de tratamento documental e bibliográfico em acervos pessoais, de forma que sejam utilizados procedimentos apropriados para preservação, descrição, interoperabilidade, difusão e acesso do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão. Nesse sentido, o referencial teórico enfatiza os aspectos centrais: patrimônio cultural e documental; arquivos pessoais; tratamento documental e bibliográfico; e o uso da curadoria digital como prática interdisciplinar para descrição, preservação, interoperabilidade e o compartilhamento de acervos pessoais. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa e do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa é considerada exploratória. A coleta de dados ocorreu através de observação direta, análise documental e também através de consultas ao Sistema de Administração de Biblioteca Argo. A partir da proposição do trabalho foi possível diagnosticar a situação que se encontra o acervo acumulado por Judith, bem como identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo em questão. Dando continuidade aos objetivos do trabalho empreendeu-se uma pesquisa e análise da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) / (NOBRADE) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo que resultou em um mapeamento de equivalências. Como proposta de ferramenta de curadoria digital definiu-se e implementou-se um perfil de aplicação capaz de descrever tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora Judith Cortesão obtendo resultados confiáveis, refinados e interoperáveis originando o produto final dessa dissertação. Concomitante, foi realizado um levantamento sobre a plataforma Access to Memory (AtoM) / (ICA-AtoM), elencando seus principais objetivos e funcionalidades o que permitiu utilizar a mesma como ferramenta para demonstrar e validar o uso do perfil de aplicação criado.

Palavras-chave: Arquivologia. Biblioteconomia. Interoperabilidade. Arquivo pessoal. Judith Cortesão. Curadoria digital.

ABSTRACT

APPLICATION PROFILE ACQUIS JUDITH CORTESÃO, AS A DIGITAL CURATION INSTRUMENT: A STUDY OF EQUIVALENCES BETWEEN THE STANDARD ISAD(G) AND THE ARGO ELEMENT SET

AUTHORESS: Raquel Siegel Barcellos

ADVISOR: Prof. Dr. Daniel Flores

CO-ADVISOR: Prof^a Dr^a. Gisele Vasconcelos Dziekaniak

In 2003, the Federal University of Rio Grande received the donation of the personal collection of the environmentalist, researcher and educator Maria Judith Zuzarte Cortesão. In 2005, the University, together with its Postgraduate Program in Environmental Education (PPGEA), were included in Edict 1/2005 of the Ministry of the Environment for the implementation of a Green Room, and the following year was created the Library Sectoral of the Graduate in Environmental Education Green Room Judith Cortesão with the objective of sheltering the teacher's collection, as well as meeting the specifications of the edict. The donated collection can be classified as a collection of documents and a bibliographic collection in which only what concerns the bibliographic collection received treatment, being he organized, described and available for public consultation in the Argo database. Considering the context presented, the justification for this investigation stems from the need to carry out an interdisciplinary reflection, correlating the contributions of the Archival Science as well as those of the Library Science to the practices of documentary and bibliographic treatment in personal collections, so that appropriate procedures are used for preservation, description, interoperability, diffusion and access of the personal collection of Professor Dr^a. Maria Judith to Zuzarte Cortesão. In this sense, the theoretical reference emphasizes the central aspects: cultural and documentary heritage; personal archive; documentary and bibliographic treatment; and the use of digital curation as an interdisciplinary practice for description, preservation, interoperability and the sharing of personal collections. It is a research of an applied nature, regarding the approach of the problem, the research is classified as qualitative and from the point of view of its objectives the research is considered exploratory. The data collection took place through direct observation, documentary analysis and also through consultations to the Argo Library Administration System. From the proposition of the work it was possible to diagnose the situation that is the collection accumulated by Judith, as well as identifying and understanding the context and content of the collection in question. Continuing the objectives of the work, a research and analysis of the International Standard of Archival Description (ISAD(G)) / (NOBRADE) and the set of metadata used by the Argo Library Administration System were carried out, which resulted in a mapping of equivalences. As a proposal for a digital curation tool, it was defined and implemented an application profile capable of describing both the bibliographic collection and the documentary collection of the teacher Judith Cortesão getting reliable, refined and interoperable results originating the final product of this dissertation. Concomitant, a survey was carried out on the platform Access to Memory (AtoM) / (ICA-AtoM), listing its main objectives and functionalities, which allowed to use it as a tool to demonstrate and validate the use of the application profile created.

Keywords: Archival Science. Library Science. Interoperability. Personal archive. Judith Cortesão. Digital curation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O ciclo de vida da curadoria digital – DCC.....	53
Figura 2 - Cruzamento entre padrões – Área de identificação	104
Figura 3 - Cruzamento entre padrões – Área de contextualização	105
Figura 4 - Cruzamento entre padrões – Área de conteúdo e estrutura	105
Figura 5 - Cruzamento entre padrões – Área de condições de acesso e uso	105
Figura 6 - Cruzamento entre padrões – Área de fontes relacionadas	106
Figura 7 - Cruzamento entre padrões – Área de notas	106
Figura 8 - Cruzamento entre padrões – Área de controle da descrição	108
Figura 9 - Diferentes tipos de metadados e suas funções	110
Figura 10 - Tela de pesquisa acervo Judith Cortesão	137
Figura 11 - Campos CSV: identificador, título, nível de descrição, extensão .	138
Figura 12 - Campos CSV: aquisição, arranjo e condições de acesso.....	138
Figura 13 - Campos CSV: língua, características físicas, encontrar ajudas, localização de originais e unidades de descrição relacionadas ..	139
Figura 14 - Campos CSV: nota geral, pontos de acesso de assunto, pontos de de acesso de lugar, pontos de acesso de nomes e identificador e descrição	139
Figura 15 - Campos CSV: regras, histórico de revisão, datas do evento e autores do evento.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nível, base da descrição e instrumentos de pesquisa	42
Quadro 2 - Ações do Ciclo de Vida da Curadoria Digital.....	54
Quadro 3 - Áreas de informação e elementos de descrição da ISAD(G)	95
Quadro 4 - Áreas e elementos de descrição no Argo.....	100
Quadro 5 - Campos de descrição do Argo	101
Quadro 6 - Equivalência entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo.....	116
Quadro 7 - Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC).....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules (Código de Catalogação Anglo-Americano)
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AtoM	Access to Memory
Biblioteca Sala Verde	Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação
Judith Cortesão	Ambiental Sala Verde Judith Cortesão
CALCO	Catalogação Legível por Computador
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CID	Centro de Informação e Documentação
CND	Comitê de Normas de Descrições
CNPQ	Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
CONARQ	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
CONSUN	Conselho Universitário
COPERSE	Comissão Permanente de Seleção
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSV	Comma Separated Values (Valores Separados por Vírgula)
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DC	Dublin Core
DACS	Describing Archives: a Content Standard
DCC	Digital Curation Centre
DCMI	Dublin Core Metadata Initiative
E-SIC	Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão
EAD	Encoded Archival Description
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HTTP	HyperText Transfer Protocol
ICA-AtoM	International Council on Archives - Access to Memory
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
Judith Cortesão	Maria Judith Zuzarte Cortesão
MARC	Machine-Readable Cataloguing

MAD	Manual of Archival Description
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
METS	Metadata Encoding and Transmission Standards
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MODS	Metadata Object Description Schema
NBR	Norma Brasileira
MOW	Programa Memória do Mundo
NCSA	National Center for Supercomputing Applications
NID	Núcleo de Informação e Documentação
NISO	National Information Standards Organization
NOBRAD	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUME	Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos
OAIS	Open Archival Information System
OCLC	Online Computer Library Center
OPACs	On-line Public Access Catalogs
PAAJC	Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão
PCOM	Program Commission
PHP	Hypertext Preprocessor
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PPGPPC	Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
PROACE	Pró-Reitoria Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPESP	Pró-Reitoria Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
RAD	Rules of Archival Description
RDC-Arq	Repositórios Arquivístico Digital Confiável
RDF	Resource Description Framework
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAA	Society of American Archivists
SAAI	Sistema Aberto de Arquivamento de Informação
SAB 2	Sistema de Automação de Bibliotecas 2
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SiB	Sistema de Bibliotecas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	JUSTIFICATIVA.....	20
1.4	ESTRUTURA DE CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO.....	21
2	REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1	PATRIMÔNIO CULTURAL.....	23
2.1.1	Patrimônio Documental	25
2.1.2	Acervos pessoais: como fonte de pesquisa e perpetuação da memória de seus produtores	29
2.2	TRATAMENTO DOCUMENTAL NOS ARQUIVOS PESSOAIS.....	34
2.2.1	Abordagem interdisciplinar: o encontro entre a Biblioteconomia e a Arquivologia	44
2.3	CURADORIA DIGITAL FRENTE AOS ACERVOS PESSOAIS.....	50
2.3.1	Papel do curador digital nos acervos pessoais	56
2.3.1.1	<i>Melhores práticas de digitalização</i>	57
2.3.1.2	<i>Metadados para descrição e preservação da informação</i>	59
3	CONTEXTO DO ESTUDO	62
3.1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG).....	62
3.1.1	Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão	64
3.1.2	Arquivo Geral	66
3.2	MARIA JUDITH ZUZARTE CORTESÃO.....	67
4	METODOLOGIA	70
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
5.1	DIAGNOSTICO SITUACIONAL E PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO FUNDO JUDITH CORTESÃO.....	74
5.1.1	Institucionalização do acervo pessoal da Judith Cortesão	74
5.1.2	Proposta de organização do Fundo documental Judith Cortesão	80
5.2	IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DO ACERVO PESSOAL ACUMULADO POR JUDITH CORTESÃO.....	84
5.2.1	Contextualização: acervo pessoal Judith Cortesão	84
5.2.2	Tipos documentais: acervo pessoal Judith Cortesão	86
5.3	A ISAD(G) E O CONJUNTO DE METADADOS DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS ARGO.....	89
5.3.1	Representação da informação: uma questão interdisciplinar	89
5.3.2	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G)	94
5.3.3	Conjunto de metadados do Sistema de Administração de Bibliotecas Argo	99
5.4	PERFIL DE APLICAÇÃO: ACERVO PESSOAL JUDITH CORTESÃO.....	102
5.4.1	Perfil de aplicação	103
5.4.1.1	<i>Perfil de aplicação: uma ferramenta de curadoria digital</i>	107
5.4.2	Identificação dos termos de metadados: arquivologia e biblioteconomia	109
5.4.3	ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo: uma possível comparação	115

5.4.4	Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão.....	119
5.5	O USO DO PERFIL DE APLICAÇÃO NA PLATAFORMA ATOM....	130
5.5.1	AtoM: plataforma de descrição, difusão e acesso.....	130
5.5.2	Validação do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão e inserção na plataforma AtoM.....	136
6	CONCLUSÃO.....	141
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE A – PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO...	163
	ANEXO A - PEDIDO VIA E-SIC.....	196
	ANEXO B - NOTÍCIA SOBRE A PARCERIA ENTRE SIB E ARQUIVO.....	199
	ANEXO C - MEMORANDO DE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DO ACERVO....	200

1 INTRODUÇÃO

Perante a necessidade de assegurar a salvaguarda e a disseminação do patrimônio material e cultural, vislumbram-se iniciativas que permitam difundir e dar acesso aos mesmos. Neste sentido, os registros encontrados em arquivos pessoais por muitas vezes são considerados de grande importância para com a sociedade, por representarem uma parcela da memória coletiva, sendo estes considerados como patrimônio documental e preciosa fonte de pesquisa, dessa forma merecem uma atenção especial no que tange seu tratamento.

Os arquivos pessoais são entendidos como arquivos de caráter privado, por reunirem um conjunto de documentos pessoais, produzidos fora de um ambiente institucional. Para Bellotto (2006) os documentos identificados em arquivos pessoais representam as relações e atividades do indivíduo que os acumulou e que se preservados para além de sua vida, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, tais documentos oferecem grande valor quando conservados, organizados e difundidos para pesquisa pública.

Nesse contexto, de acordo com Frade, Abellás e Silva (2014, p. 5) os arquivos pessoais de diferentes naturezas como de cientistas vinculados às ciências da terra, literatos, homens das áreas médicas, políticos, entre outros apresentam um valioso conjunto de registros para o entendimento de diferentes momentos da sociedade brasileira. É possível, através da reunião destes materiais, que podem estar retratados em diferentes formatos ou suportes, oferecer a pesquisadores fontes para investigação em distintas áreas do conhecimento, além de proporcionar à sociedade sentimento de pertencimento.

No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado por ela, ainda em vida. Em 2005, a Universidade, juntamente com o seu Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), foram contemplados no Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente para a implantação de uma Sala Verde (BRASIL, 2005), com isso foi criada no ano de 2006 a então Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão com o objetivo de abrigar o acervo da professora, bem como atender as especificações do edital.

Acervos acumulados ao longo da trajetória de um indivíduo; englobam tanto registros profissionais quanto pessoais e o acervo doado por Judith Cortesão à

Universidade é constituído por aproximadamente quatro mil itens (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005) composto por diversos tipos de materiais como: livros, periódicos, dissertações, teses, recortes de jornais, correspondências, gravuras, fotografias, projetos, relatórios, documentos de registro civil, currículo, manuscritos dos rascunhos à mão e datilografados de seus projetos e de seus livros, datiloscrito, além de inúmeras notas de pesquisa e de leitura feitas pela professora durante seus estudos. Em meio ao acervo doado existe, também, um conjunto de objetos pessoais que não se encontram sobre a custódia da Biblioteca.

Até o presente momento somente o que tange ao acervo bibliográfico recebeu tratamento, estando organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Já o acervo documental não recebeu nenhum tipo de tratamento, até o momento, estando indisponível para acesso e uso como fonte de pesquisa para investigadores. O acervo, desde sua doação, ficou armazenado em diferentes locais na instituição devido à falta de espaço na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão bem como problemas estruturais como infiltrações e alta incidência de umidade no prédio, como é dito no Relatório de Gestão da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão do ano de 2012. Em maio de 2016 a Biblioteca mudou-se para um novo espaço, no mesmo prédio, porém com o ambiente um pouco maior, o que proporcionou a volta do acervo documental da professora Judith Cortesão para a Biblioteca (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016a).

A institucionalização de arquivos pessoais acontece a partir do momento que os arquivos são adquiridos pelas instituições, ou seja, após uma transferência física e jurídica do acervo. Nesse sentido, no que tange o acervo pessoal da professora Judith Cortesão o mesmo foi institucionalizado diante da doação realizada para a instituição pela própria professora, passando assim a fazer parte do patrimônio da FURG, uma vez que o acervo passa a integrar a categoria de patrimônio cultural como patrimônio documental por narrar fatos e acontecimentos, que servem de testemunho e que também representam a memória da instituição. A institucionalização de acervos pessoais é entendida como uma ação de valoração da documentação que os compõem bem como de seus produtores, no entanto é de suma importância que sejam planejadas ações para a organização, preservação,

difusão, acesso e uso coletivo dos acervos, de maneira que para além da valoração os mesmos possam ser entendidos enquanto fontes documentais.

A partir deste momento, a questão que permeia o desenvolvimento desta pesquisa está arraigada na identificação de ações apropriadas para preservação, organização, difusão, acesso e uso destes documentos custodiados pela Biblioteca. Com isso, na tentativa de atender a estas questões procura-se na curadoria digital o caminho para consecução de tais ações. A curadoria digital refere-se a uma nova área de estudos que tem se desenvolvido com uma proposta de práticas e estudos interdisciplinares que reflitam sobre todo o processo de gestão no âmbito dos objetos digitais, com o objetivo de preservar a informação de natureza científica, administrativa ou pessoal para o seu acesso e uso corrente e/ou futuro. De acordo com o Digital Curation Centre (2004, não paginado) a curadoria digital envolve “a manutenção, preservação e adição de valor aos dados de investigação digitais ao longo do seu ciclo de vida”.

Tendo em vista o contexto apresentado, o trabalho realiza uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as práticas de tratamento de acervos pessoais. Nesta perspectiva, enfatizam-se aspectos centrais como: acervos pessoais; tratamento documental e bibliográfico e curadoria digital.

A pesquisa, proposta, consiste no estudo de procedimentos apropriados para preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora Dr^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, com o intuito de maximizar as oportunidades de interação entre os sistemas, compartilhamento e reutilização dos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Diante do universo diversificado que corresponde o acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, recebido em forma de doação, pela FURG, esta pesquisa volta-se para uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora Judith.

Até o momento o trabalho de tratamento realizado no acervo custodiado pela Biblioteca Setorial Sala Verde Judith Cortesão está vinculado, às práticas da

Biblioteconomia como a catalogação, indexação e classificação do material bibliográfico, que é gerenciado pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo, no qual permite consultas, reservas e renovações on-line. No entanto, vislumbra-se o tratamento dos demais registros documentais que não somente o bibliográfico, dessa forma existe a necessidade de diagnosticar a situação em que se encontra o acervo acumulado por Judith Cortesão para propor a organização do Fundo Judith Cortesão.

Logo, o problema que orienta o desenvolvimento deste plano de pesquisa é: Como preservar, descrever e viabilizar a interoperabilidade do acervo pessoal da professora Dr^a Maria Judith Zuzarte Cortesão com vistas a maximizar as oportunidades de interação entre os sistemas, compartilhamento e reutilização dos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora?

Para o alcance do ideal muito precisa ser construído, existe uma lacuna em meio ao trabalho já realizado e esse estudo pretende contribuir com soluções úteis para o desenvolvimento de ações que contribuam para o tratamento adequado ao patrimônio documental, visando preservar a memória da professora e proporcionar que o acervo sirva, como fonte de pesquisa para a mais ampla comunidade de usuário.

Dessa forma, deseja-se encontrar nos fazeres da curadoria digital o caminho para preservação e agregação de valor ao acervo acumulado por Judith Cortesão, uma vez que a curadoria digital apresenta-se como uma nova área de prática de pesquisa, que dialoga com várias disciplinas com o objetivo de preservar a informação de natureza científica, administrativa ou pessoal durante todo o ciclo de vida destas. O ciclo de vida está intimamente relacionado com a gestão de dados representando, assim, um conjunto de operações como: entrada, processamento, manutenção, preservação, acesso, uso e reuso dos dados.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa foi desenvolvida com os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora Judith Cortesão. Nesse sentido, busca-se dentro do escopo da curadoria digital o viés para maximizar as oportunidades de interação entre os sistemas, compartilhamento e reutilização dos dados.

1.2.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, definiram-se objetivos específicos que estão apontados a seguir:

- Diagnosticar a situação que se encontra o acervo acumulado por Judith Cortesão e propor a organização do Fundo Judith Cortesão;
- Identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão;
- Analisar a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo, com vistas a estabelecer um mapeamento de equivalências;
- Compor um perfil de aplicação com os metadados para descrever o acervo investigado, como proposta de ferramenta de curadoria digital, de modo a adicionar valor aos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora;
- Avaliar e propor a implementação de uma plataforma que possibilite o uso do perfil de aplicação criado, para a descrição, difusão e acesso público online ao acervo investigado, com o intuito de viabilizar a interoperabilidade para obter resultados confiáveis, refinados e interoperáveis, considerando os referenciais da curadoria digital.

1.3 JUSTIFICATIVA

A inquietação surge no ensejo da aproximação do 10º aniversário de inauguração da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão e da percepção de que o acervo pessoal da professora Maria Judith Zuzarte Cortesão conserva-se sem o tratamento técnico em sua totalidade permanecendo quase que inexplorado.

Maria Judith Zuzarte Cortesão tem um papel bastante relevante como ambientalista em âmbito internacional, devido seu vasto conhecimento na área. Durante sua trajetória como pesquisadora desenvolveu inúmeros projetos e ações voltados à questão ambiental, escreveu livros e artigos entre os mais conhecidos estão os livros *Juréia, a luta pela vida* (1989) e *Mata Atlântica* (1990)¹. Na Universidade Federal do Rio Grande – FURG foi professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na qual contribui para criação e desenvolvimento de diversos projetos e pesquisas.

Diante da representatividade de Judith Cortesão e da documentação acumulada e produzida pela professora, ao longo de seus estudos, a pesquisa proposta foi identificada como proeminente suporte para a preservação de memória. O acervo pessoal de Judith Cortesão doado à FURG dividido em acervo bibliográfico, arquivístico e museológico se recebido o tratamento adequado, os mesmos tornam-se potenciais fontes de pesquisa.

O empenho pelo desenvolvimento do projeto amadurece a partir da identificação do interesse, por parte de outros pesquisadores, em desenvolver pesquisas de cunho científico utilizando-se do acervo como fonte de pesquisa. Além disso, o contato com pesquisas desenvolvidas sobre Judith Cortesão e que referenciam este acervo reforçam a ideia de que este conjunto documental deve estar acessível à comunidade, visando o acesso democrático.

A pesquisa apresenta ainda relevância pela necessidade de um levantamento bibliográfico sobre o estudo interdisciplinar entre Arquivologia e Biblioteconomia, de forma a subsidiar o compartilhamento de metodologias, respeitando os saberes particulares, para a consecução do tratamento total do acervo custodiado pela

¹ Os originais datilografados, de ambos, fazem parte do arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão.

Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão. Esta pesquisa tem como meta contribuir para o alcance do ideal, isto representa dar acesso aos materiais até então desconhecidos pelo grande público.

O interesse pelo tema se justifica pela atuação profissional da pesquisadora junto à FURG, e pela pretensão em colaborar através de uma reflexão interdisciplinar para a manutenção, preservação e agregação de valor aos acervos pessoais, ainda pouco em voga no âmbito das universidades.

Diante do exposto, é possível perceber que a abordagem está intimamente ligada ao patrimônio documental arquivístico. Nesse sentido evidencia-se a necessidade de preservação, descrição e difusão para o resgate das fontes de informação a qualquer tempo ou espaço, de forma a garantir a salvaguarda do acervo pessoal Judith Cortesão.

1.4 ESTRUTURA DE CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO

O trabalho apresenta-se dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo, introdução, é constituído por uma apresentação, delimitação do tema e do problema, os objetivos juntamente com a justificativa que motivou a realização desse estudo.

No segundo capítulo, revisão de literatura, são apresentadas as considerações referentes ao cerne da pesquisa bem como: patrimônio cultural e documental; acervos pessoais; tratamento documental e bibliográfico; curadoria digital; através da abordagem interdisciplinar entre a Arquivologia e a Biblioteconomia. A revisão de literatura visa o levantamento do que já foi publicado sobre o tema da investigação, procurando mostrar os pontos de vista convergentes e divergentes de diferentes autores.

O terceiro capítulo trás o lócus da pesquisa, apresentando a então professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, a Universidade Federal do Rio Grande bem como a Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, vinculada ao Sistema de Bibliotecas (SiB), e por fim o Arquivo Geral da FURG. No quarto capítulo, Metodologia, apresenta-se os procedimentos metodológicos aplicados durante todo o desenvolvimento da pesquisa para alcançar os objetivos definidos na proposta de estudo.

Além disso, são expostas, no capítulo cinco, a análise e discussão dos resultados obtidos durante a pesquisa. Nesse capítulo são apresentados

subcapítulos sobre: o diagnóstico situacional e proposta de organização do Fundo Judith Cortesão; identificação e compreensão do acervo pessoal acumulado por Judith Cortesão; a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Sistema de Administração de Bibliotecas Argo; e perfis de aplicação. Dessa forma, aborda-se, no primeiro momento, o cenário mapeado quanto a situação do acervo, para posterior abordagem quanto as soluções encontradas para auxiliar nas ações de preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora.

No capítulo seis, Conclusão, apresenta-se as reflexões sobre os resultados alcançados diante dos objetivos da pesquisa, destacando seus problemas e recomendações, através de uma recapitulação sintetizada dos capítulos, evidenciando os resultados alcançados.

Por fim, como elemento pós-textual obrigatório apresentam-se as Referências, na qual estão listadas todas as bibliografias utilizadas para fundamentar a pesquisa e como elementos pós-textuais opcionais, são disponibilizados o apêndice e os anexos com informações complementares da pesquisa.

No apêndice apresenta-se o produto final dessa pesquisa o “Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão”, nos anexos encontram-se o pedido realizado via E-Sic para obter informações mais completas e fidedignas a respeito do processo e do termo de doação do acervo pessoal da professora Judith Cortesão; além da notícia, divulgada no site oficial da Universidade, sobre a parceria entre SiB e o Arquivo para o tratamento documental do acervo; e o memorando de número 14/2017 encaminhado pela direção do SiB para a Coordenação de Arquivo Geral/FURG no qual formaliza a cedência temporária do acervo documental da professora Judith, para tratamento, higienização, e descrição arquivística.

Neste capítulo, foi realizada a introdução com a apresentação da temática, do problema, dos objetivos e da justificativa da pesquisa, dessa maneira, encerra-se o primeiro capítulo com a identificação da estrutura de apresentação desta dissertação. A seguir será apresentada a revisão de literatura com as temáticas que dão sustentação ao desenvolvimento desta pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

No capítulo anterior tratou-se de apresentar um panorama geral da pesquisa a partir da contextualização do cenário que fundamenta e justifica a relevância do presente estudo. O acervo pessoal da professora Judith Cortesão, doado a Universidade Federal do Rio Grande – FURG possui grande relevância por retratar de forma significativa a trajetória pessoal e profissional da professora além de contribuir para a memória institucional.

No presente capítulo, apresenta-se a revisão de literatura, onde serão abordadas, em subcapítulos, as principais considerações que norteiam as temáticas dessa pesquisa bem como: patrimônio cultural e documental; descrição, acesso e difusão de acervos pessoais através de uma abordagem interdisciplinar que verse sobre a Arquivologia e a Biblioteconomia; e curadoria digital em arquivos pessoais.

Este referencial foi construído a partir do levantamento de estudos realizados por pesquisadores, com o propósito de identificar o que já foi publicado sobre estas temáticas, sendo assim possível subsidiar no atingimento dos objetivos desta pesquisa bem como fundamentar as considerações do capítulo 5 que trata da Análise e Discussão dos Resultados.

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

Entende-se Patrimônio Cultural, como sendo um conjunto de bens que agregam valor histórico ao país proclamados através de artistas, arquitetos, músicos e escritores. Canclini (1998, p. 160) define Patrimônio Cultural, além de um conjunto de bens, como um “conjunto de práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo”. Esses bens são caracterizados como bens de natureza material e imaterial, que possuem valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2002, p. 131-132).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN², os bens de natureza material referem-se a um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas enquanto os bens de natureza imaterial referem-se a práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares que abrigam práticas culturais coletivas, ou seja, de natureza intangível.

Ao longo da história, o conceito de patrimônio sofreu ampliações significativas, desde sua visão de propriedade particular, meramente colecionista das antiguidades; passando a assumir sua característica de patrimônio histórico, enquanto representação histórica da coletividade e da identidade de um povo onde os esforços eram direcionados à salvaguarda das edificações, monumentos e obras de arte que fossem representativas da história daquela sociedade.

Velho (2007) conceitua cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade. Nesse sentido, atinge-se o conceito moderno de patrimônio que inclui novas categorias, como as manifestações artístico-culturais, espaços e conjuntos urbanos, formações físicas, biológicas e geológicas, expressões de vida e tradições de comunidades ou grupos, para citar algumas delas (CHOAY, 2006).

Gonçalves (2012) destaca que o patrimônio, de maneira geral, trata-se de reivindicações identitárias, constituídas por uma memória coletiva ou por uma narrativa histórica, mas, evidentemente, envolvendo interesses muito concretos de ordem social e econômica. A expansão do campo do patrimônio está articulada a uma série de transformações, ele não só se expandiu como se diversificou e se tornou mais complexo, seja no plano institucional, seja no plano discursivo.

Não só os processos sociais de patrimonialização, mas a própria categoria “patrimônio” vem sofrendo, nas últimas décadas, uma notável expansão. Falamos atualmente de patrimônio etnográfico, patrimônio natural, patrimônio ecológico, patrimônio genético, patrimônio virtual, entre outros. Os usos da categoria do “intangível” ou do “imaterial” tornaram possível patrimonializar virtualmente qualquer objeto, espaço, lugar, práticas sociais ou mesmo “pessoas” [...]. (GONÇALVES, 2012, p. 60).

² Criado em 13 de janeiro de 1937 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

As transformações alcançadas no que tange ao patrimônio ocorreram diante de muito empenho e debates, inúmeros especialistas tinham suas convicções arraigadas, produto de décadas de práticas voltadas para um, outro, tipo de política de patrimônio. Argumentava-se que não era possível, por exemplo, tombar uma religião. Nessa perspectiva “Quando conselheiros argumentavam que não se podia “tombar uma religião”, certamente entendiam que o tombamento de centenas de igrejas e de monumentos católicos se teria dado apenas por razões artístico-arquitetônicas”. (VELHO, 2007, p. 252-253).

No entanto, os debates sobre patrimônio estão constantemente em voga, como expõe Lima Filho (2012) é necessário estarmos atentos às trajetórias da cultura material, que possui uma intensa capacidade de evocação e de (re)significações das relações sociais, de modo a expandir cada vez mais o caráter epistêmico da noção de patrimônio cultural. Gonçalves (2012, p. 69-70) afirma “podemos nos permitir pensar o patrimônio não mais como um dado situado num tempo ou num espaço distante, mas como um processo presente, incessante, imponderável e interminável de reconstrução”.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³ o patrimônio cultural é de suma importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Nessa realidade, Velho (2007, p. 258) destaca a importância da organização social do espaço e dos lugares de memória para a construção e a dinâmica de identidades individuais e sociais. Assim, a forma de como lidar com a memória social e com o patrimônio cultural é um desafio intelectual e político.

A seguir serão apresentados aspectos referentes ao patrimônio documental.

2.1.1 Patrimônio Documental

A compreensão do significado de patrimônio documental decorre do entendimento do significado do que é documento. De acordo com Otlet (1996 apud SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 17) o que caracteriza um documento é a capacidade que o mesmo tem de nos informar sobre algo, o que é possível, pelo uso de

³ Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/home/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

representações, registros dos objetos bem como pela observação da própria obra em si.

Le Goff (2003) trás o conceito de que etimologicamente, documento deriva do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir, recebendo o sentido de modelo, exemplo e, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, de prova. No percurso da Historiografia é comum utilizar o termo documento para designar testemunho histórico, o documento, nos séculos XIX e XX, era apresentado como prova de uma ação, descartando qualquer subjetividade e intencionalidade que pudesse opor-se a objetividade da produção documental (MURGUIA, 2011 p. 38).

Na sociedade contemporânea, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132) arrolam algumas das definições para documentos, segundo diferentes pesquisadores, e identificam o mesmo com a definição clássica de suporte de informação ou ainda como a informação registrada em um suporte. Nessa perspectiva, a maioria dos pesquisadores possui o mesmo entendimento, porém segundo Calderon (2013, p. 79) “a complexidade escondida por trás dessa afirmativa tem levado vários teóricos a empreender esforços no sentido de compreender melhor suas nuances” o autor evidência que ainda não está finalizada a definição de documento, admitindo, dessa forma, diversas abordagens e reflexões sobre sua natureza.

Na área da Documentação e da Ciência da Informação Murguia (2011, p. 40) afirmar que, através dos estudos de Paul Otlet⁴ e Suzazanne Briet⁵, é possível pensar em documento como informação fixada em diferentes tipos de suporte levando em consideração seu papel social. Sendo assim Paul Otlet amplia o conceito de documento para qualquer objeto (material) informativo bem como: artigos e relatórios científicos e técnicos, cartões-postais, fotografias, objetos naturais, artefatos, jogos educativos, obras de arte entre outros.

O surgimento do documento é reflexo das necessidades do ser humano, tanto para garantir que as experiências vividas pelos antepassados sirvam de orientação para as ações futuras como para regulamentar as relações interpessoais ou atender às aspirações de natureza espiritual, intelectual e de lazer. (CALDERON, 2013, p. 79).

⁴ OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Théorie et pratique. Bruxelles, Editions Mundaneum, Palais Mondial, 1934.

⁵ BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?**. Paris, EDIT, 1951.

Desse modo, as funções e abrangências dos documentos são inúmeras. Um documento pode ser produzido e utilizado ora como objeto de estudo ora como fonte de pesquisa. Para López Yepes (2010) a natureza do documento é complexa e por isso a construção de uma teoria é uma questão pendente o autor afirma que o documento é um instrumento criado pelo homem com capacidade de transmissão e com o intuito de registrar dados, informações, sensações, sentimentos e memórias, ou seja, “[...] o documento (o manuscrito), com a função de armazenar informações para comunicá-las através do tempo e do espaço”. (SILVEIRA, 2013, p. 24).

O documento passa a integrar a categoria de patrimônio cultural como patrimônio documental na medida em que narra fatos e acontecimentos do passado que servem como fonte de testemunho, de prova, de suma importância para a memória de instituições e do país. É a partir da Constituição Federal de 1988 que os documentos passaram a fazer parte da lista de itens identificados como patrimônio cultural e no Art. 216 da Constituição, parágrafo 2º, diz que "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem". (BRASIL, 1988, não paginado).

A UNESCO, em 1992, cria o Programa Memória do Mundo (Memory Of World – MOW), com a missão de desenvolver ações de incentivo a preservação, recuperação e acesso permanente de documentos e conjuntos documentais além, de técnicas que promovam a divulgação e a conscientização da existência e importância do patrimônio documental.

Em 2002 no texto, Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, publicado pela UNESCO, o patrimônio documental é conceituado como à memória coletiva dos povos, documentada por eles mesmos “É legado do passado para a comunidade mundial presente e futura”. (EDMONDSON, 2002, p. 9). O Programa declara que o documento é constituído por duas partes: conteúdo informativo e um suporte durável, no qual o conteúdo é inscrito e cita como exemplos de patrimônio documental as:

Peças textuais: manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra, etc. Do mesmo modo, peças não textuais como desenhos, gravuras, mapas ou partituras. Peças audiovisuais, como filmes, discos, fitas e fotografias, gravados de forma analógica ou numérica, com meios mecânicos, eletrônicos, ou outros, das que forma parte um suporte material

com um dispositivo para armazenar informação onde se consigna o conteúdo. Documentos virtuais, como os sites de Internet, armazenados em servidores: o suporte pode ser um disco rígido ou uma fita e os dados eletrônicos formam o conteúdo. (EDMONDSON, 2002, p. 15).

Perante a diversidade documental e dificuldade em estabelecer o que deve ser considerado como patrimônio documental e a necessidade segundo Rondinelli (2005, p. 42) de se “proceder a uma análise crítica dos documentos suspeitos de falsificação” surge a Diplomática⁶ enquanto ciência que estuda a autenticidade dos documentos, capaz de auxiliar na identificação do contexto de produção e na valorização destes.

Segundo Bellotto (2006) os estudos de diplomática assim como o de tipologia estão voltados para a gênese do documental que levam ao entendimento do documento “desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e como ele é estruturado no momento de sua produção”. (BELLOTTO, 2006, p. 45). A diplomática volta-se para a estrutura formal do documento enquanto que a tipologia documental, reconhecida como a ampliação da diplomática, volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais.

Em definitivo, o objeto da diplomática é a configuração interno do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, enquanto o objeto da tipologia o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advindas da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. (BELLOTTO, 2006, p. 52).

Nesse sentido, para Delmas (1996 apud BELLOTTO, 2006) a junção da tipologia documental ao do corpo teórico e metodológico da diplomática pode ser chamada de diplomática arquivística ou ainda diplomática contemporânea, na perspectiva de uma diplomática com menos estudo da estrutura, da forma e mais da tipologia documental. Segundo Tognoli e Guimarães (2009, p. 30) “Essa nova Diplomática ampliada na direção da gênese documental é chamada de Diplomática Arquivística Contemporânea”.

⁶ A diplomática como ciência documentária nasceu da reação do espírito crítico dos homens do século XVII à fidedignidade de certos “diplomas” medievais. O início da atividade diplomata liga-se à investigação sobre a falsidade Versus a veracidade desses papéis. (BELLOTTO, 2006, p. 47).

Rodrigues (2008) ao aprofundar essa questão, explica que:

No campo da ciência arquivística, a diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Com a ampliação do campo da arquivística, que passou a olhar para o documento em todo o seu ciclo de vida, e as necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo avaliação e o planejamento da produção documental [...]. (RODRIGUES, 2008, p. 153).

Nesse entorno, Nascimento (2009) afirma que através da Diplomática é possível descreve a natureza do objeto e a sua gênese, além de descrever os conceitos e definições do mesmo ainda, segundo o autor, o principal objetivo da Diplomática é estabelecer um método que fundamente a validade do documento, sendo assim:

Os conjuntos procedimentais do método diplomático são considerados a partir da função e uso: na História como técnica auxiliar historiográfica; na História do Direito como matéria acadêmica para resolver questões de falsidade documental; na Arquivologia como processo descritivo da função documental; fundo documental; tipologia documental. (NASCIMENTO, 2009, p. 120).

Frente a essas concepções, a diplomática contemporânea traz grandes contribuições no que tange a preservação do patrimônio documental na medida em que suas atividades são capazes de identificar os documentos bem como seu valor para a instituição. Crivelli e Bizello (2015, p. 11) afirmam que o patrimônio documental não apenas representa um tempo específico por meio das informações que registra e sim traça ações firmadas na condição de “significar a cultura, a identidade, história e memória de um grupo”.

A seguir serão apresentados aspectos referentes a acervos pessoais e suas abordagens enquanto fonte de pesquisas e memória de seus produtores.

2.1.2 Acervos pessoais: como fonte de pesquisa e perpetuação da memória de seus produtores

Os arquivos pessoais são entendidos como um conjunto de documentos, de origem privada, acumulados por uma pessoa física ao longo de sua vida em decorrência das suas atividades em sociedade. Para Oliveira (2012, p. 33) os documentos produzidos ou recebidos, mantidos por uma pessoa física,

independentemente da sua forma ou suporte representam a vida do seu produtor bem como suas relações pessoais ou profissionais.

Santos (2012, p. 21) afirma que ao representarem uma parcela da memória coletiva, os arquivos pessoais colaboram ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental além de contribuírem com o entendimento das sociedades modernas. “Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade” (SANTOS, 2012, p. 21) ainda segundo o autor os arquivos pessoais são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida sem objetivo histórico ou cultural, porém adquirem valor testemunhal se lhes atribuído significado social e cultural.

Para Rodrigues (2015, p. 3) um arquivo pessoal carrega o cerne do seu produtor, através do acúmulo de documentos, obras e objetos é que passamos a conhecer a sua trajetória. Artières (1998), trás a ideia do arquivamento da própria vida, o historiador afirma que “arquivamento do eu” é uma prática de construção de si mesmo na qual se contrapõe à imagem social a imagem íntima do produtor.

O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano. (ARTIÈRES, 1998, p. 4).

Nesse percurso, vê-se que cada arquivo pessoal é único. Segundo Oliveira (2014) a relevância dos mesmos está em evidenciar as transformações sociais e a vida em sociedade em toda a sua diversidade. Almeida (2009, p. 34) afirma que paralelamente à busca do que é exclusivo e único, no âmbito dos arquivos pessoais, existem estudiosos atentos às regularidades e padrões, representados principalmente nos documentos que expressam as relações do indivíduo com o Estado e a sociedade. Para a autora “[...] por força de sua extrema valorização para a pesquisa, muitos documentos ganharam o estatuto de acontecimento, com historicidade própria, transitando da condição de fonte para a de objeto de pesquisa” (ALMEIDA, 2009, p. 34).

Bellotto (2006) categoriza as fases que perpassam os arquivos pessoais, segundo seus propositos.

Na fase do uso primário, como acumulação e utilização em vida, o arquivo pessoal serve eminentemente ao próprio titular, em suas atividades de

trabalho e para comprovação de sua existência civil, deveres cívicos, relacionamento com pessoas e com instituições, dentro e fora da vida intelectual.” Passando à fase da preservação, estabelece-se o uso secundário, cujo o objetivo não é mais jurídico ou profissional do próprio titular do arquivo e, sim, o da pesquisa científica, feita por terceiros. Aí a potencialidade informacional dos documentos transfigura-se e multiplica-se. (BELLOTO, 2006, p. 267)

Segundo Cunha e Philippi (2011) como fonte historiográfica, um acervo pessoal se materializa como um produtivo campo de pesquisas e intervenções que auxilia e muito a prática do historiador do presente, capaz de manter viva a memória de determinado colecionador. Conforme Heymann (2009), os arquivos pessoais são vistos como repositórios de documentos que passaram a ser valorizados como fontes de pesquisa que permitem estudos sobre a vida privada de indivíduos, suas motivações e visões do mundo.

Os estudos referentes aos arquivos pessoais enquanto universo de pesquisas é considerado recente, somente a partir da segunda metade do século XX há maior ocorrência de estudos relacionados aos acervos pessoais. Para Duarte (2013, p. 14) essa pode ser “uma das causas para tantas incertezas sobre este objeto”, principalmente no que tange seu tratamento.

De acordo com a Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (2003) os arquivos pessoais de pesquisadores e professores integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro. Ainda segundo a política do CNPq (2003) as Universidades e institutos de pesquisa, dentre outros, são fundamentais para a implementação da Política Nacional de Memória da Ciência, de maneira a priorizar o estímulo às atividades de preservação, de pesquisa e de difusão de acervos históricos. Dessa forma, para que um arquivo pessoal admita qualidades de fonte histórica ou informacional é necessário ser custodiado por uma instituição, capaz de promover acesso ao mesmo. Nesse sentido, Camargo (1999) identifica as universidades como espaços potenciais para a criação de centros especializados na preservação, organização e acesso ao patrimônio documental garantindo ao pesquisador as fontes necessárias ao desenvolvimento de suas pesquisas.

Para Heymann (1997, p. 48) “um arquivo fica disponível como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público”. A esse respeito, Oliveira e Souza (2014) expõem que:

O arquivo pessoal, ao ser incorporado a um acervo de uma instituição, passa do conceito e âmbito de privado para o público, tornando-se passível de futuras intervenções diferentes do seu propósito inicial de produção e acumulação. Isso pode trazer uma série de problemas, mas também muitas soluções, pois o que era considerado um amontoado de papéis velhos que ocupavam espaço em um ambiente doméstico, se transforma em relevantes fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento. (OLIVEIRA; SOUZA, 2014, p. 73).

Segundo Schellenberg (2006, p. 41), para serem considerados arquivos, os documentos necessariamente “devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objeto e possuir valor para outros fins que não para os quais foram produzidos ou acumulados”. Nesse sentido, os arquivos pessoais são arquivos, pois correspondem a um conjunto de documentos gerados a partir das atividades de indivíduos e tornam-se relevantes fontes de informação, para diferentes áreas do conhecimento, por representarem as relações e experiências tanto da vida profissional quanto pessoal dos seus produtores, possibilitando traçar a trajetória dos mesmos, além de servirem como testemunho de um passado.

A institucionalização dos arquivos pessoais é o caminho para a valorização e disseminação do conjunto documental do arquivo, através desse processo busca-se a preservação da herança documental produzido no âmbito privado. Nessa perspectiva, Duarte (2013) vai além ao dizer que:

O ato de institucionalizar um arquivo pessoal é um ponto de convergência entre vários sentimentos e entendimentos relacionados aos arquivos pessoais e suas correlações. São as memórias e identidades, a pesquisa histórica, a fonte de informação, o desejo de transmissão da imagem. Mas, principalmente, a monumentalização e a inserção junto ao contexto coletivo. (DUARTE, 2013, p. 41).

Para o autor no momento que os arquivos pessoais passam a ser custodiados por instituições, os mesmos são “transformados em monumentos e patrimonializados no cenário histórico e cultural coletivo”. (DUARTE, 2013, p. 202). Conforme afirma Lisboa (2012, p. 12) os doadores de arquivos almejam nas instituições públicas, criadas para proteger e socializar os arquivos, “o meio de marcar a atuação científica e acadêmica dos titulares dos arquivos, garantindo a perpetuação desses agentes no cenário nacional”.

Segundo Rodrigues (2015, p. 2) os arquivos pessoais estão ligados diretamente a memória, por rememorarem a trajetória de um indivíduo ao preservarem a sua história, suas alegrias e suas tristezas. Ainda segundo Rodrigues

(2015, p. 4) “[...] a memória individual de vida passa a ser uma memória coletiva” na medida em que outras pessoas tenham acesso às lembranças dos indivíduos.

A memória é definida por Izquierdo (2006, p. 6) como “a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações”. De acordo com o autor “somos aquilo que recordamos”, mas também “somos o que resolvemos esquecer” e nesse processo “O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, mas também nos permitem projetar rumo ao futuro, isto é, nos dizem que queremos ser”. (IZQUIERDO, 2006, p. 6). Le Goff (2003, p. 419) corrobora com a definição de Izquierdo (2006) ao apresentar a memória como propriedade de conservar certas informações que em primeiro lugar nos remetem a um conjunto de funções psíquicas, tornando o homem capaz de atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele concebe como passado.

Nesse sentido Pollak (1992) trata a memória como um fenômeno construído social e individualmente, que podem sofrerem intervenções tanto conscientes como inconscientes e que quando herdada o autor afirma existir o que ele chama de ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade, ou seja, a imagem que uma pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria “[...] para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. (POLLAK, 1992, p. 205). Como enfatiza Abellás (2012, p. 76) os produtores por meio da acumulação de seus documentos constroem uma memória que o autor denomina como uma memória ‘desejada’.

Diante dessa abordagem Oliveira (2012) destaca que os arquivos pessoais e familiares começaram a receber destaque quando passaram a ser entendidos como “patrimônio preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro de história da memória da nação”. (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Como bem observa Funari e Pelegrini (2006, p. 8) “O que para uns é patrimônio para outros não é” e no que tange os arquivos pessoais enquanto patrimônio, Duarte (2013, p. 22) corrobora esse pensamento ao afirmar que qualquer pessoa acumula um arquivo pessoal, ao longo dos anos da sua vida, porém não é qualquer arquivo pessoal que desperta interesse, dessa forma, faz-se necessário levar em consideração a relação entre indivíduo e sociedade identificando suas potencialidades em vista de agregar valor social e cultural ao seu conjunto documental.

A seguir serão apresentados aspectos referentes ao tratamento documental de arquivos pessoais.

2.2 TRATAMENTO DOCUMENTAL NOS ARQUIVOS PESSOAIS

O tratamento documental de arquivos pessoais consiste nas práticas, adotadas pelas entidades custodiadoras, para conservação e organização dos documentos bem como torná-los acessíveis ao grande público. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 138) relaciona o tratamento documental com o processamento técnico, sendo esta a “expressão utilizada para indicar as atividades de identificação, classificação, arranjo e conservação de arquivos. Também chamado processamento arquivístico, tratamento arquivístico ou tratamento técnico”.

Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012), em seu livro, escreve um capítulo intitulado “Arquivos pessoais são arquivos” na qual assinala que os documentos que instituem os arquivos pessoais proporcionam as cinco características dos documentos de arquivo são elas: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade.

É possível através da escrita de Duranti (1994) compreender cada uma das cinco características. A autenticidade corresponde aos documentos que são autênticos porque são criados, mantidos e conservados de acordo com as regras do seu produtor; a imparcialidade diz respeito à inerência e veracidade dos registros, tendo por finalidade proteger os documentos contra a manipulação ilegítima ou a destruição; Duranti (1994, p. 52) trata em seu artigo a organicidade como inter-relacionamento que leva em consideração as relações estruturais, ou seja, “os documentos são ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência [...]”; a naturalidade refere-se à maneira como os documentos são produzidos e acumulados naturalmente em decorrência das atividades desenvolvidas pelo seu titular; e a unicidade decorre do fato de que cada registro documental conserva seu caráter único, levando em consideração o contexto em que foi produzido. Ainda que existam cópias de um registro em um mesmo grupo ou em outros grupos este se manterá único enquanto registro documental.

As cinco características aqui apresentadas por Duranti (1994) assumem o papel de guia no que refere o tratamento dos arquivos. Nesse sentido, conjunto documental de arquivos pessoais deve receber tratamento arquivístico bem como os recebidos em arquivos de documentos oriundos das atividades administrativas de uma instituição pública ou privada. Para o reconhecimento dos arquivos pessoais como arquivos Camargo e Goulart (2007, p. 43) evidenciam que é preciso antes de tudo entendê-los enquanto ‘conjuntos solidários e orgânicos’. Segundo Faben e Silva (2016, p. 599) “Para ser considerado documento de arquivo, o que importa não é sua natureza, suporte, formato, dimensões e linguagem, mas sim o contexto, o caráter de ser testemunho de atividades desempenhadas”. Para tanto, faz-se necessária a busca pelo conhecimento da função do documento, a ligação que o mesmo exerce sobre o conjunto documental a qual pertence.

Conforme Ana Célia Rodrigues aponta em sua tese de doutorado, (2008, p. 21) “todo trabalho arquivístico deve ser baseado na realidade documental” nessa esfera deve existir preliminarmente uma coleta de dados, para aquisição de conhecimento situacional, este levantamento tem por empenho verificar as principais características dos documentos de arquivo e as conexões que mantém com o seu produtor, seja na etapa de produção ou de acumulação. Segundo Rodrigues (2008) “A fase de levantamento de dados é o estágio inicial da elaboração de um diagnóstico, etapa do processo de montagem de um projeto de arquivo. [...] é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental”. (RODRIGUES, 2008, p. 21-22). Ainda segundo a autora trata-se de uma metodologia como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas.

No cerne dos princípios arquivísticos, Abellás (2012, p. 77) ressalta dois deles, fundamentais para a organização de arquivos pessoais o princípio da proveniência e o princípio de respeito à ordem original.

O princípio da proveniência defende que “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Segundo Duchein (1986, p. 7) nos países de linguagem germânica a expressão equivalente é princípio de ‘respeito dos Fundos’ sendo Fundo definido como um conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Já o respeito à ordem original refere-se ao “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137) sendo assim os

documentos de um mesmo produtor devem ser agrupados respeitando o andamento das ações pelas quais foram produzidos ou recebidos.

Ao oposto dos arquivos institucionais, os arquivos pessoais não possuem uma lógica de acumulação, como salienta Silva e Santos (2012, p. 7) “Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada” dessa forma torna-se um desafio metodológico para o profissional realizar o tratamento desses arquivos. Sob a égide dessa concepção:

Ao arquivista cabe realizar um estudo sobre a vida e obra da pessoa produtora do arquivo, para que possa compreender o conjunto documental, definir abordagens, classificação e todo tratamento arquivístico a ser adotado, incluindo a preservação e o acesso. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 8).

Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos (2012, p. 38) tanto nos arquivos institucionais quanto nos arquivos pessoais o tratamento arquivístico deve estar atrelado ao investimento em pesquisas sobre as instituições, as pessoas e suas ações. O autor enfatiza que o “o conhecimento biográfico do titular e dos elementos de constituição de seu arquivo é fundamental na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais”. (SANTOS, 2012, p. 39). Oliveira (2014, p. 68) também defende a necessidade de conhecer, profundamente, os arquivos custodiados para que estrategicamente seja possível difundir, e ampliar o uso dos mesmos.

Quanto mais se conhece a função dos documentos, mais apurada será a contextualização da produção documental e, por consequência, sua classificação, avaliação e descrição, minimizando assim as incoerências que podem dificultar a compreensão dos conjuntos orgânicos. (SILVA; TRANCOSO, 2014, p. 36).

Camargo e Goulart (2007, p. 35-36) defendem a necessidade dos arquivos pessoais serem tratados como conjuntos indissociáveis. Segundo as autoras a contextualização é “a operação-chave da metodologia arquivística”, através do conhecimento dos nexos entre os diferentes itens, suas atividades e funções é possível manter ou reconstruir a organicidade da documentação.

Nesse sentido, a priori do tratamento arquivístico corresponde ao processo de identificação do conjunto documental, processo esse “[...] fundamental para organização do arquivo no que se refere à classificação e descrição do arquivo como um todo, fornecendo elementos para se compreender a organicidade de seu

contexto”. (FABEN; SILVA, 2016, p. 599). Para Ana Célia Rodrigues (2008) a identificação refere-se a uma tarefa de pesquisa de cunho intelectual que versa sobre o documento de arquivo e o seu produtor. Paulo Roberto Elian Santos (2008, p. 27) enfatiza que a atividade de identificação é um “processo de avaliação capaz de conferir sentido pleno ao arquivo e a esta função arquivística”.

Segundo Ana Célia Rodrigues (2008) e Lopéz Gómez (1998) a identificação do tipo documental, a partir do conhecimento das características internas e externas do documento, é que define as séries⁷ documentais capazes de reconstruir a funcionalidade de arquivo. A identificação dos tipos documentais segundo Camargo e Goulart (2007, p. 65) é a operação arquivística mais importante, que corresponde a “dar nome aos documentos, identificando-os a partir da espécie ou do tipo”.

Sobre esse âmbito Ana Célia Rodrigues (2008) realiza um estudo arraigado no processo de identificação que é apresentado como uma função arquivística sobre a gênese documental, uma vez que analisa o documento e seu produtor revelando os elementos que caracterizam os documentos para o desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição. Rodrigues (2008, p. 32) propõe, em sua pesquisa, traçar um diálogo entre a identificação da tipologia documental e a diplomática por acreditar que é na diplomática contemporânea que se encontra os fundamentos teóricos e metodológicos para a etapa de identificação de tipologias documentais.

Como analisa Bellotto (2002) o objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento, seu campo de atuação é verificar a estrutura e à finalidade do ato jurídico, enquanto que o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais e seu campo de atuação centra-se na relação dos documentos com as atividades do seu produtor. Nesse sentido a autora afirma que as metodologias de tratamento documental tanto de uma como da outra abordagem, ao mesmo tempo em que são distintas, são conexas. “[...] é preciso que se reiterem as conceituações essenciais desde sua raiz, isto é, da informação ao documento, do documento à espécie, e da espécie ao tipo”. (BELLOTTO, 2002, p. 21-22). Para Silva e Trancoso (2014, p. 36) quão maior for o conhecimento sobre os documentos, mais aprimorada será a contextualização da produção documental.

⁷ Subdivisões do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153).

Conforme Camargo (2012, p. 7) “[...] os arquivos são extensões das entidades ou pessoas que os acumulam; e que têm no contexto, e não no conteúdo, o mais importante elemento para sua classificação⁸”. Dessa maneira a partir do levantamento dos dados durante o processo de identificação do contexto em que o arquivo foi produzido, levando em consideração trajetória de vida de seu produtor, e durante a identificação dos próprios documentos do arquivo pessoal é que se torna tangível a elaboração do Quadro de Arranjo⁹ para categorizar as funções e atividades dos documentos. De acordo Silva (2012, p. 96) o Quadro de Arranjo deve retratar as diferentes atividades exercidas pelo produtor do arquivo bem como contribuir para o entendimento tanto da sua trajetória profissional, quanto da sua vida pessoal independentemente do conhecimento prévio que o usuário possui ou não sobre a biografia ou cronologia do arquivo.

Além disso, segundo Charpy (1979 apud BELLOTTO, 2006, p. 139) o arranjo é uma tarefa intelectual e material “[...] deve se organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dar número de identificação aos documentos; coloca-los em pastas [...]; ordena-los nas estantes”. Por essa razão a tarefa intelectual e a tarefa material são cruciais para a visibilidade do arquivo e seu contexto, na medida em que os documentos são separados para serem agrupados em séries e subséries, de acordo com quadro de arranjo e ordenados fisicamente.

A partir da efetivação do processo de arranjo, encaminha-se para o processo de descrição¹⁰. Para Oliveira (2012, p. 16) a descrição arquivística é a representação do arquivo através de estudos de métodos e metodologias no âmbito da Arquivologia, produzida pelo arquivista com o intuito de produzir conhecimento e acesso aos arquivos. “Ao descrever os documentos o arquivista simplesmente o faz em relação a unidade que foram fixadas durante o seu arranjo”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 21). Bellotto (2006, p. 179) afirma que o processo de descrever os documentos versa a elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem que

⁸ Organização dos documentos de um arquivo ou coleção de acordo com um plano de classificação, código de classificação código ou quadro de arranjo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49).

⁹ Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora entidade produtora e da análise do acervo. Expressão acervo adotada em arquivos permanentes (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

¹⁰ Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais sejam identificados, rastreados, localizados e utilizados pelos pesquisadores. Dessa forma, como afirma Oliveira (2014),

Na descrição arquivística, passa a ser necessário conhecer com maior profundidade o contexto social e histórico de produção do arquivo, os processos que envolveram sua manutenção e assim analisar os possíveis usos e usuários do arquivo. Uma vez organizado e controlado o arquivo, o próximo passo é assegurar que a sociedade se beneficie do mesmo, ou seja, que se torne acessível para ela. (OLIVEIRA, 2014, p. 62).

Terry Cook (1998) aborda, em seu texto, a necessidade de investigação, compreensão e interpretação dos conjuntos documentais por parte dos arquivistas, por essa razão contesta a ideia tradicional da neutralidade destes profissionais perante a avaliação, organização e descrição de arquivos. “Os arquivistas, inevitavelmente, injetarão seus próprios valores em todas essas atividades [...]” (COOK, 1998, p. 139) caberá a eles a escolha dos sistemas, funções, programas, atividades, documentos dentre outras escolhas para o padrão de arquivamento.

No processo de descrição não é diferente Schellenberg (2006, p. 315-316) analisa a seleção do método para a consecução da descrição e afirma que “Os papéis privados devem ser descritos da melhor maneira possível, de forma a facilitar seu uso” (SCHELLENBERG, 2006, p. 316), os arquivos pessoais possuem diferentes valores e conseqüentemente diferentes usos por esse motivo o processo de descrição influencia na produção de conhecimento sobre o arquivo e na recuperação dos documentos devendo representar as demandas das instituições custodiadoras, para tanto é indicado o uso de normas específicas, para facilitar o acesso.

Nos últimos anos, estudos foram desenvolvidos para a criação de normas de descrição arquivística com o propósito de obter padronização de procedimentos, capazes de promover intercâmbio, nacional e internacional, de informações entre distintos sistemas arquivísticos. Na década de 1980 os estudos ganharam força a partir do amparo do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que garante que:

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Em 1994, o CIA publicou o primeiro trabalho consolidado, a norma internacional denominada de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)). “Esta norma contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). Conforme observa Bellotto (2006, p. 182) o marco teórico da norma é a relação hierárquica, a chamada estrutura multinível que descreve em níveis do geral para o particular que assume o respeito aos princípios da proveniência e da organicidade.

O modelo ISAD(G) apresenta 26 elementos de descrição distribuídos em 7 áreas sendo elas: (1) Área de identificação; (2) Área de contextualização; (3) Área de conteúdo e estrutura; (4) Área de condições de acesso e de uso; (5) Área de fontes relacionadas; (6) Área de notas; e (7) Área de controle da descrição. Porém, somente alguns elementos são considerados obrigatórios, essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva são eles: “a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data(s); e) dimensão da unidade de descrição; e f) nível de descrição” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 13).

O Comitê de Normas de Descrições (CND)¹¹ do CIA recomendou que fossem elaborados, com base na ISAD(G), procedimentos a nível nacional, adaptados ao cenário arquivísticos dos diferentes países em decorrência da generalidade, característica das normas internacionais. Para atender a recomendação, de adaptar a norma internacional à realidade brasileira, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)¹² por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA)¹³ publicou no ano de 2006, a versão preliminar da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRAD)¹⁴.

A NOBRAD estabelece diretrizes para descrição de documentos arquivísticos, do Brasil, e tem por objetivo promover o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional, para tanto é compatíveis com as normas

¹¹ Em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Pequim, a Comissão ad hoc foi transformada em Comitê de Normas de Descrição (CND), passando a integrar formal e permanentemente a estrutura do CIA. Na ocasião, sua composição foi alterada e o Brasil convidado a designar um representante para o CND, cuja principal tarefa à época era realizar a revisão e a segunda edição da ISAD(G) (CONARQ, 2006, p. 8).

¹² <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/o-conselho.html>

¹³ Criada pela portaria n. 56, de 30/9/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), com a finalidade de propor normas que, em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF), que fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo Conarq e adotadas como normas brasileiras (CONARQ, 2006, p. 9).

¹⁴ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

internacionais em vigor a ISAD(G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF))¹⁵, ambas com proeminência mundial no que tange a descrição arquivística e a elaboração de instrumentos de pesquisa. É válido evidenciar que:

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 9).

A norma brasileira assim como a ISAD(G) tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, e adota o princípio de descrever do geral para o particular. A NOBRADE prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição sendo dividida em: área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle da descrição; e, a área de pontos de acesso e descrição de assuntos. “Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber: o código de referência; título, data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1)”. (CONARQ, 2006, p. 18).

Oliveira (2012) a partir de um levantamento bibliográfico elencou algumas das normas de descrição de maior impacto, segundo seu estudo, no âmbito da normalização arquivísticas. Além da ISAD(G) são estas: Modelo de descrição publicado em 1898, Manual de arranjo e descrição de arquivos, proposto pelos holandeses Muller, Feith e Fruim; Manual of Archival Description (MAD). Norma proposta pelo Reino Unido, elaborada em três versões e coordenada por Michael Cook (1986, 1989 e 2000); Rules of archival description (RAD). Norma desenvolvida pelo Bureau of Canadian Archivists (versão revisada de 2008); e Describing Archives: a Content Standard (DACS). Modelo americano promovido pela Society of American Archivists (2008).

¹⁵ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

Segundo Bellotto (2006, p. 183) “só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme”. A padronização da descrição é peça chave para a qualidade do tratamento técnico, realizado pelas entidades custodiadoras, e também para os pesquisador por proporcionar o uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação (CONARQ, 2006, p. 10).

Uma vez organizado e descrito o arquivo, o próximo passo é assegurar a difusão e o acesso ao conjunto documental por meio de instrumentos de pesquisa. Podem ser definidos como instrumentos de pesquisa, as ferramentas utilizadas para orientar usuários, tanto internos quanto externos, sobre a consulta e as informações a respeito da instituição arquivística e seu conjunto documental. De acordo com a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o instrumento de pesquisa é o “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108). Nesse sentido, os instrumentos de pesquisa apresentam-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices.

O quadro seguinte resume a relação dos diferentes tipos de instrumento de pesquisa e o nível de descrição arquivística.

Quadro 1 - Nível, base da descrição e instrumentos de pesquisa

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos, coleções	Séries	Inventário
Séries	Unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais Seleccionadas pertencentes a uma ou mais origens	Assunto; recorte temático	Catálogo seletivo; índice

Fonte: (LOPEZ, 2002, p. 22).

De acordo com o quadro acima é possível compreender que o guia oferece informações gerais para orientar os usuários bem como: o endereço da instituição,

os telefones, o horário de atendimento entre outras até as informações mais específicas sobre fundos e as coleções, existentes do arquivo, nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc. Para Lopez (2002, p. 23) O guia deve ser o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado sendo de suma importância conter uma pequena introdução sobre o histórico da instituição e sobre o processo pelo qual seu acervo foi formado, estas informações devem ser claras e acessíveis para o pesquisador.

O inventário de acordo com Bellotto (2006, p. 197) “[...] descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo informações sumárias e não analítica, esta própria do catálogo”. Segundo Lopez (2002, p. 29) o inventário é o instrumento cuja descrição das séries documentais de cada fundo é a base fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo.

O catálogo, segundo a definição do Arquivo Nacional (2005) descreve ordenadamente e individualmente os documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica. Lopez (2002, p. 32) afirma que “O fundamental do catálogo é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram”.

Já, o catálogo seletivo descreve cada unidade documental minuciosamente a partir de critério temáticos. Bellotto (2006, p. 213) afirma que o catálogo seletivo além de temático pode se referir a pessoas ou eventos, pode ainda trazer os documentos, a partir da escolha do autor, os documentos ‘mais importantes’, ‘os de maior interesse’ ou ‘os de maior relevo’. E por fim o índice segundo Bellotto (2006, p. 214) refere-se a uma lista alfabética que visa apresentar nomes de pessoas, lugares, ou assuntos, permitindo uma rápida localização das unidades documentais.

Diante de todo o exposto Bellotto (2006) complementa que:

Só um arquivo munido de um guia geral de fundos, inventários e catálogos parciais, e cuja equipe arquivística possa preparar em tempo razoável catálogos seletivos e edições de textos, quando pertinentes, estará cumprindo sua função junto a comunidade científica e ao meio social e que depende e a que serve. (BELLOTTO, 2006, p. 178).

Fica claro o quão importante é o tratamento documental nos arquivos, no cerne dos arquivos pessoais às atividades tornam-se ainda mais minuciosas devido a grande exigência de contextualização dos documentos, do seu produtor e das

atividades que deram origem aos documentos. O objetivo fim do tratamento técnico pode ser dizer que é promover o acesso aos conjuntos documentais seja por usuários internos ou externos nessa perspectiva, a seguir será apresentada uma abordagem interdisciplinar que versa sobre a Arquivologia e a Biblioteconomia para tal atingimento em arquivos pessoais.

2.2.1 Abordagem interdisciplinar: o encontro entre a Biblioteconomia e a Arquivologia

Arquivos, bibliotecas e museus institucionais possuem os objetivos convergentes de recolher, tratar, transferir e difundir informações de materiais diversos através de mecanismos técnicos distintos, conforme evidenciado por Bellotto (2006). Faz-se necessária à construção de bases sólidas de informação para o alcance desses objetivos perante os arquivos de coleções formados quase que em sua totalidade por documentos originais, conhecidos como fontes primárias bem como aos conjuntos de documentos diversos de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias que estão reunidos sob critérios que envolvem o valor histórico e informativo referente a temas ou períodos da história.

Os centros de documentação nas universidades estão crescendo com o intuito de trazer para perto dos pesquisadores o material necessário para o desenvolvimento de sua pesquisa. Camargo (1999) reflete sobre esses centros ao afirmar que:

[...] todos eles atuam com a finalidade de ampliar o alcance de seus serviços aos demais segmentos sociais, procurando atingir aqueles que se configuram como usuários potencialmente interessados em fazer uso das informações disponíveis. Assim, desdobram-se em atividades de extensão universitária, buscando atingir não apenas novos pesquisadores, mas sobretudo unir-se a outra instituição cuja tarefa básica seja a de preservar o patrimônio documental do país. Engajam-se, dessa maneira, nos esforços gerais de preservação do patrimônio histórico nacional e dos seus bens culturais. (CAMARGO, 1999, p. 50).

Neste sentido, as universidades unem esforços para participar e contribuir com a preservação da memória nacional ou regional conforme as demandas e necessidades de desenvolvimento sejam elas de cunho científico, tecnológico, cultural e social. As universidades acumulam extensas e importantes fontes de informação no que tange a produção acadêmica e também seus acervos

arquivísticos, assim, busca-se intensificar o fluxo de informações da instituição de maneira a atender as necessidades de seus usuários sejam eles internos e/ ou externos.

Considerando a importância das fontes de informação no âmbito institucional e também tendo como base não negligenciar conceitos da área da Biblioteconomia quanto da área da Arquivologia torna-se imprescindível defender uma abordagem interdisciplinar de maneira a agregar seus referências e métodos para o tratamento documental, sendo a gestão integrada uma estratégia de colaboração que proporciona benefícios aos usuários. É importante compreender o significado de interdisciplinaridade visto que este conceito é norteador para as práticas desta pesquisa, sendo assim:

[...] é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. Ela toma possível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. (JAPIASSU; MARCONDES, 2003, p. 150).

Japiassu e Marcondes (2003, p. 150) alertam sobre a importância de não confundir a interdisciplinaridade com a “multi- ou pluridisciplinariedade” que representam o agrupamento de duas ou mais disciplinas que não possuem relação entre si, com objetivos múltiplos, porém com certa cooperação, mas sem coordenação num nível superior. Etimologicamente, interdisciplinaridade significa, no seu sentido amplo a relação entre as disciplinas. Para Tavares (2008, p. 136) “A interdisciplinaridade não é um caminho de homogeneidade, mas de heterogeneidade. Por isso, um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo”. Nesse sentido Tavares (2008) complementa que

Mais importante do que defini-la, porque o próprio ato de definir estabelece barreiras, é refletir sobre as atitudes que se constituem como interdisciplinares: atitude de humildade diante dos limites do saber próprio e do próprio saber, sem deixar que ela se torne um limite; a atitude de espera diante do já estabelecido para que a dúvida apareça e o novo germine; a atitude de deslumbramento ante a possibilidade de superar outros desafios; a atitude de respeito ao olhar o velho como novo, ao olhar o outro e reconhecê-lo, reconhecendo-se; a atitude de cooperação que conduz às parcerias, às trocas, aos encontros, mais das pessoas que das disciplinas, que propiciam as transformações, razão de ser da interdisciplinaridade (TRINDADE, 2008, p. 73).

Neste contexto, compreende-se que é necessário preservar as especificidades das áreas da Arquivologia e Biblioteconomia e respeitar os limites de atuação profissional. Segundo Schellenberg (2006, p. 50) “Acentuar as diferenças entre as duas profissões não é, naturalmente, ignorar os setores em que há contribuições recíprocas”. As duas são ciências voltadas para os acervos e para as técnicas de processamento dos mesmos, custodiados pelas instituições, e no âmbito dos acervos, “os bibliotecários e os arquivistas compartilham o objetivo comum de torna-los acessíveis o mais eficaz e economicamente possível”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 50).

De acordo com Smit (2003), autor da expressão “3 Marias”¹⁶ tanto arquivos quanto bibliotecas são mediadoras de informações, as instituições custodiam informações, as organizam produzindo informação documentária, e tanto a Arquivologia quanto a Biblioteconomia servem à sociedade no que tange a recuperação da informação certa na hora certa, para o autor tanto os profissionais de arquivos quanto os de bibliotecas são responsáveis pela ligação entre informações e usuários “[...] nem um nem outro detém o poder, ambos concorrem para tornar a informação acessível e, desta maneira, contribuir para a melhoria da condição humana”. (SMIT, 2003, não paginado).

Para tanto existem um conjunto de procedimentos voltados para a organização da informação que difere a Biblioteconomia e a Arquivologia. Segundo Bellotto (2006, p. 36) o que determina o uso e os métodos de tratamento é a forma e a função pela qual o documento é criado, a razão de sua origem e de seu emprego é determinante para a condição enquanto documento de biblioteca ou de arquivo. Basicamente os materiais de uma biblioteca são tratados como unidades com título, autor e assunto definidos, escritos para divulgação e acesso, já os documentos de arquivo são o resultado de uma atividade desempenhada por conta de uma função e por esse motivo são organizados em conjunto de acordo com estas funções (SANTOS; LUZ; AGUIAR, 2016, p. 105).

Além disso, Santos, Luz e Aguiar (2016) destacam também a diferença no processo de aquisição de acervos biblioteconômicos e arquivísticos, em uma biblioteca, os documentos do acervo são adquiridos por compra ou doação e

¹⁶ Expressão que procura atingir uma simplificação didática sobre a Biblioteconomia, a Arquivologia e também sobre a Museologia, identificando cada categoria profissional como uma Maria. (SMIT, 2003, não paginado).

também por permuta, este último não foi citado pelos autores, a partir de uma política de acervo enquanto que nos arquivos, os documentos são resultado da acumulação natural no decurso de atividades administrativas ou profissionais (arquivos institucionais) ou individuais (arquivos pessoais), embora algumas instituições já trabalhem com a aquisição de arquivos pessoais para o enriquecimento de suas coleções.

A partir dessas considerações, Bellotto (2006) afirma que é possível esclarecer que:

[...] a biblioteca é um órgão colecionador (reúne artificialmente o material que vai surgindo e interessando a sua especificidade), em cujo acervo as unidades estão reunidas pelo conteúdo (assunto); que os objetivos dessa coleção são culturais, técnicos e científicos e que seus fornecedores são múltiplos [...] que o arquivo é um órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada a que serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função [...] que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica [...] e que a fonte geradora é única, ou seja, é a administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado. (BELLOTTO, 2006, p. 38).

Nesse panorama, com base nas funções desempenhadas em cada órgão fica evidente que o conjunto de atividades voltadas para o tratamento da informação recebe designações distintas nas duas instituições. Segundo Almeida (2016, p. 166) na Biblioteconomia o conjunto de atividades chamado de processamento técnico ou de tratamento da informação envolve a catalogação, a classificação e a indexação do material, já nos arquivos utiliza-se de termos como inventário, arranjo, descrição e classificação para identificar o conjunto de atividades desenvolvidas. As duas instituições “são igualmente antigas e ligadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano”. (ARAÚJO, 2011, p. 117).

A Biblioteconomia foi a primeira disciplina a se preocupar com o tratamento da informação e, neste sentido, possui uma longa história, dedicada à organização, preservação e uso dos registros do conhecimento. A Arquivologia surgiu tempos depois, pôde usufruir muito das técnicas, normas e preceitos oriundas da Biblioteconomia. (SOUZA, 2012, p. 219).

As tendências contemporâneas em Biblioteconomia estão voltadas para pesquisas sobre mediação bibliotecária; competência informacional e sobre as bibliotecas digitais e em no cerne da Arquivologia, realizam-se estudos sobre a arquivística integrada; arquivos como construções sociais e também sobre os

arquivos pessoais (ARAÚJO, 2011, p. 126). Ainda de acordo com Araújo (2011) ambas as instituições nasceram para conservar e guardar documentos. Ao longo dos séculos foram desenvolvidas técnicas e procedimentos de organização e recuperação dos documentos e em tempos mais recentes, o aprimoramento das técnicas é para tornar seus conteúdos acessíveis. Nesse sentido, é necessário buscar os pontos convergentes nas atividades de tratamento da informação, porém respeitando as peculiaridades de cada instituição para que não haja prejuízo de conteúdo. Almeida (2016) complementa que:

[...] todo esforço cooperativo deve ser empreendido no sentido de reunir recursos e competências e maximizar resultados. A busca de pontos comuns e de soluções conjuntas no âmbito das instituições de preservação tem de ser estimulada. (ALMEIDA, 2016, p. 179).

Para a autora:

Aos poucos, com o aumento da demanda de informação por parte dos profissionais e do público, com a criação de sistemas informatizados integrados e com a gradual disponibilização de coleções digitalizadas, as fronteiras entre os diversos serviços começaram a desaparecer. Todas as áreas produzem e usam informação; portanto, todas são responsáveis por torná-la acessível. Por essa razão, as atividades de informação das instituições de preservação têm de ser tratadas de forma integrada e não como um conjunto de atividades isoladas. Além disso, a informação tem de ser vista como parte integrante do gerenciamento e desenvolvimento institucional. Isso requer a formulação de uma política institucional de informação que privilegie a integração de sistemas, competências, conhecimentos, coleções e documentação dessas coleções e que favoreça a ampla circulação de informações para a plena realização da missão e dos objetivos da instituição. (ALMEIDA, 2016, p. 181).

Nessa perspectiva, a evolução da tecnologia da informação vem reformulando as instituições. Segundo Souza (2012, p. 225) há necessidade que os profissionais da informação acompanhem os avanços tecnológicos de forma que sejam “capazes de adaptar ou migrar serviços convencionais ao novo meio e gerar novos serviços e produtos de informação”. Tanto a Arquivologia quanto a Biblioteconomia vislumbram o diálogo entre cultura, sociedade e informação, com seus estudos voltados para a produção, organização e utilização da informação as duas instituições propõem-se em interagir com as novas formas de produção do conhecimento bem como com a disseminação desse trabalho interconectado.

A origem da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como disciplina científicas encontra-se diretamente vinculada à episteme do Renascimento, da valorização da cultura humana, da centralidade dos aspectos humanos – daí que, nos primeiros tratados dedicados à sistematização de conhecimentos destas áreas, predominam as ideias de salvaguarda e patrimônio. Nos séculos seguintes as três áreas vinculam-se ao desejo de mudança e novidade da episteme moderna sem, contudo, se construírem em oposição ao modelo anterior. (ARAÚJO, 2014, p. 163).

Segundo Almeida (2016) sem o trabalho interdisciplinar entre as bibliotecas, arquivos e também museus não se conseguem criar e desenvolver projetos de informação consistentes.

Falar em profissional da informação nesse campo das instituições patrimoniais não significa a falsa criação de um profissional que reúna a somatória das diferentes formações dos três profissionais de hoje. Mais importante que isso: trata-se de buscar troncos comuns na formação e de reconhecer as diferenças, sem enxergá-las, entretanto, como fatores que impossibilitem a cooperação e o desenvolvimento de projetos integrados. (ALMEIDA, 2016, p. 183).

Considerando essa afirmativa, o diálogo entre Biblioteconomia e Arquivologia precisa existir e se fortalecer mutuamente, porém deve prevalecer o respeito dos saberes particulares “O que não é tarefa fácil, na medida em que são áreas com conformações, às vezes, próximas, outras vezes bastante distintas”. (RAMOS, 2013, p.19). O ponto de convergência entre as duas disciplinas é a informação e a intenção que se tem em torná-la acessível ao usuário, não é a função nem tão pouco são as técnicas adotadas ou a função que as tornam convergentes. Nesse sentido é possível elucidar que para a biblioteca o que importa é o conteúdo do documento já para o arquivo o que importa é a atividade que da origem a ele.

De acordo com Bellotto (1997) os trabalhos desenvolvidos em arquivos pessoais são interdisciplinares por excelência, por apresentarem infinitas abordagens e olhares, segundo a autora até então não haviam estudos voltados para a sua existência, rastreamento, organização e divulgação. Hoje o cenário é bem outro os arquivos pessoais são tidos como objetos de pesquisa bem como fontes de informação. Nessa perspectiva, instituições públicas e/ou privadas demonstram interesse em recolher, organizar, tratar e disponibilizar os documentos de origem privada. Ainda segundo Bellotto (1997) a soma de visões interdisciplinares contribui para melhor fundamentar a organização dos documentos pessoais, sem que se percam de vista os princípios básicos da Arquivologia.

Considerando a abordagem interdisciplinar vislumbrada entre a Biblioteconomia e a Arquivologia, apresentada no texto a cima e com o intuito de contribuir com esse encontro, a seguir são apresentados aspectos relacionados as contribuições e uso da curadoria digital como prática interdisciplinar para descrição, preservação, interoperabilidade e o compartilhamento de acervos pessoais, identificando suas ações e o papel dos curadores.

2.3 CURADORIA DIGITAL FRENTE AOS ACERVOS PESSOAIS

Compreende-se curadoria como a ação de curar, “tomar conta” de alguma coisa, o termo está intimamente relacionado com a atenção e o cuidado empreendido sobre determinado objeto. Nessa perspectiva, a curadoria digital surge com uma proposta de práticas e estudos interdisciplinares que reflitam sobre todo o processo de gestão no âmbito dos objetos digitais. O Digital Curation Centre (DCC), criado no ano de 2004, no Reino Unido, para coordenar as investigações em curadoria de informação digital, assegura que a curadoria digital envolve a manutenção, a preservação e a agregação de valor aos dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida¹⁷.

Para Sayão e Sales (2012, p. 184) o conceito de curadoria digital está em evolução, porém já é instituído que envolve o processo de gestão e preservação de recursos digitais durante todo o ciclo de vida dos mesmos. Ainda segundo os autores a curadoria digital é o resultado de um conjunto de estratégias, abordagens tecnológicas e atividades que incorpora aspectos e conceitos adquiridos pelos estudos em preservação e acesso a recursos digitais.

A preservação digital é definida como um “Conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário”. (CONARQ, 2015, p. 7). Segundo Miguel Ferreira (2006) a preservação digital é a atividade que torna possível a comunicação entre um emissor e um receptor, não só através do espaço, mas também através do tempo,

¹⁷ Informações extraídas do site da instituição: <http://www.dcc.ac.uk>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ou seja, o acesso continuado, a longo-prazo, à informação e ao patrimônio cultural existente em formato digital. Nesse sentido o autor afirma que:

A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permanece acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação. (FERREIRA, 2006, p. 20).

Segundo Santos (2014, p. 40) “a preservação digital é gestão ativa de informação digital através do tempo para assegurar sua acessibilidade”. Márdero Arellano (2008) complementa ao afirmar que é importante observar a preservação a partir da necessidade de assegurar o acesso e recuperação da informação científica como fundamento para a pesquisa acadêmica.

Ao longo dos anos o foco da preservação digital transformou-se da necessidade de uma ação imediata de ‘resgate’, para a conscientização da necessidade em preservar os materiais digitais ao longo do tempo e para que isso ocorra é preciso respeitar um conjunto de práticas gerenciais que integrem os sistemas de preservação digital (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 50). Ainda segundo Márdero Arellano (2008, p. 88) torna-se indispensável “o uso de padrões internacionais de arquivamento de metadados para proporcionar uma gestão mais efetiva de estratégias de preservação de documentos eletrônicos”.

Atualmente o Open Archival Information System (OAIS)¹⁸ é considerado o modelo para repositórios de metadados de preservação mais usado. O modelo de referência OAIS é definido por Sayão (2010) como “uma infraestrutura conceitual que descreve o ambiente, as interfaces externas, os componentes funcionais e os objetos de informação, associados com um sistema responsável pela preservação de longo prazo de materiais digitais”. (SAYÃO, 2010, p. 13). No Brasil, o modelo foi traduzido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e publicado através da Norma Brasileira (NBR) 15472: Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI) de 2007.

¹⁸ Modelo de referência Open Archival Information System (OAIS) ou Sistema Aberto para Arquivamento de Informação (SAAI) - Esquema conceitual que disciplina e orienta um sistema para a preservação e manutenção de acesso à informação digital por longo prazo; contém o termo archival para distingui-lo de outros usos do termo “arquivo”. Arquivo no OAIS consiste em uma organização de pessoas e sistemas que aceitam a responsabilidade de preservar informação e torna-la disponível. (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 353).

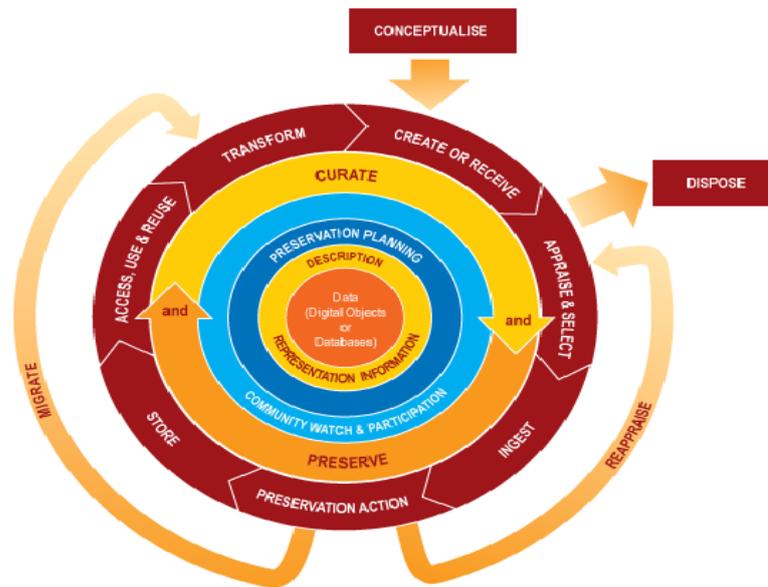
Diante dessa abordagem Abbott (2008) afirma que a curadoria digital torna-se mais ampla que a preservação digital por envolver todas as atividades da gestão de dados desde o planejamento de sua criação, passando pelas melhores práticas de digitalização e documentação, de maneira a garantir que o dado esteja disponível e adequado para ser descoberto e reusado agora e no futuro. A curadoria digital é aplicável a uma grande variedade de situações profissionais desde o início do ciclo de vida da informação até ao fim.

Segundo Santos (2014, p. 29) o conceito de curadoria digital é relativamente novo e se desenvolveu a partir das noções de preservação digital e da necessidade da informação ser disseminada em meio aberto, principalmente a informação científica produzida em rede. A curadoria digital envolve as atividades de seleção, enriquecimento, tratamento e preservação da informação de natureza científica, administrativa ou pessoal para o seu acesso e uso futuro e é também considerada a prática que contempla todas as fases do ciclo de vida dos documentos. Nesse sentido, Santos (2014) assegura que:

O ciclo documentário pode ser definido como conjunto de operações para o tratamento de documentos composto de entrada (seleção e a aquisição), processamento (catalogação, classificação, indexação e resumos) e saída (pesquisa e a difusão), com foco para o usuário num sistema que se retroalimenta. (SANTOS, 2014, p. 64).

Na expectativa de abranger todas as etapas de tratamento da informação digital surgiram os modelos de ciclo de vida. O ciclo de vida da curadoria digital, proposto pelo DCC, compreende uma visão coletiva sobre o conjunto de funções necessárias à curadoria e à preservação. Este modelo define papéis, responsabilidade, conceitos e também elucida a infraestrutura de padronização e as tecnologias que devem ser adotadas.

Figura 1 - O ciclo de vida da curadoria digital – DCC



Fonte: DCC Curation Life Cycle Model (2014).

O modelo do DCC é classificado em três conjuntos de ações: ações completas de ciclo de vida; ações sequenciais e ações ocasionais. De acordo com Sayão e Sales (2012, p. 185) as ações completas de ciclo de vida são assim chamadas por transmitem a ideia da presença contínua de atividades que ocorrem durante todo o ciclo de vida da curadoria digital, essas ações estão representadas, na Figura 1, nos anéis concêntricos internos que envolvem os objetos de dados que estão no centro do modelo e as ações são: descrição e representação da informação; planejamento de preservação; participação e monitoramento da comunidade; e curadoria e preservação.

As ações sequenciais, correspondem as etapas que devem ser exercidas para assegurar que o dado permaneça em contínuo processo de curadoria de acordo com as melhores práticas, por essa razão a sequência do processo que engloba a conceitualização; criação e/ou recebimento; avaliação e seleção; arquivamento; ações de preservação; armazenamento; acesso, uso e reuso; e transformação deve ser cumprida repetidamente de forma cíclica enquanto o dado estiver sob curadoria. Já ações ocasionais possuem os seguintes estágios: eliminação; reavaliação; e migração e ocorrem eventualmente de forma que reordenam ou interrompem as ações sequenciais (SAYÃO; SALES, 2012).

Tendo em vista as ações do ciclo de vida da curadoria digital é conveniente destacar como referência o quadro apresentado por Siebra et al (2013) nele são identificados as atividades de cada conjunto de ações e suas respectivas definições para melhor elucidar o que foi relacionado até o momento.

Quadro 2 - Ações do Ciclo de Vida da Curadoria Digital

(continua)

Ações para todo o ciclo de vida	
Descrição e representação da informação	Coleta e atribui informações de representação necessária para entender o dado digital e sua apresentação. Envolve a atribuição de metadados administrativos, descritivos técnicos, estrutural e de preservação, utilizando padrões adequados, para assegurar a descrição e controle adequado a longo prazo.
Planejamento da preservação	É onde é feito o planejamento da preservação ao longo do ciclo de vida de curadoria do objeto digital. Isso inclui planos de gestão e administração de todas as ações do ciclo de vida de curadoria.
Acompanhamento e participação da comunidade	Enfatiza a necessidade de atenção para as atividades que se desenrolam no âmbito das comunidades envolvidas com o problema de curadoria, bem como a necessidade de participação no desenvolvimento de padrões, de ferramentas e de software adequados ao problema e que possam também serem compartilhados.
Curadoria e preservação	Estar continuamente alerta e empreender as ações administrativas e gerenciais planejadas para a curadoria e preservação por todo o ciclo de vida da curadoria.
Ações sequenciais	
Conceitualização	Conceber e planejar a criação do dado, incluindo os métodos de captura e as opções de armazenamento.
Criação e/ou Recebimento	Criar dados, incluindo metadados administrativos, descritivos, estruturais e técnicos. Metadados de preservação podem, também, serem adicionados no momento da criação. Receber dados, de acordo com políticas bem documentadas, de criadores de dados, de outros arquivos, de repositórios ou de centros de dados e, se necessário atribuir metadados apropriados.

Quadro 2 - Ações do Ciclo de Vida da Curadoria Digital

(conclusão)

Ações sequenciais	
Avaliação e seleção	Avaliar o dado e selecionar o que será objeto dos processos de curadoria e de preservação por longo prazo. Manter-se aderente tanto às boas práticas quanto às políticas pertinentes e também às exigências legais.
Arquivamento	Transferir os dados para um arquivo, ou repositório, ou centro de dados ou outro custodiante apropriado.
Ações de preservação	Empreender ações para garantir a preservação a longo prazo e a retenção do dado de natureza oficial. Ações de preservação devem garantir que o dado permaneça autêntico, confiável e utilizável, mantendo a sua integridade.
Armazenamento	Armazenar os dados de forma segura mantendo a aderência as normas relevantes.
Acesso, uso e reuso	Garantir que o dado possa ser acessado tanto pela sua comunidade alvo, quanto pelos demais usuários interessados na reutilização do dado.
Transformação	Criação de novos dados a partir do original.
Ações Ocasionais	
Eliminação/Descarte	Eliminar os dados que não foram selecionados para curadoria de acordo com políticas documentadas, diretrizes e/ou exigências legais.
Reavaliação	Retornar ao dado cujos procedimentos de avaliação foram falhos para nova avaliação e possível seleção para curadoria.
Migração	Migrar os dados para um formato diferente.

Fonte: (SIEBRA et al, 2013, não paginado).

A curadoria digital tem como escopo proteger os objetos digitais, permitindo o acesso e o empregado em todo seu ciclo de vida, proporcionando o compartilhamento de dados de forma que minimiza os esforços na geração dos mesmos tornando-os acessíveis para alcance de novas pesquisas e conhecimentos. Após a observação dos conceitos expostos a seguir serão apresentados aspectos referentes ao uso de curadoria digital em acervos pessoais.

2.3.1 Papel do curador digital nos acervos pessoais

O curador possui a característica de mediador é um profissional que busca cuidar, agrupar, administrar e compartilhar, de forma contínua, determinado objeto. O ofício de curador abrange inúmeras áreas do conhecimento, sendo os curadores de acervos pessoais responsáveis por promover a disseminação, a circulação e o efetivo uso dos conjuntos documentais dos acervos. Neste contexto Corrêa e Bertocchi (2012) esclarecem que

As representações de curadoria vigentes vinculam-se à ação humana, e ampliadas para qualquer contexto social, referem-se sobremaneira às atividades de seleção, organização e apresentação de algo a partir de algum critério inerente ao indivíduo curador. Mais adiante nessa evolução conceitual vemos o termo vinculado à atividade de medição, qual seja, de um especialista que executa conexões entre grupos, públicos, pessoas com propostas, objetos, exposições ordenados a partir de 'modelos de ordem' definidos pelo mediador (aqui curador). Na medida em que ocorre a expansão da sociedade digitalizada, o termo curadoria passa a ser utilizado para uma diversidade de ações que envolvem organização de dados a partir de critérios ou recortes. Nesse contexto, a 'curadoria de informação' assume uma ideia muito mais de *organização* que de inauguração de uma nova proposta ou visão do mundo. (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 29).

Dessa forma, o termo curador passou a ter maior amplitude sendo utilizado para diversas ações, atreladas a preservação, a partir de critérios e recortes específicos. As preocupações dos curadores com as ações de preservação, armazenamento e acesso continuam as mesmas, porém as tecnologias atuais possibilitam o aperfeiçoamento do trabalho de organização, acesso e uso da informação.

Conforme Santos (2014, não paginado), com o volume intenso de informações o termo foi transposto de museus e bibliotecas às mídias interativas, ou seja, para os meios digitais surgindo assim novas denominações para os profissionais que trabalham nesse meio: curadores de conteúdo; curadores de dados; e curadores digitais e também os curadores de informação referenciados por Corrêa e Bertocchi (2012). No entanto, todos os curadores possuem em comum a responsabilidade pela seleção e disponibilização de dados sobre um determinado tema.

A curadoria de informação trata das práticas de filtragem e produção de conteúdo nas mais diversas plataformas digitais. (AMARAL, 2012, p. 42). A curadoria de conteúdo consiste em coletar, filtrar e classificar informações para um

determinado grupo por meio de pesquisa, contextualização e compartilhamento. A curadoria de dados, também denominada em inglês de eScience, trata das ações de gestão requeridas para manter dados de pesquisa a longo prazo de modo que esteja disponível para o reuso e para a preservação. Já a curadoria digital, que possui conceituações próximas da curadoria de dados, resulta de iniciativas internacionais para preservação da informação científica que envolve a seleção, avaliação, armazenamento e disseminação de objetos e coleções de natureza científica, administrativa ou pessoal. E por fim, a curadoria digital que inicia desde a criação do item nato digital ou selecionado para digitalização (analógico) e continua por meio de processamento de imagem, captura de metadados, criação derivativa e preservação para acesso a longo prazo (SANTOS, 2014, não paginado).

Para Sayão e Sales (2012) a curadoria digital

une as tecnologias e boas práticas do arquivamento e da preservação digital e dos repositórios digitais confiáveis com a gestão dos dados científicos, criando uma nova área de pesquisa cujos desdobramentos, de amplo espectro, ainda são imprevisíveis. Isto porque, como se trata de uma área que só recentemente despontou como crítica para a pesquisa, ainda restam muitas lacunas práticas e teóricas a serem equacionadas, orientadas, preferencialmente, por uma abordagem multidisciplinar. (SAYÃO; SALES, 2012, p. 189).

A curadoria surgiu como uma estratégia para a preservação, sem a aplicação de ações de preservação não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade, e integridade dos documentos para o uso corrente e/ou futuro. O ofício de curador abrange várias áreas do conhecimento caindo em desuso a ideia do curador como detentor dos documentos, o objetivo contemporâneo é dar prioridade a circulação para tanto inúmeras atividades são desenvolvidas para tal finalidade dentre essas ações algumas aplicações se destacam por apresentarem benefícios voltados para o acesso a informação sendo assim é possível, nesse momento, destacar a digitalização e a captura de metadados.

2.3.1.1 Melhores práticas de digitalização

A digitalização, segundo a definição Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o “Processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner”. (ARQUIVO NACIONAL,

2005, p. 69). Enquanto isso o documento *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes* descreve a digitalização como:

processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (binary digit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados. (CONARQ, 2010, p. 5).

Nesse sentido a digitalização é uma técnica que permite a transposição de um documento em suporte analógico para o ambiente digital permitindo a recuperação de informações, acesso simultâneo a um mesmo documento além de favorecer a preservação dos documentos, a longo prazo, uma vez que minimiza o manuseio dos originais.

Surge a digitalização como uma tecnologia que toma uma fotografia eletrônica de um papel e a armazena digitalmente num sistema computacional. “Após sua conversão em imagens eletrônicas, através de um scanner, esses documentos são indexados, comprimidos e armazenados em discos digitais ópticos”. (DOLLAR, 1994, apud ANDRADE, 1999, p. 103). O processo de digitalização apresenta etapas de seleção do material, captura digital, armazenamento e por fim a disseminação da informação. Para Innarelli (2010) a digitalização é uma atividade nova que necessita ser estudada de forma interdisciplinar e institucionalmente. Os estudos devem estar voltados para preservação e manutenção do documento digital de forma íntegra e autêntica além das atividades inerentes ao processo como a captura digital, o armazenamento e a disseminação dos representantes digitais.

Segundo as recomendações do CONARQ (2010) para a consecução do processo de digitalização é necessário que haja planejamento prévio orçamentário e financeiro, capazes de garantir a aquisição, atualização e manutenção de versões de software e hardware. Schäfer (2013, p. 43) complementa ao afirmar que é comum encontrar projetos que tiverem que suspender suas atividades devido a falta de recurso seja ele financeiro, tecnológico, de pessoal e/ou outro devido a ausência de planejamento prévio.

Além do planejamento dos recursos, antes do início do processo de digitalização o CONARQ (2010, p. 6) recomenda que já tenha sido executado o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais que irão ser digitalizados. Embora a recomendação seja para que os

conjuntos documentais sejam digitalizados na íntegra, como fundos/coleções ou séries ainda assim é possível digitalizar itens documentais isolados, porém pressupõe-se que antes dos documentos analógicos assumirem o formato digital os mesmos já tenham sido higienizados, identificados e organizados (arranjo, descrição e indexação).

No que tange o processo de captura digital da imagem, a digitalização propriamente dita, deve ser realizada levando em consideração os parâmetros que possam significar riscos ao documento original, bem como: condições de manuseio; a definição dos equipamentos de captura; o tipo de iluminação; o estado de conservação e até o valor intrínseco do documento original é inevitável que o processo seja realizado “com o objetivo de garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original”. (CONARQ, 2010, p. 7).

Diante do exposto, fica evidente que para a construção de um projeto de digitalização faz-se necessário observar as recomendações do CONARQ (2010) que tratam da captura digital em imagem; padrões e boas práticas mínimas para a captura digital de imagens; formatos digitais para representantes digitais matrizes e derivados; metadados técnicos; boas práticas gerais para armazenamento, segurança e preservação dos representantes digitais; e utilização de serviços terceirizados para a captura digital, armazenamento e acesso.

2.3.1.2 Metadados para descrição e preservação da informação

Conforme Rondinelli (2005, p. 59) “o termo metadado foi cunhado pela tecnologia da informação para designar as informações necessárias para dar significado aos dados armazenados num sistema de computador”. Os metadados também são definidos como “dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender Dados e/ou preservar outros dados ao longo do tempo”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 116).

No âmbito das bibliotecas, desde a década de 1990 utiliza-se o termo metadados para representar as informações através de campos que descrevem o título, autor(es), local de publicação, editora, data de publicação, assunto(s) de que trata a obra e o seu resumo (DZIEKANIAK, 2010, p. 46). Segundo Ikematu (2001) a aceção do termo metadado é imprecisa e por esse motivo o autor arrola as seguintes definições:

Metadados são dados que descrevem atributos de um recurso. Eles suportam um número de funções; localização, descoberta, documentação, avaliação, seleção etc; Metadados fornece o contexto para entender os dados através do tempo; Metadados é dado associado com objetos que ajuda seus usuários potenciais a ter vantagem completa do conhecimento de sua existência ou característica; Metadados é o instrumento para transformar dados brutos em conhecimento. (IKEMATU, 2001, não paginado).

De acordo com Sayão (2010) os metadados inicialmente foram criados para o desenvolvimento de padrões para organização e para a recuperação da informação. Contudo diante do surgimento dos documentos digitais houve a necessidade de expansão da ideia puramente descritiva de metadados para os novos propósitos e funções como: controle dos direitos, intercâmbio, comércio eletrônico, interoperabilidade técnica e semântica, reuso da informação e curadoria digital.

Existem muitos e diferentes esquemas de metadados, que têm sido continuamente criados por arquivistas e bibliotecários com o propósito de melhorar a descrição, recuperação, organização e disseminação dos recursos de informação na web, dentre eles é possível citar: MARC (Machine-Readable Cataloguing); RDF (Resource Description Framework); MODS (Metadata Object Description Schema); DCMI (Dublin Core Metadata Initiative); EAD (Encoded Archival Description); METS (Metadata Encoding and Transmission Standards) entre outros; PREMIS (Preservation Metadata Implementation Strategies).

Os metadados podem ser divididos em três categorias conceituais: os metadados descritivos que descrevem um recurso com o propósito de descoberta e identificação; metadados estruturais que documentam como os recursos devem ser recompostos e ordenados estabelecendo os vínculos entre os documentos que foram criados separadamente; e os metadados administrativos apoiam os processos de gestão do ciclo de vida dos recursos informacionais, incluindo informações sobre como e quando o recurso foi criado e a razão da sua criação (SAYÃO, 2010, não paginado).

Os metadados de preservação estão relacionados com o conteúdo do documento e por isso devem conter informação quanto sua estrutura física, técnica e lógica. “Os metadados de preservação são uma forma especializada de administrar metadados [...]”. (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 76). Para Saramago (2004) a inclusão de metadados de preservação deve acompanhar todo o ciclo de vida do recurso digital desde a criação; seleção; identificação persistente; descrição e

acesso; armazenamento; até a preservação. Nesse sentido os metadados agem como informação de apoio aos processos associados com a preservação digital de longo prazo, cunhando um histórico das transformações ao longo do tempo com o intuito de garantir a reconstrução da autenticidade e integridade dos objetos digitais (SARAMAGO, 2004, não paginado).

Diante dos conceitos ora apresentados é possível perceber que o termo metadados surge como instrumento de tratamento, estruturação e administração dos recursos de informação da web. Assim, os metadados de preservação promovem a gestão efetiva da preservação digital por documentar os processos de preservação digital de longo prazo, garantindo que os conteúdos digitais possam ser acessados, interpretados e reutilizados agora e no futuro. Através do metadados ocorre a adição de valor aos dados de maneira que fornecem informação e contexto para aos mesmos corroborando com todo o ciclo de vida da curadoria digital.

Neste capítulo de Revisão de literatura foram aprofundados os conceitos relacionados a temática da pesquisa, para que possa servir de fonte para a análise e discussão dos resultados atingidos, que serão apresentados no capítulo 5. No próximo capítulo, de Contexto do estudo, é descrito o cenário de aplicação da investigação, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, a Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, o Arquivo Geral, além de apresentar uma breve abordagem sobre Maria Judith Zuzarte Cortesão e seu acervo pessoal.

3 CONTEXTO DO ESTUDO

Neste capítulo é apresentada a contextualização da pesquisa a partir da exposição dos elementos necessários para entender o processo de institucionalização do nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido é retratada a Universidade Federal do Rio Grande; a Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão; o Arquivo Geral da instituição; bem como a produtora do arquivo pessoal, a professora Judith Cortesão.

3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

A Universidade Federal do Rio Grande é uma instituição federal de ensino superior, criada a partir da constatação da significativa evasão de estudantes que se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Com o intuito de modificar a situação vivida, ocorreu a criação da Escola de Engenharia, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo cenário industrial já existente na cidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2015).

Instituída, inicialmente, como Fundação Cidade do Rio Grande suas atividades iniciaram na Biblioteca Rio-Grandense, com aulas práticas ministradas diretamente nas indústrias, servindo como 12 laboratórios experimentais. Foi adquirido o terreno e conseqüentemente ocorreu a construção do prédio próprio para a Escola de Engenharia Industrial, no local onde atualmente está instalado o Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. À medida que o tempo transcorria, novas expectativas surgiam e assim foram sendo criadas novas faculdades de maneira que se ampliava a gama de possibilidades oferecidas aos jovens riograndinos.

No dia 20 de agosto de 1969 foi autorizado o funcionamento da Universidade do Rio Grande – URG através do Decreto-Lei nº 774, assinado pelo então Presidente da República Arthur da Costa e Silva. A Instituição atualmente está distribuída em quatro Câmpus sendo eles: Câmpus Carreiros, Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul e uma Unidade de Saúde.

Na década de 70 foi reconhecida a faculdade de Medicina do Rio Grande, criados e reconhecidos os cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos e também o curso de Oceanologia, pioneiro no Brasil em nível de graduação logo foi

criado o curso de Mestrado em Oceanografia Biológica. A estrutura da Universidade do Rio Grande foi modificada passando a existir cinco centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Centro de Letras e Artes; Centro de Ciências do Mar; e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, conseqüentemente foi adotado o sistema de matrícula por disciplina e o surgimento dos colegiados de coordenação didático-pedagógica dos cursos na mesma década os centros tornam-se departamentos.

Na década de 80 inicia-se o processo de transferência dos cursos para o Campus Carreiros e seguem sendo implantados novos cursos como Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês, Geografia e História bacharelados. A década é marcada pela passagem da FURG à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento custeado por recursos provenientes da União Federal e pela a expansão da Universidade fora da sede implantando cursos de graduação na cidade de Santa Vitória do Palmar. No ano de 1982 a universidade é convidada a participar do projeto Antártico Brasileiro – PROANTAR, diante do convênio estabelecido entre a FURG e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM. No ano seguinte é inaugurado um pavilhão que representa a primeira fase de construção da Estação de Apoio Antártico.

Durante a década de 90 houve a criação dos cursos de Engenharia de Computação e de Letras – Português/Espanhol, o doutorado em Oceanografia Biológica, primeiro curso de doutoramento da FURG. A Estação Marinha de Aquacultura, no Balneário Cassino, cujo objetivo principal do projeto é a reprodução em cativeiro de camarão, peixe-rei e tainha passa a ter desempenho operacional. É instalada a UTI Pediátrica e a UTI Cirúrgica do Hospital Universitário, a instalação de deu por meio de recursos próprios também foram inaugurada a área acadêmica do Hospital Universitário, o Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente e a TV FURG, operando na rede de TV a cabo e no final da década é inaugurada a UTI Neonatal e a UTI Intermediária. Ocorreu também a uma reestrutura administrativa com a criação das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), de Administração (PROAD) e de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN).

A partir do ano 2000 o crescimento da universidade foi notório diante da ampliação do número de novos cursos de graduação, especialização, mestrado e

doutorado além da oferta de cursos na modalidade de ensino a distância e adesão ao projeto REUNI¹⁹, junto ao Ministério da Educação. No ano de 2008 foi aprovado o Estatuto da FURG que promoveu mudanças na estrutura acadêmica, a os Departamentos transformaram-se em Unidades Acadêmicas e na estrutura administrativa, ocorreu a criação de novas Pró-Reitorias além da mudança de nome de Fundação Universidade Federal do Rio Grande para Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Durante essa década são iniciadas e concluídas diversas obras de infraestrutura e também foram criados três novos campus: Santo Antônio da Patrulha; São Lourenço do Sul; e Santa Vitória do Palmar.

A Universidade oferece 60 cursos de Graduação presenciais, sendo 49 cursos no Campus Rio Grande; 05 em Santa Vitória do Palmar; 03 em Santo Antonio da Patrulha e 03 em São Lourenço do Sul, e 20 cursos de graduação à distância EAD/UAB. Na pós-graduação, os cursos de especialização presenciais somam 12, na especialização a distância 10; no mestrado 29 e no doutorado 12 e nos Programas de Residências Médicas são 12. A população discente é de 12.980 alunos, distribuídos nos cursos de graduação 9.754, de pós-graduação 2.457. O corpo docente soma um quantitativo de 850 docente e 1197 é a soma do quantitativo de Técnico-Administrativos em Educação da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2015).

A instituição apresenta como missão: promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade socioambiental. A FURG é uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos que anuncia seu compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global.

3.1.1 Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão

A Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão é uma das oito bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas da

¹⁹ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2017.

Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG) foi inaugurada no dia 28 de maio de 2007, desde então seu espaço físico está localizado no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG, na cidade do Rio Grande .

No ano de 2005, a FURG e seu Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) foram contemplados no edital 1/2005 Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente (MMA)²⁰ para abertura de uma Sala Verde. Projeto este que versa sobre o incentivo à implantação de espaços socioambientais pelo país e que teve como idealizadores na FURG a Prof^a Dr^a. Susana Inês Molon coordenadora do PPGEA, na época, e Prof. Dr. Cláudio Renato Moraes da Silva professor do curso de Biblioteconomia da FURG.

De acordo com o edital de implantação 01/2005 as salas verdes são espaços vinculados à uma instituição, pública ou privada, que se dedicam ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental tendo como missão disponibilizar, difundir e democratizar a informação ambiental (BRASIL, 2005, p. 5). As salas verdes vislumbram a socialização dos materiais distribuídos sobre o Meio Ambiente, produzidas e/ou fornecidas pelo MMA, através do Centro de Informação e Documentação (CID)²¹ bem como colaborar para a construção de um espaço que ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

A Sala Verde da FURG foi criada no ano de 2006, a partir do Ato Executivo nº 031/2006 com o objetivo de construir um espaço de articulação e prática de ações ambientais entre a universidade, a escola e a comunidade; “potencializar espaços, estruturas e iniciativas já existentes na FURG”; além do objetivo de abrigar o acervo da professora Judith Cortesão, bem como diversas outras obras, sobre a temática ambiental (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005). A biblioteca tornando-se uma biblioteca setorial do até então Núcleo de Informação e Documentação (NID)²², atual Sistema de Bibliotecas (SiB), conforme registros a inauguração oficial da biblioteca, data do dia 28 de maio de 2007 (LEMOS, 2008).

²⁰ <http://www.mma.gov.br/>

²¹ O CID foi inaugurado em 7 de outubro de 1998, trata-se de um centro de referência e também de uma biblioteca virtual na área de meio ambiente (BRASIL, 2005, p. 4).

²² No final do ano de 2010, o Núcleo de Informação e Documentação (NID) passou a denominar-se Sistema de Bibliotecas (SiB), ligado a Pró-Reitoria de Graduação e constituído hoje pela Biblioteca Central e sete bibliotecas setoriais. Disponível em: <<http://www.biblioteca.furg.br>>. Acesso em: 9 maio 2017.

O acervo da Sala Verde da FURG é composto por material bibliográfico da extinta biblioteca do PPGEA; publicações editadas e distribuídas pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto Sala Verde; dissertações e teses defendidas no PPGEA; obras recebidas por compras realizadas pelo SiB/FURG; intercâmbios e doações, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase em Educação Ambiental, Ecologia, Meio Ambiente e Educação (DZIEKANIAK, 2014), além do acervo pessoal da professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado para FURG. A denominação da biblioteca se deu como uma forma de homenagem e reconhecimento à professora Judith Cortesão levando em consideração a sua trajetória de vida e pela atuação profissional enquanto Educadora Ambiental (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 4).

A parte bibliográfica do acervo é gerenciada pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo e está organizada e disponível para a consulta pública na Biblioteca. A consulta ao acervo é de livre acesso, atendendo a comunidade acadêmica da FURG, a comunidade em geral e, especialmente, aos cursos de pós-graduação em Educação Ambiental.

3.1.2 Arquivo Geral

A Coordenação do Arquivo Geral possui a função de recolher, organizar, custodiar e preservar os documentos que são produzidos e recebidos pela Universidade, bem como, viabilizar o acesso aos acervos, apresentando à sociedade o potencial de pesquisa existente.

O Arquivo Geral, enquanto unidade da FURG é responsável pela custódia de documentos de caráter intermediário e de guarda permanente provenientes da instituição, sendo, o mesmo, vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Foi criado oficialmente no ano de 2010, através da publicação da Portaria nº. 2.109²³ de 4 de novembro de 2010, do Gabinete do Reitor.

Segundo Santos (2012), ao longo dos anos, o Arquivo Geral vislumbrou a gestão documental, voltada inicialmente para a conservação da documentação

²³ Disponível em:

<<http://www.conselhos.furg.br/converte.php?arquivo=portarias/2010/novembro/2109.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

oriunda de várias unidades, e do 'arquivo retrospectivo'²⁴. No ano de 2014, a Coordenação do Arquivo Geral passou a desenvolver as suas atividades arquivísticas no Câmpus Carreiros, foi construído no campus um prédio específico, para atender as necessidades de conservação e preservação do acervo e para a realização do trabalho de gestão documental da FURG, até então as atividades eram desenvolvidas em uma sala no Câmpus Cidade. Atualmente a equipe do Arquivo Geral é constituída por seis arquivistas, uma técnica em restauro, além de estagiários, acadêmicos do curso de Arquivologia da FURG.

O acesso ao espaço é livre e gratuito a toda a comunidade, porém é necessário à apresentação de documento de identificação, com foto, para as pesquisas nas dependências do Arquivo Geral da FURG além do preenchimento de uma ficha de cadastro. O acesso a documentos sigilosos, reservados e confidenciais só serão liberados para consulta após prescrito os prazos definidos na legislação em vigor, com a autorização da Coordenação.

3.2 MARIA JUDITH ZUZARTE CORTESÃO

Maria Judith Zuzarte Cortesão nasceu no ano de 1914, na cidade do Porto, em Portugal filha de Carolina Cortesão Ferreira e do historiador Jaime Zuzarte Cortesão. Aos 17 anos teve que deixar Portugal devido a perseguições políticas, sofridas pela sua família, pelo governo ditatorial de António Salazar. Diante dessa situação Judith Cortesão e sua família moraram em diversos países e no ano de 1940, juntamente com sua família, transferiram-se para Brasil.

Em 1947 Judith casou-se com o filósofo e poeta português Agostinho da Silva, com quem constituiu uma família com oito filhos, sendo dois adotivos. Estabeleceu-se em Brasília na década de 1980, sua formação era extensa, em seu Curriculum Vitae²⁵ possui o registro de ter se graduado em diversos cursos de

²⁴ Arquivo da FURG com características de arquivo intermediário e permanente, onde eram encaminhados documentos que geraram normas para a administração da instituição (como atas de reuniões, atos executivos, resoluções, portarias, ofícios e ofícios circulares); documentos que caracterizavam as mudanças na estrutura da instituição ou do seu quadro de pessoal docente, técnico ou administrativo (conservada primeiramente na Divisão de Pessoal e depois recolhida ao arquivo retrospectivo); a passagem do aluno pela instituição e que influenciou na sua aprovação (conservada primeiramente no DRA e depois recolhida ao arquivo retrospectivo); as atas de presença das provas e/ou tarefas; os pedidos de Regime Domiciliar (RED), etc. (SANTOS, 2012, p. 154).

²⁵ Documento pertencente ao arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

diversas áreas bem como Letras, Medicina, Biologia, Climatologia, Antropologia, Meteorologia e Biblioteconomia, além disso, Judith dominava 14 idiomas.

Judith Cortesão foi professora em diversas universidades e também dedicou-se por muitos anos à assessoria e consultoria do governo brasileiro na área ambiental, tornando-se uma ambientalista, pesquisadora e educadora reconhecida internacionalmente. Segundo documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal foi consultora das ONG'S SOS Mata Atlântica e Instituto Acqua, bem como assessora de Política Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, representante, no Pantanal, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De fato, Judith Cortesão, era apaixonada por pesquisa, estudava temas diversos dentre eles poesia canadense. No que tange a temática ambiental tornou-se referência no assunto, sendo uma das criadoras do programa Globo Ecologia além de ter idealizado 10 filmes da série “Viva o mar, viva o povo da mata que vive do mar”. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005).

No final do ano de 1982, Judith Cortesão, aos 68 anos, participou da primeira viagem brasileira ao Continente Antártico. A expedição à Antártida foi realizada no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), na qual Judith foi representando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) a bordo dos navios “Barão de Teffé” e “Prof. Vladimir Besnard” a viagem, que durou dois meses, tinha por objetivo realizar diversas pesquisas científicas, além de planejar a implantação da Estação Brasileira no continente, culminando em sua criação na data do dia 6 de fevereiro de 1984 (CARLOS HUMBERTO T.D.C., 1983, p. 4-10).

No ano de 1993 mudou-se para cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul onde atuou como professora visitante do Mestrado em Educação Ambiental e consultora técnica do Museu Oceanográfico da Universidade Federal do Rio Grande.

Durante o período em que atuou como docente na FURG, mais precisamente entre o período de março de 1994 e abril de 2001 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1994, 2001) a professora desenvolveu diversos projetos e pesquisas na Estação Ecológica do Taim, teve participação direta na criação do Museu Antártico e também prestou consultoria ao Museu Oceanográfico Professor Eliezer de Carvalho Rios e ao Eco-Museu da Ilha da Pólvora. O Projeto Asas Polares; o Projeto de Educação Ambiental para a Primeira Infância; o Programa Mar de Dentro; o Projeto Meninos do Mar; Projeto “Viva o mar, viva o povo que vive do mar!”, foram

alguns dos projetos de grande relevância enquanto professora e pesquisadora da FURG (MACHADO, 2016).

Segundo consta, ao longo de sua trajetória, Judith escreveu dezesseis livros, tendo o registro de publicação do livro “Juréia, a luta pela vida” (1989) e “Mata Atlântica” (1990). Fazem parte do acervo de Judith Cortesão tanto o original datilografado da obra “Juréia, a luta pela vida”, quanto o livro editado bem como o original datilografado do texto “Povos da mata: tradição e futuro”, capítulo do livro Mata Atlântica já o livro editado encontra-se disponível para consulta local na Biblioteca Setorial Museu Oceanográfico também pertencente ao Sistema de Bibliotecas da FURG.

A pesquisadora permaneceu em Rio Grande até o ano de 2003, sendo que em 14 de novembro de 2001, Judith Cortesão recebeu o Título de Cidadã Riograndina, devido sua atuação destacada nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Cultura (MACHADO, 2016). Com sua partida para a Suíça, no ano de 2003, a professora Judith doou seu acervo pessoal à Universidade Federal do Rio Grande. Judith Cortesão faleceu aos 92 anos, no dia 25 de setembro de 2007, em Genebra, Suíça.

Este capítulo apresentou a Universidade Federal do Rio Grande destacando sua missão e finalidade enquanto instituição de ensino superior bem como a Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, o Arquivo Geral da FURG e a Professora Judith Cortesão. Após esta contextualização, apresenta-se, no próximo capítulo, a metodologia adotada na pesquisa.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as características da pesquisa bem como descreve os procedimentos metodológicos e técnicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa e consecução dos objetivos específicos, de maneira a atender o objetivo geral do trabalho.

A pesquisa, proposta, consiste no estudo de procedimentos apropriados para preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado à Universidade Federal do Rio Grande. Nesse sentido, como definem Silva e Menezes (2005, p. 20) é possível classificar esta pesquisa como sendo de natureza aplicada, devido a busca por conhecimentos para aplicação de práticas para resolução de problemas específicos.

Apresentando como base as definições de Silva e Menezes (2005) no que se refere à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa uma vez que os dados coletados não são traduzidos em números dedicando-se a interpretação e não a quantificação dos mesmos. Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa é considerada exploratória, por proporcionar melhor adequação dos instrumentos após o levantamento de hipóteses. Já no que tange os procedimentos técnicos adotados, apresenta-se a pesquisa bibliográfica como elemento indispensável para com o desenvolvimento do estudo, apresentado. Através da análise de conteúdo da literatura já publicada foi possível direcionar e sustentar a pesquisa.

As etapas que fizeram parte do desenvolvimento desse estudo correspondem à elaboração do referencial teórico; diagnóstico situacional do acervo acumulado por Judith Cortesão e doado para a FURG; identificação e compreensão do contexto de acumulação do acervo; mapeamento de equivalências entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo; elaboração de um perfil de aplicação com os metadados para descrever o acervo da professora, como proposta de ferramenta de curadoria digital; avaliação de uma plataforma que possibilite o uso do perfil de aplicação elaborado, com o intuito de obter resultados confiáveis, refinados e interoperáveis; e análise dos dados obtidos durante a realização da pesquisa.

A busca pelo referencial teórico se fez presente durante todo o desenvolvimento da pesquisa, servindo de subsídio para o alcance dos objetivos

específicos e conseqüentemente o alcance do objetivo geral proposto. As fontes utilizadas para pesquisa foram livros, artigos científicos, dissertações, teses na área da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para ter acesso a novas publicações no decorrer da pesquisa foram criados alertas de busca no Google Acadêmico, além de consultas periódicas em bases de dados e repositórios de produção científica para atualização quanto a novas publicações, que envolvesse o tema deste estudo.

De acordo com Silva e Menezes (2005) a revisão de literatura que é resultado da pesquisa bibliográfica contribui para:

obter informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado; conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; e, verificar as opiniões similares e diferentes a respeito do tema ou de aspectos relacionados ao tema ou ao problema de pesquisa. (SILVA e MENEZES, 2005, p. 38).

Nesse sentido, para a organização das informações adquiridas, durante o levantamento do referencial teórico, utilizou-se a técnica de fichamento na qual foram extraídos fragmentos de textos, julgados relevantes para a pesquisa, e posteriormente inseridos em um quadro elaborado no editor de texto *Word* e ademais identificações do material consultado, juntamente eram inseridas algumas notas de consideração. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 41) o fichamento consiste em uma técnica que possibilita reunir informações úteis e necessárias para a elaboração do texto de revisão que dará subsídio para o desenvolvimento de todo o trabalho.

A coleta de dados para o diagnóstico situacional do cenário acervo bem como a Identificação, compreensão do contexto e o conteúdo do mesmo ocorreu através de observação direta, análise documental e também através de consultas ao Sistema de Administração de Biblioteca Argo com o intuito de averiguar se e quais materiais haviam recebido algum tipo de tratamento. A partir da observação direta realizada, junto a Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, a pesquisadora sentiu a necessidade de realizar mais uma observação direta, porém uma observação em equipe para que fosse possível identificar a situação documental no que tange a organização, acondicionamento e a conservação do acervo custodiado de modo mais fidedigno.

Foram utilizados documentos como a Dissertação intitulada “Memórias em arquivos pessoais: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal”²⁶, Relatórios de Gestão da Biblioteca Sala Verde²⁷ o próprio acervo pessoal e outros documentos que de alguma forma retratam a trajetória e a institucionalização do acervo da professora Judith Cortesão para dar início ao processo de entendimento quanto o acervo acumulado. Dessa maneira, foi possível atingir os dois primeiros objetivos específicos da pesquisa, ou seja, diagnosticar a situação que se encontra o acervo acumulado por Judith Cortesão propondo a organização do Fundo Judith Cortesão; e Identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo acumulado pela professora.

A etapa subsequente corresponde ao processo de pesquisa e análise da norma ISAD(G) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo. Nesse sentido, apresenta-se uma análise de cunho interdisciplinar que busca uma comparação entre os padrões. Para fins de comparação, foi preciso, primeiramente, expor os elementos e as funções dos formatos de modo a relacionar a compatibilidade dos termos de descrição. Sendo assim, primeiramente foi elaborada, em arquivo *Excel*, uma planilha de equivalências para melhor guiar a pesquisadora no processo de cruzamento entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo. A seguir os dados do acervo bibliográfico foram exportados para o formato Comma Separated Values (CSV)²⁸.

Após esta etapa, seguiu-se para a seleção dos elementos, de acordo com os padrões analisados, que acabaram por compor o perfil de aplicação. Em seguida foi elaborado o perfil de aplicação como proposta para descrever tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora Judith Cortesão com o objetivo de obter resultados confiáveis, refinados e interoperáveis.

Concomitante com a etapa anterior foi sendo desenvolvida a etapa final do estudo que constituiu em avaliar e propor a implementação de uma plataforma que

²⁶ Dissertação defendida por Vania da Costa Machado Bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG) pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Vania-da-Costa-Machado.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

²⁷ Informações extraídas do *blog* da biblioteca <http://bibliotecasalaverde.blogspot.com.br/p/blog-page.html>

²⁸ O CSV é um formato simples para representar uma matriz retangular (matriz) de valores numéricos e textuais. É um formato de dados delimitado que possui campos / colunas separados pelo caractere de vírgula. Disponível em: <<https://www.loc.gov>>. Acesso em 26 mar. 2018.

possibilite o uso do perfil de aplicação criado. Diante das possibilidades de plataformas, que poderiam ser adotadas, foi realizado um levantamento sobre a plataforma Access to Memory (AtoM) originalmente conhecida como plataforma International Council on Archives - Access to Memory (ICA-AtoM), elencando seus principais objetivos e funcionalidades com relação à preservação, descrição, interoperabilidade e acesso. Para além de uma ferramenta de curadoria digital optou-se por utilizar o AtoM, levando em consideração que trata-se de um software livre que já vem sendo utilizado pela FURG em outros trabalhos e projetos.

Neste capítulo, foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo seguinte é dedicado à apresentação da análise e discussão dos resultados, tendo como objetivo estabelecer uma conexão entre os assuntos abordados na revisão de literatura e os conhecimentos produzidos para o alcance dos objetivos da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados alcançados durante o desenvolvimento da pesquisa, considerando os objetivos propostos. No que tange a apresentação dos dados atingidos, para cada objetivo, a mesma acontece na forma subcapítulos para uma melhor compreensão dos resultados. As abordagens realizadas na Revisão de Literatura, bem como no Contexto do Estudo, serviram como subsídio para nortear a análise e a interpretação dos resultados alcançados.

5.1 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO FUNDO JUDITH CORTESÃO

No próximo subcapítulo, são apresentados os resultados do estudo desenvolvido para a materialização do primeiro objetivo específico proposto, no qual busca diagnosticar a situação em que se encontra o acervo investigado, além de propor a organização do Fundo Judith Cortesão.

5.1.1 Institucionalização do acervo pessoal da Judith Cortesão

Para dar início ao diagnóstico situacional do acervo, acumulado ao longo da vida da professora Judith Cortesão, em decorrência das suas atividades profissionais e obrigações sociais, foi preciso primeiramente identificar o processo de institucionalização do mesmo. A partir da informação prévia de que no ano de 2003, a FURG havia recebido a doação do acervo pessoal da professora, doado por ela, ainda em vida é que iniciou-se o processo investigativo a respeito do processo de doação e a incorporação do acervo ao patrimônio da instituição.

Segundo Borges (2014) a institucionalização dos arquivos pessoais ocorre a partir da aquisição desses arquivos pelas instituições. “Estes passam a formarem em parte do patrimônio da União”, oportunizando “a preservação e disseminação de determinados arquivos pessoais em relação a outros não institucionalizados. E também contribui para ampliar a visibilidade do titular do arquivo, dos seus feitos e dos lugares onde atuou”. (BORGES, 2014, p. 42). De acordo com Duarte (2013), a forma de institucionalização dos arquivos pessoais é diferente da forma como sucede nos arquivos institucionais.

Para os arquivos de pessoas jurídicas, a institucionalização já lhes é intrínseca desde o momento de sua gênese, enquanto que para a documentação pessoal não. A institucionalização é um processo ao qual é submetida posteriormente à sua constituição e que representa não o fluxo que lhe é próprio, mas corresponde a uma valoração daquele material que passará a integrar uma organização. (DUARTE, 2013, p. 42).

Nesse sentido, a institucionalização do conjunto documental de cunho pessoal é a passagem para preservação da herança documental produzido no âmbito privado. No entanto, de acordo com Maciel e Borges (2012, p. 120) faz-se necessário que a instituição planeje as atividades de organização e as formas de divulgação do seu acervo para que se concretize a missão de valoração do material de maneira que o mesmo possa servi como potencial fonte de pesquisa.

A Lei 8.159, de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A referida lei estabelece, no capítulo III, que os arquivos privados são formados por conjuntos documentais produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas em consequência de suas atividades sendo os arquivos pessoais inseridos nessa categoria de arquivos. De acordo com a lei os arquivos privados podem ser identificados como de interesse público e social desde que sejam entendidos como um conjunto de fontes relevantes para cultura, história e ciência nacional. Nesse contexto, “os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”. (BRASIL, 1991).

Embora a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) não faça menção sobre critérios para a aquisição de arquivos pessoais, o que reconhece que as instituições tem livre-arbítrio para indicar e aplicar suas próprias normas para a aquisição de arquivos pessoais, o processo de incorporação destes arquivos por instituições de custódia envolve uma transferência física e uma transferência jurídica. De acordo com Duarte (2012, p. 42) “Não basta que simplesmente sejam entregues aos cuidados de uma instituição que os aceite, mas há necessidade de procedimentos burocráticos que atestem a transferência de custódia à instituição”. (DUARTE, 2012, p. 42).

Para Maciel e Borges (2012, p. 120) “o reconhecimento da importância dos arquivos ocorre inicialmente com a formalização da doação (assinatura do Termo de Doação) e se justifica para possibilitar o acesso”. O Termo de Doação é o registro mais clássico, utilizado por instituições públicas para comprovar a formalização

quanto à aquisição de arquivos pessoais dessa forma, o mesmo, recebe a definição de “Instrumento legal particular que define e formaliza uma doação a arquivo”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 161). Como bem observam Borges e Murguia (2014, p. 23) “a doação é apenas uma das modalidades de aquisição de arquivos pessoais e se constitui em uma ação formal, permitindo que arquivos pessoais sejam preservados e acessados pelo público”.

Nessa perspectiva, inicia-se o trabalho investigativo referente ao termo de doação do acervo pessoal da professora Judith Cortesão para a FURG. Para tal finalidade realiza-se uma busca preliminar junto a secretaria e a direção do SiB, que desconhecem a existência de qualquer documento que possa ser qualificado como o termo de doação. A partir desse cenário empreendeu-se uma busca diretamente aos documentos que compõe o acervo documental em questão, além de consultas a outras fontes de pesquisa que pudessem subsidiar a investigação como: Portal da FURG²⁹; Blog da Biblioteca da Sala Verde Judith Cortesão³⁰ bem como inúmeras conversas com a Bibliotecária e pesquisadora Vania Machado.

Posteriormente foi registrado pedido de informação via Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)³¹ sendo o destinatário superior o Ministério da Educação e o destinatário vinculado a FURG. O pedido foi realizado como forma, encontrada, para alcançar informações mais completas e fidedignas a respeito do processo e do termo de doação do acervo pessoal do material da professora Maria Judith Cortesão. O pedido foi respondido dentro do prazo, sem necessidade de prorrogação, e como já era de se esperar, diante da investigação preliminar, a FURG confirmou que efetivamente o termo de doação do material da Prof^a Dr^a. Maria Judith Cortesão não se encontra na FURG. Como resposta ao pedido, a instituição ofereceu dados que foram extraídos da Dissertação de Machado (2016), conforme apresentado no Anexo A, atestando veracidade aos fatos referente ao processo de doação, na pesquisa apresentados.

Nessa perspectiva, Borges (2014, p. 130) afirma que “O Termo de Doação é importante, mas os documentos que armazenam o histórico da aquisição do acervo também são [...]”. Partindo deste pressuposto, em que não se tem acesso ao termo de doação, houve a necessidade de reunir informações sobre o processo de

²⁹ Disponível em: <<https://www.furg.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

³⁰ Disponível em: <<http://bibliotecasalaverde.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

³¹ Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

doação para dirimir dúvidas em relação a real custódia da FURG sobre o acervo pessoal da professora Judith Cortesão e para amparar a continuidade deste trabalho.

Nesse contexto, como forma de reconhecimento e com o intuito de perpetuar o legado deixado pela então professora Judith Cortesão é que surgiu a necessidade de institucionalização de seu acervo pessoal junto a Universidade Federal do Rio Grande. Diante da não concretização do projeto de criação da *Casa dos Povos Judith Cortesão de Língua Portuguesa*³², idealizado por Manuel Touguinha, amigo da professora, e do arquiteto Marcelo Ferraz, coordenador do Programa Monumenta do Ministério da Cultura, entre os anos de 2003 e 2004 é que ocorreu a transferência do acervo da professora Judith Cortesão para a FURG.

A não materialização do projeto teve como causas uma conjunção de fatores como afastamento das pessoas, envolvidas no projeto, dos cargos até então ocupados e também a ausência dos repasses das verbas por parte do Ministério da Cultura (MACHADO, 2016). Cabe ressaltar que “[...] a razão de ser da criação dessa instituição estava baseada na preservação e valorização da memória de Judith Cortesão e na permanência de seu legado, através de seu acervo e de sua instituição”. (MACHADO, 2016, p. 57).

O acervo foi transferido para FURG, onde permaneceu encaixotado, até 2005, quando, por ação da Prof^a Dr^a. Susana Inês Molon, então Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da referida Universidade, nasceu uma parceria com o Curso de Biblioteconomia da Universidade. O então Coordenador do curso Prof. Dr. Claudio Renato de Moraes da Silva foi consultado pela Coordenadora do PPGEA, sobre a disponibilidade e possibilidade em desenvolver uma atividade de extensão, sob o formato de um projeto do PPGEA e a Biblioteconomia, com subsidio do Programa de Pós-Graduação e MMA. Nessa perspectiva, nasce o Projeto Sala Verde, que consiste em um Projeto do Ministério do Meio Ambiente para implantar em Instituições Federais e de Ensino Público, pequenas Bibliotecas, salas, que abriguem acervo voltado para

³² Projeto que visava “homenagear a professora e ambientalista com a exposição do seu acervo”, no Sobrado dos Azulejos prédio histórico, construído em 1862 e que havia concluído, no ano de 2002, a obra de restauração do edifício. O projeto também almejava transformar o local, em “espaço para manter viva a cultura das populações lusófonas, além de valorizar e difundir iniciativas em defesa do meio ambiente e da cidadania”. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A108/N261/PDF/Fim16.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

assuntos sobre ecologia, meio ambiente e educação ambiental (SILVA, 2012, p. 74).

Em julho de 2005, após o processo seletivo do Edital 1/2005 foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente o projeto de implantação da Sala Verde Judith Cortesão da FURG, coordenado pela professora Susana Inês Molon e tendo o professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva, como responsável pelo tratamento técnico e disponibilização do acervo de Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005).

De acordo com o texto do projeto de implementação da Sala Verde Judith Cortesão o acervo da professora, doado, é formado por cerca de quatro mil itens (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 7). Durante o processo de identificação preliminar, o acervo foi dividido em três categorias: acervo bibliográfico (livros, periódicos, teses, dissertações, CDs, DVDs, etc.); objetos museológicos; e acervo arquivístico (correspondências, projetos, fotografias, relatórios, currículo, documentos pessoais, etc.).

No que tange o acervo bibliográfico da professora Judith Cortesão é possível identificar e afirmar que o mesmo recebeu o devido tratamento, respeitando os princípios da biblioteconomia estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Além disso, foi realizado no ano de 2014 o trabalho de digitalização de todas as capas e os sumários do acervo da Dr^a. Judith Cortesão (DZIEKANIAK, 2014) os mesmos podem ser acessados no momento da pesquisa também pela base de dados Argo.

De acordo com Machado (2016) os objetos que compunham o acervo foram doados ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME) que, por sua vez, encaminhou os materiais ao Museu Oceanográfico da FURG. Faz-se importante destacar que Araujo (2014) ao abordar os avanços mais recentes em Museologia chama atenção para os novos tipos de instituições, serviços e ações que vão além do caráter custodial dos objetos. De acordo com os apontamentos do autor mais do que o processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto, na perspectiva contemporânea, a Museologia busca transformar objetos, sejam eles materiais ou imateriais, em legados históricos ou testemunho do desenvolvimento científico, técnico, artístico entre outros, por meio de novas práticas e funções como, por exemplo, com o uso de tecnologias digitais para descrição de modo a possibilitar a recuperação e acesso aos acervos museais.

Entretanto, ao longo dos 14 anos desde a doação do acervo da Judith Cortesão à FURG e dos 10 anos desde a inauguração da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, não foi desenvolvido um trabalho que resultasse na consecução de ações de preservação, bem como: organização, descrição, difusão e uso do acervo documental, ficando o mesmo desassistido. Independentemente dos motivos pelos quais levaram o não tratamento do acervo, o fato origina uma relevante perda da memória coletiva e exclui dos pesquisadores e da comunidade em geral a possibilidade de acesso e uso dessa estimada fonte de pesquisa.

Machado (2016, p. 68) questiona em sua dissertação, se a não disponibilização desse acervo ao acesso público, não estaria causando uma "obliteração da memória da professora Judith Cortesão", uma vez que a autora destaca que o ponto fundamental para a perpetuação de uma memória está na sua transmissão. Além disso, o juízo de que o arquivo pessoal, ao ser incorporado a um acervo de uma instituição, passa do conceito e âmbito de privado para o público a que se referem Oliveira e Souza (2014), já citado anteriormente, torna a instituição responsável por tratar aquele material e transformá-lo em fonte de informação disponível para pesquisadores. A extensa atuação profissional e os anseios pessoais de Judith Cortesão possibilitaram identificar a potencialidade de seu acervo ficando evidente a necessidade de tratamento total do acervo pessoal da Prof^a Dr^a. Judith Cortesão de forma que a universidade cumpra com suas atribuições enquanto instituição de custódia.

O espaço físico, de acordo com o Relatório de Gestão da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão do ano de 2012, sempre foi um grande problema enfrentado pela Sala Verde. O acervo da biblioteca está em constante crescimento além de manter o acervo pessoal da professora Judith Cortesão e em razão da falta de espaço, muito dos itens deste acervo bem como outros materiais estiveram acondicionado em caixas em um espaço que corresponde a uma espécie de "mezanino" na biblioteca o que tornara o acesso aos mesmos indisponíveis. Igualmente, o relatório alerta sobre alta umidade existente no local tornando inadequado o armazenamento no espaço. No mês de novembro de 2012 a situação se agravou devido a problemas de infiltração na laje da biblioteca (DZIEKANIAK, 2012). O transtorno ocasionou a transferência provisória do acervo para o prédio da Marcenaria da universidade, o acervo permaneceu "em contato com poeira e

serragem, à espera de uma sala para serem armazenados adequadamente”. (DZIEKANIAK, 2012, p. 13).

O acervo permaneceu na marcenaria durante o período de 14 de novembro de 2012 a 26 de junho de 2013, quando no dia 27 de junho de 2013, foi novamente transferido, ainda para um local provisório, dessa vez para uma sala do prédio da Comissão Permanente de Seleção (COPERSE), no Campus Carreiros da FURG, onde permaneceu encaixotado e acondicionado em estantes (DZIEKANIAK, 2014). Nos relatórios de Gestão da Sala Verde é possível perceber os esforços empreendidos pela bibliotecária Cibele Vasconcelos Dziekaniak, enquanto coordenadora da biblioteca Sala Verde, para reverter a situação de armazenamento do acervo documental da professora Judith Cortesão que permaneceu sem qualquer organização ou tratamento, até maio de 2016.

Concomitantemente ao início deste projeto de pesquisa a Reitoria da Universidade autorizou, mais precisamente na data do dia 09 de maio de 2016, a transferência da biblioteca para o espaço que era utilizado até então pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXC) que consiste em um espaço físico mais amplo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016b). Em decorrência da ampliação do espaço físico da Sala Verde foi possível que o referido acervo retornasse para as dependências da biblioteca (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016a).

5.1.2 Proposta de organização do Fundo documental Judith Cortesão

Através da observação direta do acervo e também da análise dos relatórios de gestão da Biblioteca Sala Verde foi admissível construir um diagnóstico situacional sobre a institucionalização, estado de conservação, tratamento técnico e o armazenamento aos quais se encontravam os materiais. A falta de tratamento, visível, do acervo documental da professora Judith Cortesão, fez com que fosse empreendida uma pesquisa para averiguar estudos e recomendações no que tange o processo de recebimento, tratamento, preservação e difusão de acervos pessoais.

Com o intuito de orientar a pesquisadora, inicialmente foram observados os trabalhos realizados por instituições como: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)³³ da

³³ <http://www.ieb.usp.br/>.

Universidade de São Paulo (USP); Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)³⁴; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)³⁵ da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)³⁶ vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)³⁷. Instituições de custódias estas com destaque nacional, responsáveis pela administração de fundos e coleções de artistas e intelectuais brasileiros.

As instituições de custódia, acima citadas, além de desempenharem ações fundamentais, enquanto centros de preservação e de difusão de conjunto documentais de caráter pessoal agregam valores que não somente o valor probatório de origem de determinado documento. Neste contexto, conforme Duarte (2013, p. 43) independente do motivo que culminou na transferência de um acervo pessoal para uma instituição, o mesmo passa ser entendido enquanto fonte documental e por esse motivo precisar ter seu acesso e uso coletivo disponibilizado.

Antes de ser descrito os processos que o acervo documental foi submetido, a partir das ações empreendidas por essa pesquisa, é viável recapitular alguma questões referentes ao acervo. Doador pela própria Judith Cortesão, o montante do acervo arquivístico contém aproximadamente 7,23 metros lineares de documentos, em sua maioria, textuais. A ausência, aparente das características de ordenamento original estabelecido pela professora é natural segundo Borges (2014, p. 29) “os arquivos pessoais costumam chegar às instituições de custódia muito desordenados e cheios de lacunas” dessa forma não foi diferente com o acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

Os tratamentos direcionados ao acervo da professora, ao longo desses anos, ocorreram de forma isolada entre si diante da divisão pré-estabelecida entre: acervo bibliográfico; objetos museológicos; e acervo arquivístico, divisão esta já mencionada. As ações desenvolvidas em vista ao tratamento do acervo deram prioridade para a preservação bibliográfica, ficando o acervo documental, por exemplo, desassistido o que resulta em uma perda significativa tanto para a universidade, enquanto instituição custodiadora, que não engendrou ações para o

³⁴ <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>

³⁵ <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>

³⁶ <http://www.ael.ifch.unicamp.br/>

³⁷ <http://www.mast.br>

tratamento documental, como para a comunidade de pesquisadores que não possui acesso a estas fontes documentais.

Nesse sentido, foi preciso buscar as razões que levaram a esta falta de tratamento no acervo documental, transcorrido os mais de dez anos desde sua doação para então propor a organização do Fundo Judith Cortesão. Primeiro, foi identificado que a falta de espaço físico adequado para acondicionar e disponibilizar o acervo documental da professora Judith Cortesão tenha sido o maior impedimento para o tratamento do acervo de acordo com os relatórios de gestão da Biblioteca Sala Verde (DZIEKANIAK, 2012, 2013, 2014).

Diversos materiais da pesquisadora encontram-se encaixotados dentro da COPERSE, devido à falta de espaço físico na Sala Verde. Com a adequação do espaço físico da Sala Verde, este valioso acervo encaixotado poderá ser tratado, catalogado, indexado, melhor acondicionado e disponibilizado para empréstimo, ou seja, um grande ganho para a comunidade científica, que poderá ter acesso a documentos raros e preciosos. (DZIEKANIAK, 2013, p. 29).

No entanto, embora o espaço físico tenha sido retratado ao longo dos anos como o vilão para a não consecução do tratamento documental do acervo pessoal da Judith Cortesão é possível considerar, diante dos estudos explorados, que o despreparo técnico também pode ter contribuído para tal situação. Segundo Silva e Santos (2012) já citados, na revisão de literatura deste trabalho, diferente do que ocorre com os arquivos institucionais não existem regras nem critérios rígidos que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Nesse sentido, é imprescindível que os profissionais envolvidos no processo de tratamento do acervo saibam explorar as propriedades peculiares dos arquivos pessoais, uma vez que são diversos os tipos documentais que compõem esses arquivos que em sua maioria não apresentam as informações tidas como necessárias para a sua identificação, como acontece com os documentos gerados em instituições.

Conforme Camargo e Goulart (2007, p. 36) os conjuntos documentais de caráter pessoal “nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística” sendo tradicionalmente custodiados por bibliotecas que acabam por tratar os documentos como unidades. Nesse contexto, “transferem-se para o documento de arquivo os atributos do livro” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 37) sendo, dessa forma, considerados como coleções de documentos. Para Oliveira (2012, p. 31) o conceito de coleção “implica na reunião intencional de documentos sem a marca da produção

natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram” o que Camargo e Goulart (2007) avaliam ser uma abordagem “antiarquivística” por utilizarem técnicas classificatórias que reúnem em um mesmo plano, formatos, suportes, gêneros, espécies e assuntos, não levando em consideração o contexto em que foram produzidos, comprometendo, assim, sua organicidade e seu caráter probatório (CAMARGO, 2009, p. 31).

Do mesmo modo, o acervo documental de Judith Cortesão receberia igual tratamento do acervo bibliográfico, em razão da carência de conhecimento técnico específico, para tratar de conjuntos documentais de natureza pessoal, colocando ainda mais em risco, a integridade e a conservação do acervo, uma vez que deixaria de aplicar, ao mesmo, uma organização arquivística. Um fato curioso identificado pela pesquisadora é a inexistência de ações e procedimentos para o tratamento do acervo documental em cooperação com o Arquivo Geral da FURG, uma hipótese é o fato de somente no ano de 2008 ter ocorrido a primeira contratação de arquivista, para o quadro de servidores técnicos administrativos da Universidade, dessa forma, “é que começa a se consolidarem esforços para o tratamento e preservação do acervo da instituição”. (VIEIRO; SCHWARZBOLD; SANTOS, 2014, p. 87).

Anteriormente a criação oficial do Arquivo Geral, no ano de 2010, sete anos após a doação do acervo pessoal da professora Judith Cortesão. Na instituição “Não existia organicidade, nem recolhimentos periódicos ou qualquer tipo de controle do fluxo” (SANTOS, 2012, p. 72) com a massa documental acumulada, nesse sentido é possível levar em consideração que o não envolvimento para com o tratamento do acervo documental da professora Judith Cortesão se deu pelo fato de que foi preciso organizar primeiramente toda uma massa documental já existente bem como fazer a gestão dos documentos criados diariamente na instituição.

Em 2016, foi iniciado o processo de identificação e organização do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, a partir desse trabalho de mestrado. Destaca-se, entretanto, que a pesquisa ganhou maior força em setembro de 2016 quando foram apresentadas as ideias e ações para o desenvolvimento do projeto de tratamento do acervo pessoal da professora Judith Cortesão em reunião com as bibliotecárias do SiB Alessandra Lemos, Cibele Dziekaniak, Vania Machado e a professora Gisele Dziekaniak do curso de Biblioteconomia da FURG, que de alguma forma mantinham maior ligação com o trabalho desenvolvido na Biblioteca da Sala

Verde. Neste encontro ficou evidente que uma parceria com o Arquivo Geral seria uma oportunidade para viabilizar a execução do trabalho.

De posse do mapeamento do cenário do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, pensando na consecução do tratamento total e na disponibilização do acervo da professora, sob a custódia da Biblioteca Sala Verde, de modo a respeitar as peculiaridades do acervo, a pesquisadora buscou reforço técnico junto a Coordenação do Arquivo Geral da FURG, levando em consideração que “A gestão integrada é uma estratégia de colaboração que traz benefícios aos usuários, aos profissionais e enriquece a instituição”. (ALMEIDA, 2016, p. 180).

Nessa perspectiva, em janeiro de 2017 firmou-se uma parceria técnica entre duas unidades da FURG, o SiB e o Arquivo Geral para a organização do Fundo documental Judith Cortesão vislumbrando desenvolver um trabalho interdisciplinar (Anexo B). O projeto que contou com a colaboração da coordenadora do Arquivo Geral Andrea Santos consistiu na cedência provisória do acervo documental para o Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso, respeitando os preceitos arquivísticos (Anexo C).

A partir desse diagnóstico, no próximo subcapítulo serão apresentadas as ações desenvolvidas para atender o segundo objetivo da pesquisa, que trata da identificação e compreensão do acervo pessoal acumulado por Judith Cortesão.

5.2 IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DO ACERVO PESSOAL ACUMULADO POR JUDITH CORTESÃO

No próximo subcapítulo, são apresentados os resultados do estudo desenvolvido para a materialização do segundo objetivo específico proposto, no qual busca Identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão.

5.2.1 Contextualização: acervo pessoal Judith Cortesão

Maria Judith Zuzarte Cortesão enquanto professora universitária atuou em diversas universidades e também se dedicou, por muitos anos, à assessoria e consultoria do governo brasileiro na área ambiental, o que a tornou uma ambientalista, pesquisadora e educadora atuante, reconhecida internacionalmente. A pesquisadora permaneceu na cidade de Rio Grande até o ano de 2003 e com sua

partida para a Suíça, no ano de 2003, a professora Judith Cortesão doou seu acervo pessoal à FURG, acervo este alvo desse trabalho.

O acervo que hoje é custodiado pela Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão abrange o acervo bibliográfico, no qual os itens representam sua área de pesquisa bem como temas de interesse da professora, além do acervo documental que reflete a trajetória acadêmica e profissional de Judith Cortesão. Tendo em vista que acervo bibliográfico já estava organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo e o acervo documental encontrava-se acondicionado em caixas e estantes, inseto de qualquer tratamento, foi preciso primeiramente Identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão.

De acordo com Duarte (2013, p. 34) a contextualização da produção documental permite o entendimento do “arquivo pessoal como uma fonte de informação que extrapola os limites físicos do seu titular e depõe em seu lugar sobre suas vivências”, uma vez que expõe as características do seu cotidiano em família e em sociedade. Segundo Camargo e Goulart (2007, p. 63) o processo de contextualização corresponde a uma seção descritiva destinada ao registro das circunstâncias que deram origem aos documentos. Nesse sentido, quanto mais criteriosa for a contextualização da produção documental, conseqüentemente, melhores sucedidas serão as etapas de classificação e descrição. Para tanto, foi adotado o método de observação direta para averiguar e traçar o contexto de produção e acumulação do acervo até sua custódia.

Para Campos (2014) além da aplicação de um método funcional para dar sentido aos documentos, faz-se imprescindível, também, um profundo exercício de pesquisa sobre a trajetória da entidade produtora do arquivo, para entendimento da natureza e composição de criação do acervo de forma a garantir a coesão dos documentos quando considerados em conjunto.

Nessa perspectiva, buscou-se na dissertação de mestrado de Vania Machado (2016) subsidio para esta pesquisa, uma vez que a autora realizou um minucioso estudo, através do cruzamento de informações de fontes orais e documentais, sobre a trajetória de vida da professora Judith Cortesão. Não se pretendeu aqui criar, tão pouco confrontar e ou desconstruir, as possíveis narrativas em torno da trajetória da professora, mas sim estabelecer um ponto de partida para a contextualização de um acervo que não oferece características quanto a sua lógica de acumulação, em

virtude do modo em que ficou exposto e armazenado, ao longo dos anos, desde sua doação.

De posse do estudo sobre a trajetória de vida familiar, social e profissional, da produtora do acervo, e da sistematização cronológica das atividades, funções e cargos desempenhados pela professora Judith Cortesão, partiu-se para o mapeamento dos metadados do acervo bibliográfico e os metadados arquivísticos com vistas a identificar a proposta, origem, tempo, localização geográfica dentre outros elementos essenciais para organizar e descrever o acervo, e facilitar a sua interoperabilidade. Os metadados bibliográficos foram observados e extraídos diretamente do sistema Argo já os metadados arquivísticos eles ainda não existem de forma esquematizada eles não estão identificados em um sistema de informação de gestão, preservação nem tão pouco em um sistema de acesso. Dessa maneira, surge a necessidade de realizar, mesmo que de forma superficial, nesse primeiro momento, a identificação da tipologia documental presente no acervo, a fim de identificar a relação entre o registro documental, a atividade que lhe deu origem e o acervo bibliográfico colecionado pela professora.

Acredita-se que a partir de uma apurada identificação documental é possível reconstruir uma organização que vai além dos aspectos físicos do documento, no qual os documentos produzidos e acumulados serão relacionados pelo seu contexto de produção, ainda que o conjunto documental da professora Judith Cortesão apresente ausência de elementos o que dificulta seu processo de interpretação.

Apresentados os aspectos gerais sobre a contextualização do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, na sequência são narradas as breves ações devolvidas para identificação da tipologia documental presente no acervo.

5.2.2 Tipos documentais: acervo pessoal Judith Cortesão

A tipologia documental, como já se teve oportunidade de abordar anteriormente, é reconhecida como a “ampliação da diplomática em direção da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2008, p. 7). Nesse sentido, sua abordagem está pautada na lógica orgânica dos conjuntos documentais. Em se tratando de arquivos pessoais, segundo Maciel e Borges (2012), o estudo das tipologias documentais é um campo ainda pouco explorado,

mas é possível estabelecer relações semelhantes com os estudos sobre as tipologias encontradas em arquivos institucionais.

No âmbito dos arquivos pessoais não existem regras que normalizem os procedimentos de guarda dos documentos, seja em fase de produção ou de acumulação, tornando ainda mais desafiador o processo de identificação dos tipos documentais. De acordo com a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística a identificação consiste no “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 104). Ana Célia Rodrigues (2008) salienta que o termo identificação surgiu com o intuito de solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, representando uma fase da metodologia arquivística que estuda analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o seu produtor.

A identificação na esfera da tipologia documental busca elementos que revelem a identidade do documento de arquivo que integram a sua estrutura e sua substância. Significa extrair as informações tanto internas quanto externas do documento considerando, segundo Ana Célia Rodrigues (2008, p. 73), “sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (função, atividade), para denominar o tipo e a série documental”, objetivando, assim, estabelecer a proveniência e organicidade dos documentos.

Ana Célia Rodrigues (2008), ainda, discute a ausência de padronização dos processos utilizados para realizar a atividade de identificação de documentos de arquivos, principalmente nos parâmetros da tipologia documental. Segundo a autora, no Brasil, não existe uma discussão entorno do assunto, acarretando uma profusão de modelos e parâmetros conceituais, usados para identificar documentos levando a uma obliteração de resultados comparáveis entre arquivos, diferentemente do que ocorre no cenário arquivístico internacional.

No entanto, embora ainda que não sejam numerosas, vem crescendo o número de pesquisas que aplicam metodologias de identificação de tipologias, aqui em especial nos referimos às aplicadas em arquivos pessoais, que embora seja um campo novo é promissor e vem adquirindo espaço nas instituições. O estudo sobre a identificação de tipos documentais visa padronizar denominações, para os documentos o que representa uma complexidade ainda maior no que tange os acervos arquivísticos pessoais, por apresentarem uma infinidade de tipos

documentais não-diplomáticos³⁸, em sua grande maioria, desprovidos de informações imperativas para a sua identificação.

Nesse sentido, o método empregado para realizar o trabalho de identificação dos tipos documentais do acervo arquivístico da professora Judith Cortesão, teve início com a abertura das caixas que encontravam-se na Biblioteca Sala Verde, a fim de verificar os documentos que compunham o acervo. Dessa forma, foi feito um apanhado geral dos documentos, com o objetivo de extrair informações relevantes para o entendimento do acervo. Com o intuito de recorrer a qualquer tempo aos documentos foram feitas cópias de trabalho de alguns itens selecionados, a pesquisadora, diante da pré-classificação já existente, tomou como base para o desenvolvimento dessa etapa os documentos oriundos das atividades vinculadas a vida profissional da professora, bem como documentos produzidos pela própria produtora.

Analisando o acervo da professora Judith Cortesão foi possível identificar que seu conjunto documental é formado a partir de procedências diversas e contém documentos constitutivos de sua formação acadêmica; cargos e funções profissionais ocupadas ao longo de sua vida no Brasil; prêmios e distinções recebidos; planos de aulas ministradas; projetos desenvolvidos junto ao mestrado em Educação Ambiental da FURG; cadernetas de campo de alunos; dados de pesquisas inclusive os obtidos durante sua participação na primeira expedição brasileira à Antártida, para planejar a implantação da Estação Brasileira no continente; além de manuscritos de livros e artigos de sua autoria; bem como documentos de registro civil, documentos de identificação e correspondências pessoais.

Essa análise, mesmo que de forma não aprofundada, foi fundamental para adquirir conhecimento sobre o acervo e sua produtora uma vez que foi possível extrair informações específicas para o entendimento quanto à origem, tempo, localização geográfica dentre outros elementos específicos de descrição.

Apresentados os aspectos referentes ao processo de identificação e compreensão do acervo acumulado por Judith Cortesão, no próximo subcapítulo

³⁸ O documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública. (BELLOTTO, 2002, p. 17).

serão apresentados os resultados alcançados durante a análise de aproximação comparativa entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo.

5.3 A ISAD(G) E O CONJUNTO DE METADADOS DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS ARGO

Este subcapítulo realiza um resgate das contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de descrição, recuperação e acesso a informação. Além disso, o subcapítulo apresenta e analisa a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e o conjunto de metadados do Sistema de Administração de Bibliotecas Argo, com vista a estabelecer um mapeamento de equivalências entre ambos.

5.3.1 Representação da informação: uma questão interdisciplinar

Para o estudo, e com o intuito de compreender as possíveis correlações entre a ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo, faz-se necessário o resgate, ainda que em linhas gerais, das contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de descrição e interoperabilidade de acervos.

Tradicionalmente os arquivos e bibliotecas armazenavam a memória social, cultural e histórica em um espaço físico que servia a um grupo restrito de usuários com condições de acesso local. Com o passar do tempo e com a chamada revolução tecnológica³⁹ essas instituições tiveram sua função de guardiãs da informação, transformada. Originalmente as unidades de informação “[...] deixam de restringirem-se apenas à função de custódia para tornarem-se espaços de disseminação de informações”. (SANTA ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015, p. 97). De acordo com Araujo (2014) e seguindo a evolução dos conceitos, a Arquivologia e a Biblioteconomia tornam-se ciências responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas de tratamento de acervos como: a organização, preservação, acesso e uso dos acervos custodiados.

³⁹ Manuel Castells (2000) define que trata-se de uma revolução centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias de informação.

Historicamente falando, os registros, entorno, das tentativas de organização a informação em bibliotecas são anteriores a invenção da imprensa. Santos (2007) realiza um levantamento histórico sobre a evolução dos padrões internacionais para descrição da informação e afirmar que

[...] ainda na Antigüidade puderam ser percebidas tentativas de organização da informação em bibliotecas, com relatos que chegaram até nós sobre tabletes de argila encontrados no ano de 1300 a.C., em escavações hititas, onde foram observadas inscrições com certa lógica adotadas para a descrição física de documentos, identificando o número do tablete em uma série, o título e até mesmo o nome do escriba. (SANTOS, 2007, p. 58).

De acordo com Campello (2006, p. 9) “As bibliotecas foram as primeiras instituições a se preocuparem com o controle bibliográfico e durante algum tempo seus catálogos constituíram os únicos instrumentos para esse fim”.

Conforme observam Santos (2007) e Campello (2006) o *Pinakes*⁴⁰ é considerado um dos primeiros instrumentos de organização bibliográfica de que se tem notícia. Segundo as autoras eram 120 volumes em ordem alfabética de nomes de autores, com uma breve biografia de cada um, dentro de dez classes de assuntos predominantes à época. Dessa maneira, já era possível perceber o conceito de autor, enquanto ponto de acesso, como uma forma de padronização, visando à recuperação da informação.

Os primeiros modelos de catálogos registrados pela história já assumem um compromisso com o desenvolvimento de padrões básicos de organização, preparação e estruturação da descrição dos itens de seus acervos. Porém, somente nas últimas décadas, com desenvolvimento dos recursos computacionais, com aumento da produção bibliográfica e conseqüentemente com o crescimento do campo informacional foi possível pensar nos catálogos como instrumentos mais eficazes para processar e transmitir a informação de maneira padronizada.

Por conseguinte, surgem os chamados On-line Public Access Catalogs (OPACs) com o objetivo de representarem um acervo físico, localizar a informação registrada, independentemente de sua localização geográfica, além de facilitar o acesso aos documentos. Segundo Souza (2016, p. 285) o OPAC “é o termo usado

⁴⁰ Considerado o primeiro catálogo de biblioteca o *Pinakes* era dividido por assuntos: retórica, direito, literatura épica, tragédia, comédia, poesia, medicina, matemática, ciências naturais e miscelânea. Em cada uma dessas divisões os autores eram arranjados em ordem alfabética e sobre cada um havia breve nota biográfica e uma análise do seu trabalho. (CAMPELLO, 2006, p. 1).

para designar programas que gerenciam a recuperação e manipulação de informações em formato eletrônico” ainda de acordo com a autora os OPACs nada mais são do que “versões eletrônicas dos catálogos de fichas utilizados para a organização, localização e recuperação dos documentos nas bibliotecas tradicionais”. (SOUZA, 2016, p. 285-286). Sendo assim, os catálogos são reconhecidos como os principais instrumentos de recuperação da informação que transmitem aos usuários, através da representação da informação, mensagens codificadas disposta num banco de dados.

Entretanto, diferentemente de como os catálogos são conhecidos e utilizados pelas bibliotecas, nos arquivos, conforme Santos e Santos (2013), os mesmos não fazem parte do universo particular de instrumentos de trabalho. Segundo as autoras isso ocorrer pelo fato de que historicamente a documentação dos arquivos era associada ao valor de prova e não ao valor de pesquisa. Entretanto, a Revolução Francesa, no final do século XVIII, marcou o início de uma nova fase para os arquivos, na qual a literatura especializada trata como “arquivologia pós-custodial”. Nesse momento há a ruptura do paradigma custodial onde o profissional arquivista, de acordo com Viana (2015, p. 75), “[...] deixa de ter uma atuação passiva e passa a ter uma atuação proativa”, com ações voltadas aos interesses da sociedade surgindo, dessa forma, a preocupação com a gestão, acesso, valor cultural e histórico e não somente com a guarda dos documentos.

Considerando o acervo pessoal da professora Judith Cortesão como fonte informacional, uma vez que o mesmo está sob a custódia de uma instituição e retratar a trajetória pessoal e profissional da professora, além de contribuir para a memória institucional, entende-se a necessidade de tratar o referido acervo, na perspectiva da arquivística pós-custodial. Segundo Viana (2015, p. 77) a arquivística “[...] pós-custodial não questiona o objeto de estudo da arquivologia, o documento, mas sim o patrimonialismo e o tecnicismo na Arquivologia”. Nesse sentido, a presente pesquisa prima por ações que vão além da custódia física do acervo, busca-se contribuir para o acesso e uso coletivo de todo o conjunto documental pertencente ao acervo da professora.

A partir dessa breve contextualização histórica é possível compreender, de forma mais precisa, as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de descrição e interoperabilidade de acervos. A descrição da informação trata-se de um conjunto de procedimentos para identificar

um item documental, por tanto envolve as ações de extração dos elementos mais relevantes sobre os aspectos formais e de conteúdo dos documentos de maneira a torná-los individuais e únicos, dentro de um instrumento de pesquisa, permitindo que os mesmos sejam pesquisados, recuperados e acessados pelos usuários.

Na Arquivologia e na Biblioteconomia a descrição da informação se desenvolveu historicamente de forma distinta, assumindo assim funções diferentes. De acordo com Souza (2012) os procedimentos utilizados por arquivistas e por bibliotecários para a descrição estão diretamente relacionados com natureza dos materiais que cada um dos profissionais lida. Souza destaque que o arquivista “lida com unidades agrupadas ou menores cujo valor está, na maioria das vezes relacionados entre si” enquanto que o bibliotecário lida “com unidades avulsas, material colecionado de fontes diversas [...], existente em numerosos exemplares e que não depende da relação com outras peças”. (SOUZA, 2012, p. 218). Porém, tanto os arquivos quanto as bibliotecas são instituições que buscam através da descrição possibilitar, essencialmente, a localização, recuperação, busca e acesso aos documentos.

No que tange a Biblioteconomia a descrição ainda pode ser definida como o registro dos elementos físicos e de conteúdo capazes de identificar o material por suas características. Essa atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação ou ainda catalogação descritiva. Para Alves (2012)

[...] a catalogação constitui-se como um processo de representação informacional que garante a identificação única do recurso informacional para fins de recuperação e, portanto, essencial para proporcionar a recuperação eficiente dos recursos nos variados tipos de sistemas de informação. Desenvolvida na área da Biblioteconomia, a catalogação é um método para construção de representações do qual a Ciência da Informação se utiliza de forma interdisciplinar. (ALVES, 2010, p. 12).

Nesse contexto, a atividade de catalogação é desenvolvida a mais tempo no âmbito das bibliotecas do que nos arquivos. Nos arquivos a catalogação é reconhecida pelo termo descrição arquivística que consiste na “elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes [...]”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). O processo de descrição na arquivologia tem sua acepção arraigada na construção de instrumentos de pesquisa que possibilitem de acordo com Bellotto (2006, p. 179) “a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”.

Entretanto, para Oliveira (2012, p. 41) rotular a descrição arquivística como atividade restrita aos arquivos permanentes e com a intenção de elaborar instrumentos de pesquisa para acesso as informações sobre acervos arquivístico é uma “forma redutora em relação ao que de fato significa e representa” nesse sentido, julga-se pertinente citar a Society of American Archivists (SAA)⁴¹ apud Hagen (1998, não paginado) na qual apresenta para a descrição arquivística, duas definições em diferentes períodos para um melhor entendimento de sua função:

1974: O processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa.

1988: Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.

Embora tenham sido apresentadas lacônicas definições a cerca da descrição fica evidente a importância de tal atividade tanto em acervos arquivísticos como em acervos bibliográficos, para a eficiente recuperação e acesso da informação, bem como para a preservação dos materiais. Dessa maneira, é válido salientar que a recuperação e o acesso à informação representam funções essenciais na atualidade dos arquivos e das bibliotecas, porém para o êxito das mesmas tanto a descrição arquivística quanto a catalogação descritiva precisam levar em consideração uma série de normas, padrões, formatos e protocolos aprovados por comissões competentes.

Sayão (2007) define que essas normas, padrões, formatos e protocolos “estabelecem as regras pelas quais os objetos são descritos, identificados e preservados, seus dados são armazenados, e os sistemas aos quais estão inseridos se comunicam”. (SAYÃO, 2007, p. 19). É através da utilização desse conjunto de regras que arquivos e bibliotecas atingem seus objetivos em comum, que incluem a localização, recuperação, busca e acesso aos documentos. Dessa maneira, conforme Noerr (2003)

Em todos os casos, a função é tentar unificar a representação, manipulação ou transmissão de algum fragmento de informações para que dois ou mais sistemas diferentes possam ‘entendê-lo’ da mesma maneira. Eles são a

⁴¹ <https://www2.archivists.org/>

base de interoperabilidade, portabilidade, modularidade, blocos de construção, objetos e todos os outros nomes inventados para descrever como dois sistemas de informação podem ser capazes de trabalhar juntos. (NOERR, 2003, p. 93, tradução nossa).

Com esse cenário, de informatização dos processos, percebe-se a preocupação constante dos profissionais que lidam com informação para com a busca pela normalização para integrar a representação e possibilitar o compartilhamento da informação, seja esta uma coleção, um fundo, um item, ou até mesmo um elemento que faz parte de outro item. A normalização não significa limitar as atividades de descrição e sim direcionar a mesma, tornando-a eficaz para recuperação, além de possibilitar a construção de bases de dados de qualidade e interoperáveis.

Trazendo o ato de descrever para a discussão da pesquisa e considerando a proposta de mapeamento de equivalências entre a ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo, para a descrição do acervo pessoal bibliográfico e arquivístico da professora Judith, faz-se importante mencionar que um dos desafios encontrados durante o processo de mapeamento está na concepção de que enquanto na arquivologia a descrição é minuciosa, exigindo mais elementos contextuais para sua representação, na biblioteconomia a descrição é mais pontual e sucinta. Nessa perspectiva, as próximas subseções elucidam essa constatação através da apresentação e da contextualização das principais características, funções e elementos da norma ISAD(G) e do conjunto de metadados do Argo.

5.3.2 Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G)

A descrição arquivística é uma tarefa aplicada em arquivos permanentes, destinada para a representação de uma unidade documental através da extração, análise, organização e registro de informação, com o objetivo de “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.11). De acordo com Albuquerque (2006, p. 89) “O estabelecimento de padrões para a descrição arquivística tem uma discussão pautada na facilitação de trabalho dos arquivistas aliada a melhores condições de descrição do acervo e contribuições para que o pesquisador tenha o documento necessário em mãos”.

A primeira edição da norma ISAD(G) foi publicada em 1994, pelo Conselho Internacional de Arquivos, a partir de uma série de estudos, que visavam padronizar terminologias e procedimentos de tratamento dos documentos de arquivo, de forma a proporcionar ao profissional criar representações precisas, adequadas e de forma padronizada. Segundo Bellotto (2006, p. 183) “só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme”. Sendo assim, o uso de regras de descrição possibilita o intercâmbio de informações entre diferentes instituições.

É importante ressaltar, que a norma que estabelece as diretrizes para descrição de documentos arquivísticos no Brasil é a NOBRADE, a mesma consiste em uma tradução da norma ISAD(G) com adaptação para a realidade brasileira. Estrutura-se em oito áreas incluindo 28 elementos de descrição, uma área e dois elementos a mais do que os previstos na ISAD(G). O modelo ISAD(G) estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, podendo ser aplicada independentemente da forma ou do suporte dos documentos. As regras da norma estão organizadas em sete áreas de informação com 26 elementos de descrição, conforme o quadro seguinte.

Quadro 3 - Áreas de informação e elementos de descrição da ISAD(G)

(continua)

ÁREAS DE INFORMAÇÃO	ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
<p>1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição.</p>	<p>1.1 Código(s) de referência</p> <p>1.2 Título</p> <p>1.3 Data(s)</p> <p>1.4 Nível de descrição</p> <p>1.5 Dimensão e suporte</p>
<p>2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p> <p>Destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição.</p>	<p>2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)</p> <p>2.2 História administrativa/Biografia</p> <p>2.3 História arquivística</p> <p>2.4 Procedência</p>
<p>3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p> <p>Destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição.</p>	<p>3.1 Âmbito e conteúdo</p> <p>3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade</p> <p>3.3 Incorporações</p> <p>3.4 Sistema de arranjo</p>

Quadro 4 - Áreas de informação e elementos de descrição da ISAD(G)

(conclusão)

ÁREAS DE INFORMAÇÃO	ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
<p>4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p> <p>Destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição.</p>	<p>4.1 Condições de acesso</p> <p>4.2 Condições de reprodução</p> <p>4.3 Idioma</p> <p>4.4 Características físicas e requisitos técnicos</p> <p>4.5 Instrumentos de pesquisa</p>
<p>5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</p> <p>Destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição.</p>	<p>5.1 Existência e localização dos originais</p> <p>5.2 Existência e localização de cópias</p> <p>5.3 Unidades de descrição relacionadas</p> <p>5.4 Nota sobre publicação</p>
<p>6 ÁREA DE NOTAS</p> <p>Destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas.</p>	<p>6.1 Notas</p>
<p>7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p> <p>Destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.</p>	<p>7.1 Nota do arquivista</p> <p>7.2 Regras ou convenções</p> <p>7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com o CIA (2000) este conjunto de regras gerais para a descrição arquivística faz parte de um processo que visa, exatamente, assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; bem como tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

Dentre os 26 elementos compreendidos pela norma, como já foi citado anteriormente, somente um conjunto deles são considerados essenciais para que haja o intercâmbio internacional de informação descritiva sendo eles: “a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data(s); e) dimensão da unidade de descrição; e f) nível de descrição”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 13).

O código de referência tem como objetivo “Identificar de maneira específica a unidade de descrição e estabelecer uma ligação com a descrição que a representa”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 18). Conforme o CIA

(2000) o registro é realizado conforme a necessidade da instituição, contendo os elementos que identificam o código do país; o código do detentor ou outro identificador específico de localização; e código específico de referência local, número de controle ou outro identificador único. O título tem por objetivo nomear a unidade de descrição, dessa forma é preciso fornecer “o título formal ou um título atribuído conciso, de acordo com as regras de descrição multinível e as convenções nacionais”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 20).

O(s) nome(s) do(s) produtor(es) identificam o(s) produtor(es) da unidade de descrição, sendo assim é preciso descrever “o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 24). Para tanto o registro deve estar de acordo com os princípios da ISAAR(CPF). Quanto ao registro da(s) data(s) da unidade de descrição a ISAD(G) aponta que deve ser registrado ao menos um dos seguintes tipos de data:

1. Data(s) de acumulação dos documentos no decurso de atividades públicas ou privadas do produtor.
2. Data(s) de produção dos documentos. Isto inclui datas de cópias, edições, versões, anexos ou originais de itens documentais gerados antes de terem sido acumulados como documentos de arquivo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 21).

Em dimensão e suporte deve-se identificar e registrar a dimensão física ou lógica e também o suporte da unidade de descrição. O registro da unidade de descrição deve indicar o número de unidades físicas ou lógicas em algarismos arábicos e a unidade de medida, além disso, é preciso indicar os o(s) suporte(s) específico(s) da unidade de descrição (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000). Encerrando os elementos considerados essenciais na norma ISAD(G) tem-se o nível de descrição que tem por objetivo “Identificar o nível de organização da unidade de descrição”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 23). Dessa forma, deve ser feito o registro do nível desta unidade de descrição, ou seja, identificar se o mesmo representa um Fundo; Seção; Série; Subsérie; Dossiê/Processo ou o Item documental.

Cabe destacar que “Uma determinada descrição arquivística pode incorporar mais elementos de informação do que os essenciais, dependendo da natureza da

unidade de descrição”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 13).

A partir do estudo sobre a norma ISAD(G) é possível constatar, conforme evidenciado por Bellotto (2006, p. 182), que a relação hierárquica também conhecida por descrição multinível é o “marco teórico da norma”, embora já recomendada na descrição arquivística. Segundo a definição do CIA (2000) a descrição multinível consiste em uma técnica de descrição na qual são somadas todas as descrições realizadas em partes, ligadas em uma hierarquia que representam o fundo e as partes para as quais foram elaboradas as descrições.

A estrutura da descrição multinível parte de um princípio hierárquico, no qual a descrição é feita em níveis, denominando-se assim estrutura multinível. A ISAD(G) dispõe quatro regras fundamentais para que a hierarquia de descrições seja realizada e possa ser aplicada a qualquer unidade de descrição, independente de sua natureza e de suas dimensões. Essas regras são: descrição do geral para o particular que tem como objetivo “representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes”; informação relevante para o nível de descrição que tem como objetivo “representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição”; relação entre descrições que tem como objetivo “tornar explícita a posição da unidade de descrição na hierarquia”; e por fim não repetição de informação que tem como objetivo “evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 17-18).

É importante ressaltar que ISAD(G) é uma norma amplamente aceita e usada no desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística. Para Gueguen et al. (2013, p. 101) “Isto se deve em grande parte ao fato da ISAD(G) refletir a prática descritiva tradicional e ainda predominante de usar uma descrição voltada unicamente para o documento, baseada na proveniência e incluindo todas as variadas facetas da descrição”.

Nesse sentido, Lopez (2002) afirma que a norma ISAD(G) é uma primeira referência para qualquer atividade de descrição. De acordo com o autor “a utilização dos princípios da estrutura multinível proposta pela ISAD(G), somada a uma classificação arquivística guiada pelo princípio da proveniência, pode atingir resultados promissores”. (LOPEZ, 2002, p. 19). Porém faz-se um alerta sugerindo

que a mesma seja encarada mais como uma diretriz geral do que como uma norma propriamente dita.

Ademais, a escolha por apresentar e analisar a norma ISAD(G), com vistas a estabelecer um mapeamento de equivalências com o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo, mesmo diante de outras normas voltadas a descrição arquivística, fundamenta-se por tratar-se de uma norma internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, na qual as demais normas partem dos seus princípios para a criação de normas próprias em diversos países.

5.3.3 Conjunto de metadados do Sistema de Administração de Bibliotecas Argo

O Sistema de Administração de Bibliotecas Argo foi desenvolvido na própria universidade pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) em conjunto com um grupo de bibliotecários do SiB e está em atividade desde de o ano de 2009. O desenvolvimento do Argo visava a implantação de um sistema de informatização de bibliotecas que atendesse as necessidades essenciais aos serviços oferecidos por suas bibliotecas à comunidade acadêmica.

Anteriormente o SiB utilizava o Sistema de Automação de Bibliotecas 2 (SAB2), software desenvolvido pela FURG na década 1990 para informatização dos catálogos e serviços das bibliotecas. Sendo este:

Resultado de um convênio entre a Fundação Universidade do Rio Grande-RS (FURG), a Fundação Getúlio Vargas e a IBM do Brasil, o SAB2 foi criado com o objetivo de desenvolver e implantar um sistema de automação de bibliotecas que permitisse a integração desse sistema ao processo de catalogação cooperativa baseado no padrão nacional de intercâmbio de dados bibliográficos. (LIMA, 1999, p. 317).

Uma vez que o SAB2 não contemplava as reais necessidades do SiB optou-se pela troca de sistema, dessa forma, surgiu o Argo. Este foi desenvolvido em linguagem PHP, o servidor é o web livre Apache que é compatível com o protocolo HTTP, o sistema operacional, em que o software funciona, é o Linux versão Gentoo e o formato adotado, em seu desenvolvimento, para descrição foi o da Catalogação Legível por Computador (CALCO). O padrão de descrição estabelecido serve, ou até

mesmo é comum, a qualquer tipo de material. A seguir são exibidas as áreas e os elementos de descrição do Ago.

Quadro 5 - Áreas e elementos de descrição no Argo

ÁREAS	ELEMENTOS
1 Área do título e da indicação de responsabilidade	1.1 Título principal 1.2 Título equivalente 1.3 Outras informações sem título 1.4 Indicação/responsabilidade
2 Área da edição	2.1 Indicação de edição 2.2 Indicação/responsabilidade relativa à edição 2.3 Edições subsequentes
3 Área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação) Esta área não é usada para monografias, como livros, folhetos e folhas soltas impressas	
4 Área da publicação, distribuição, etc.	4.1 Lugar de publicação, distribuição, etc. 4.2 Nome do editor, distribuidor, 4.3 Data da publicação, distribuição, 4.4 Lugar de impressão 4.5 Nome do impressor 4.6 Data de impressão
5 Área da descrição física	5.1 Extensão 5.2 Ilustrações 5.3 Material adicional
6 Área da série	6.1 Título principal da série 6.2 Título equivalente/série 6.3 Indicação/responsabilidade/série 6.4 Numeração da série
7 Área das notas	7.1 Todas as notas julgadas necessárias
8 Área do número normalizado (ISBN)	8.1 ISBN – utilizar sem espaços e sem travessão

Dando continuidade a apresentação do Argo, a seguir é exposto o seu extenso conjunto de elementos de metadados, para uso na descrição de recursos.

Quadro 6 - Campos de descrição do Argo

Campo	Descrição	Campo	Descrição
///	Capa	362	Datas de Publicação
///	Número da Obra	440	Titulo da série
///	Bibliotecas	500	Notas gerais
///	Chamada	504	Nota de Bibliografia
///	Tipo de Obra	505	Nota de conteúdo
///	Status do Exemplar	510	Nota de indexação
///	Data Inclusão	520	Notas Analíticas
///	Data Alteração	540	Notas de Ligação
005	Idioma	541	Tipo de Aquisição
002	Data de edição	550	Nº de Padronização
020	ISBN (International Standard Book Number)	555	Nota de índice
022	ISSN (International Standard Serial Number)	580	Nota de Ligação Complexa de Entrada
100	Autor pessoal	700	Secundárias de autor
110	Autor Entidade Coletiva	710	Secundária entidade coletiva
248	Título Fictício	875	Termos livres
250	Edição	901	Tipo de material
260	Imprenta (Local, Editora e Data)	902	Forma Literária
270	Endereço do periódico	910	Sigla da biblioteca
300	Descrição física	911	Classificação
310	Periodicidade Corrente	954	Nº do Documento na Instituição
321	Periodicidade anterior		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Conforme, apontado no documento *Avaliação do sistema de automação de Biblioteca Argo*⁴² é possível reconhecer que o Argo sofreu muitas melhorias desde a

⁴² Documento elaborado a partir das observações da comissão de avaliação do sistema de automação de bibliotecas ARGO, comissão esta composta por um grupo de bibliotecários do SiB. O documento, hoje de circulação interna, trata-se de uma análise sobre os aspectos do Argo tendo em vista seu cumprimento no que tange às necessidades do SiB. Para mais informações sobre o trabalho solicitar, junto a direção do SiB, a consulta ao documento: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Avaliação do sistema de automação de bibliotecas ARGO**. Rio Grande, 2013. 51 p.

sua implantação, porém, ainda há muito a ser feito, em se tratando de um sistema de bibliotecas que vise atender às necessidades informacionais tanto dos usuários internos como dos externos. Uma das melhorias, mais almejadas pelos bibliotecários é a migração para o formato MARC 21. É um formato aberto, usado internacionalmente, padroniza de forma elaborada e exaustiva a representação descritiva automatizada de acervos bibliográficos, de forma a proporcionar o compartilhamento dos registros entre bases de dados cooperativas.

De modo geral, sabe-se do esforço que é empreendido para o aprimoramento do sistema, no entanto, o número e a disponibilidade dos profissionais do NTI, responsáveis pelas melhorias e pela manutenção do Argo não estão em consonância com volume de processos que ocorrem, o que pode resultar em um sistema obsoleto e por consequência, ineficaz.

Diante da fragilidade que o sistema possa vir a representar para a preservação dos dados do acervo pessoal da professora Judith Cortesão é que ocorre a busca por estudos e procedimentos adequados para garantir a interação entre sistemas, compartilhamento e reutilização dos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora.

Nessa perspectiva, e de posse do conhecimento acerca as contribuições da Arquivologia e da Biblioteconomia no que tange as ações de descrição, recuperação e acesso da informação, bem como as principais características, funções e elementos da norma ISAD(G) e do conjunto de metadados do Argo, no subcapítulo a seguir, parte-se para a discussão a respeito do processo de elaboração do perfil de aplicação, ao qual este estudo se dedica.

5.4 PERFIL DE APLICAÇÃO: ACERVO PESSOAL JUDITH CORTESÃO

Este subcapítulo narra o processo de construção do perfil de aplicação, apresentado como uma ferramenta de curadoria digital, para descrever o acervo pessoal da professora Judith Cortesão. O subcapítulo, também expõe os procedimentos para a identificação dos termos de metadados definidos, com vistas a adicionar valor aos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora.

5.4.1 Perfil de aplicação

Este estudo teve como ponto de partida, auxiliar no tratamento total do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão, doado á universidade. Dessa forma a pesquisadora buscou compor um perfil de aplicação, com os metadados para descrever o acervo investigado, como uma forma de corroborar com a curadoria digital uma vez que a mesma destina-se as atividades de seleção, enriquecimento, tratamento e preservação da informação de natureza tanto científica e administrativa como pessoal para o seu acesso e uso futuro. É válido reforçar que o campo empírico dessa pesquisa é um acervo pessoal.

Partindo desse contexto, definem-se os perfis de aplicação “como esquemas que consistem em elementos de dados desenhados a partir de um ou mais namespaces⁴³, combinados por implementadores e otimizados para uma aplicação local específica” (HEERY; PATEL, 2000, não paginado, tradução nossa). Para uma melhor compreensão, Gattelli (2015, p. 63) destaca que um perfil de aplicação representa “[...] um modelo de metadados criado sob medida para uma necessidade específica de descrição”, portanto, é desenvolvido a partir da seleção de descritores que podem ser extraídos de um ou mais esquemas de metadados.

Segundo Castro, Ribeiro e Silva (2013, p. 47) a partir da necessidade de descrever conjuntos de dados de vários domínios diferentes é que se tem levado à criação dos perfis de aplicação. O termo perfil de aplicação tem sido utilizado para descrever a adaptação de padrões para aplicações específicas. Dessa maneira, “Um perfil de aplicação descreve o conjunto de diretrizes, regras de descrição e restrições usadas na criação de um conjunto específico de registros de metadados.” (NILSSON; BAKER; JOHNSTON, 2008, não paginado, tradução nossa).

A seguir, (Figuras 2-8), apresenta-se um modelo de cruzamento entre os padrões de metadados ISAD(G), RAD, DACS, DC e MODS, usando a ISAD(G) como base. Este processo de equivalência de um padrão de metadados com outro é

⁴³ Um namespace (NS) define um vocabulário controlado que identifica um conjunto de conceitos de forma única para que não haja ambiguidade na sua interpretação. (SOUZA; ALVARENGA, 2004, não paginado).

denominado de *Crosswalks*⁴⁴, sendo assim, pode-se dizer que este procedimento representa uma das etapas de construção de um perfil de aplicação, a mesma refere-se a etapa de identificação formal dos elementos de metadados, de diferentes esquemas, e da representação visual dos relacionamentos, das equivalências e das lacunas existentes entre os padrões de metadados analisados, normalmente os resultados são apresentados na forma de quadro ou tabela, como será visto na sequência.

Figura 2 - Cruzamento entre padrões – Área de identificação

3.1 Identity Statement Area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.1 Reference code	1.8B11. Alpha-numeric designations	2.1.3 Local identifier	identifier	<identifier>	<unitid>
3.1.2 Title	1.1B. Title proper	2.3 Title	title	<titleInfo><title>	<unittitle>
3.1.3 Date(s)	1.4B. Date(s) of creation	2.4 Date	coverage (temporal) date (created)	<originInfo><dateCreated>	<unitdate>
3.1.4 Level of description					<archdesc level="___">
3.1.5 Extent and medium	1.5B. Extent of descriptive unit (including specific material designation)	2.5 Extent	format (extent) format (medium)	<physicalDescription><extent><genre>	<physdesc><extent>

Fonte: https://wiki.accessmemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

⁴⁴ Crosswalks são usados para comparar elementos de metadados de um esquema ou elemento configurado para um ou mais outros esquemas. Ao comparar dois conjuntos de elementos de metadados ou esquemas, semelhanças e diferenças devem ser entendidas em vários níveis, de modo a avaliar o grau em que os esquemas são interoperáveis; crosswalks são as representações visuais, ou "mapas", que mostre essas relações de semelhança e diferença. (WOODLEY, 2008, p. 45-46, tradução nossa).

Figura 3 - Cruzamento entre padrões – Área de contextualização

3.2 Context area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.2.1 Name of creator(s)	21.1 Provenance access points	2.6 Name of creator(s)	<name type="___"> <namePart> <name><role> <roleTerm type="text">creator		
3.2.2 Administrative / biographical history	1.7B Administrative history / biographical sketch	2.7 Administrative / biographical history			
3.2.3 Archival history	1.7C Custodial history	5.1 Custodial history			
3.2.4 Immediate source of acquisition or transfer	1.8B12 Immediate source of acquisition	5.2 Immediate source of acquisition			

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

Figura 4 - Cruzamento entre padrões – Área de conteúdo e estrutura

3.3 Content and structure area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.3.1 Scope and content	1.7D Scope and content				
3.3.2 Appraisal, destruction and scheduling information					
3.3.3 Accruals	1.8B19 Accruals				
3.3.4 System of arrangement	1.8B13 Arrangement				

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

Figura 5 - Cruzamento entre padrões – Área de condições de acesso e uso

3.4 Conditions of access and use area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.4.1 Conditions governing access	1.8B16a Restrictions on access				
3.4.2 Conditions governing reproduction	1.8B16c Terms governing use and reproduction 1.8B16d Terms governing publication				
3.4.3 Language / scripts of material	1.8B14 Language				
3.4.4 Physical characteristics and technical requirements	1.8B9a Physical condition				
3.4.5 Finding aids	1.8B17 Finding aids				

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

Figura 6 - Cruzamento entre padrões – Área de fontes relacionadas

3.5 Allied materials area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.5.1 Existence and location of originals	1.8B15a Location of originals				
3.5.2 Existence and location of copies	1.8B15b Availability of other formats				
3.5.3 Related units of description	1.8B18 Associated material 1.8B20 Related groups of records external to the unit being described 1.8B20a Related groups of records within the same fonds, series or collection				
3.5.4 Publication note					

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

Figura 7 - Cruzamento entre padrões – Área de notas

3.6 Notes area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.6.1 Notes					

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

Figura 8 - Cruzamento entre padrões – Área de controle da descrição

3.7 Description control area

ISAD(G)	RAD	DACS	DC	MODS	EAD
3.7.1 Archivist's note					
3.7.2 Rules or conventions					
3.7.3 Date(s) of description					

Fonte: https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

As figuras, apresentadas, são exportações de amostra XML do AtoM, onde cada campo dos padrões de metadados do AtoM foi preenchido com o nome e regra padrão de conteúdo correspondente, e exportado como XML⁴⁵. Nas figuras é

⁴⁵ Informações extraídas de https://wiki.accesstomemory.org/Resources/Metadata_crosswalk

possível verificar o alto índice de correspondências exatas entre os campos da área de identificação e da área de contextualização dos padrões.

No entanto, os campos da ISAD(G) não se compatibilizam com todos os elementos de descrição dos padrões do *Crosswalks* exposto, é possível perceber a RAD é a que proporciona maior número de campos equivalentes com os campos da norma ISAD(G). Nas figuras 5 e 6 é observado que existem campos da ISAD(G) correspondentes a mais de um subcampo da RAD ocorrendo dessa forma a correspondência conhecida como “um-para-muitos” na qual um metadado corresponderá a mais muitos outros metadados do outro padrão.

Diante dessa abordagem, Chan e Zeng (2006) mencionam que um dos problemas do Crosswalking são justamente os diferentes graus de equivalência existentes, sendo eles: um-para-um, um-para-muitos, muitos-para-um e um-para-nenhum. Assumpção (2013, p. 74) destaca dois, dos tipos citados, como os mais frequentes “um-para-muitos” e “muitos-para-um”, onde um metadado do padrão de origem tem como correspondente mais de um metadado no padrão de destino e vice-versa.

As ações apresentadas nada mais são do que métodos utilizados para alcançar a interoperabilidade entre os dados. Desse modo, os perfis de aplicação são construídos para atividades específicas de investigação, no caso dessa pesquisa, para representar os principais conceitos e as relações entre o acervo bibliográfico e o acervo arquivístico da professora Judith Cortesão. De posse deste conhecimento prévio, parte-se para a discussão a respeito do processo de elaboração do perfil de aplicação como uma ferramenta de curadoria digital para descrição do acervo da professora.

4.4.1.1 Perfil de aplicação: uma ferramenta de curadoria digital

Levando em consideração que um perfil de aplicação corresponde a um esquema composto de metadados, combinados a partir da seleção de elementos de um ou mais esquema existentes, e diante da definição da DCC de que a curadoria digital envolve a manutenção, a preservação e a agregação de valor aos dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida, como já citado nesse trabalho, é que a pesquisa busca evidenciar os perfis de aplicação como ferramentas de curadoria digital, uma vez que a criação de conjunto específico de elementos de metadados

proporciona a adição de valor aos dados, de uma determinada investigação, de modo mais eficiente. Dessa forma, o estudo está pautado no desenvolvimento de ações que visam a preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

A curadoria digital é reconhecida por um conjunto de estratégias de cunho tecnológico para a preservação e acesso a recursos digitais. A mesma é entendida como uma área de estudos interdisciplinares que engloba o desenvolvimento de ações para o tratamento de objetos digitais, com vista à contextualização e consequentemente agregação de valor a esses objetos. De acordo com Souza (2016)

Agregar valor significa intervir no objeto, inserir diversos tipos de metadados (administrativos, descritivos, estruturais e de preservação) levando em consideração o contexto, a comunidade com o qual o objeto está inserido. Essa contextualização dará significado social e científico ao documento visando a novas fontes de informação. (SOUZA, 2016, p. 36).

Fica evidente a necessidade de criação de metadados normalizados, dos mais diferentes tipos, essenciais para descrição, acesso, reuso e interoperabilidade dos dados. É importante destacar que objetos digitais são entendidos como representantes digitais de acervos analógicos, ou seja, produtos de um processo de digitalização, bem como também dados de pesquisa ou qualquer outro objeto em meio digital que vislumbre a preservação ao longo prazo, considerando os aspectos de descrição e contextualização para o uso e reuso desses dados.

No contexto do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, o objetivo de compor um perfil de aplicação está arraigado em oferecer uma ferramenta de curadoria digital da qual os profissionais envolvidos no tratamento do acervo possam usufruir de um conjunto de metadados selecionados e combinados que garantam uma descrição precisa, de modo a adicionar valor aos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora. Além disso, vislumbra-se manter a interoperabilidade com o conjunto de metadados original, que serviu como base para a descrição do acervo bibliográfico, proporcionando dessa maneira o compartilhamento de dados, minimizando os esforços na criação dos mesmos.

Nesse sentido, a pesquisa propõe justamente estudos que antecedem o fazer prático para com a organização do Fundo Judith Cortesão. Por essa razão, pretende-se que o planejamento das ações de mapeamento; conversão e

importação dos dados para diferentes padrões de metadados; criação de objetos digitais; armazenamento e acesso aos dados em plataforma digital; interoperabilidade, estabelecendo ligações entre os acervos; entre outras ações, também presentes no ciclo de vida da curadoria digital, auxiliem na efetiva organização do Fundo.

A partir do entendimento de que a elaboração de um perfil de aplicação, para atender as necessidades específicas de descrição do acervo pessoal da professora Judith, representa uma ferramenta de curadoria digital é que serão apresentadas, a seguir, as etapas definidas e executadas durante o processo de criação do perfil em questão.

5.4.2 Identificação dos termos de metadados: arquivologia e biblioteconomia

Existe uma variedade de tipos de metadados que são selecionados a partir da identificação do recurso informacional a ser descrito, bem como das necessidades dos usuários. O termo metadado é definido de diferentes maneiras levando em consideração a pluralidade de profissionais que os criam e descrevem, originando, dessa maneira, diversos esquemas de metadados, cada qual com uma aplicação específica.

Contudo, independente da área, a principal finalidade dos metadados é facilitar a descoberta e proporcionar um fácil acesso a informação. Segundo Corrado e Jaffe (2014)

Metadados são os elementos usados para descrever recursos para os propósitos de descoberta, gestão de direitos e preservação. [...] auxiliar os usuários na identificação, autenticação e contextualização de dados, conjunto de dados e outros recursos digitais, bem como para descrever as relações estruturas entre esses materiais. Metadados são usados para definir permissões, direitos de acesso, compartilhamento, reutilização e políticas de redistribuição, bem como os requisitos técnicos para visualizar, acessar ou preservar objetos natos digitais e/ou digitalizados. (CORRADO; JAFFE, 2014, p. 35-36, tradução nossa).

Neste cenário, destacam-se os metadados como instrumentos para documentar e organizar de forma estruturada os recursos informacionais. No contexto da biblioteconomia, o conceito de metadado não é novo, tradicionalmente os bibliotecários criam registros de catalogação para descreverem documentos, proporcionando-lhes contexto e organização. Porém, com o advento das novas

tecnologias digitais são exigidos novos atributos ao termo metadado. O termo passa a ser identificado como um conjunto de elementos criados para promover a descrição, recuperação, acesso, compartilhamento, reutilização dos dados e interoperabilidade entre sistemas, com objetivo de minimizar duplicação de esforços e facilitar a manutenção dos dados.

Diante das novas exigências atribuídas pelos desafios da era digital foi necessário expandir a ideia puramente descritiva dos metadados para o novo propósito de gestão da informação. Deste modo, Gilliland-Swetland (2008) afirma que os metadados podem ser divididos em cinco tipos, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 9 - Diferentes tipos de metadados e suas funções

Table 2. Different Types of Metadata and Their Functions

Type	Definition	Examples
Administrative	Metadata used in managing and administering collections and information resources	<ul style="list-style-type: none"> • Acquisition information • Rights and reproduction tracking • Documentation of legal access requirements • Location information • Selection criteria for digitization
Descriptive	Metadata used to identify and describe collections and related information resources	<ul style="list-style-type: none"> • Cataloging records • Finding aids • Differentiations between versions • Specialized indexes • Curatorial information • Hyperlinked relationships between resources • Annotations by creators and users
Preservation	Metadata related to the preservation management of collections and information resources	<ul style="list-style-type: none"> • Documentation of physical condition of resources • Documentation of actions taken to preserve physical and digital versions of resources, e.g., data refreshing and migration • Documentation of any changes occurring during digitization or preservation
Technical	Metadata related to how a system functions or metadata behaves	<ul style="list-style-type: none"> • Hardware and software documentation • Technical digitization information, e.g., formats, compression ratios, scaling routines • Tracking of system response times • Authentication and security data, e.g., encryption keys, passwords
Use	Metadata related to the level and type of use of collections and information resources	<ul style="list-style-type: none"> • Circulation records • Physical and digital exhibition records • Use and user tracking • Content reuse and multiversioning information • Search logs • Rights metadata

Fonte: Gilliland-Swetland (2008, p. 9).

Como é possível verificar (Figura 9) os cinco tipos de metadados estão classificados em: metadados administrativos, usados na gestão e administração de recursos informacionais; descritivos, usados para identificar e descrever informações

sobre recursos; de preservação, relacionados com a gestão de preservação dos recursos de informação; técnicos, relacionados com o funcionamento dos sistemas e comportamento dos metadados; e por fim metadados de uso, relacionados com o nível e o tipo do uso dos recursos informacionais. A Figura 9 além de identificar e definir as categorias de metadados apresenta exemplos de funções comuns que cada um pode executar em um sistema de informação digital.

Nesta visão pode ser observado que existe uma variedade de funções para os metadados e que dentro de cada uma das categorias apresentadas existem metadados específicos, codificados de acordo com um esquema de metadados. Segundo a definição da National Information Standards Organization (NISO) um esquema de metadados consiste em “um conjunto de elementos projetados para um propósito específico, como descrever um tipo particular de recurso de informação”. (NISO, 2004, p. 2, tradução nossa).

Nesse sentido, a cada tempo são desenvolvidos novos esquemas de metadados para contextos variados, cada um direcionado a um tipo específico de documento a ser descrito e a uma comunidade a ser atendida. É possível citar, alguns esquemas da área da arquivologia e da biblioteconomia para um melhor embasamento dessa pesquisa tais como: Encoded Archival Description (EAD); Dublin Core Metadata Initiative (DCMI); Machine-Readable Cataloging (MARC); Metadata Object Description Standard (MODS), Metadata Encoding and Transmission Standard (METS); Comma Separated Values (CSV); e Preservation Metadata Implementation Strategies (PREMIS).

O EAD é um esquema de metadados para codificação eletrônica, trata-se de um padrão XML para a descrição detalhada e organização do conteúdo de coleções de materiais de arquivo, mantido pelo Subcomitê Técnico de Padrões de Arquivamento Codificados da Society of American Archivists, em parceria com a Biblioteca do Congresso⁴⁶.

O esquema de metadados Dublin Core (DC) refere-se a um conjunto de quinze elementos de informação que podem ser usados para descrever uma ampla variedade de recursos. Os elementos descritos neste padrão fazem parte de um

⁴⁶ Informações extraídas do site <http://www.loc.gov/ead/>

conjunto maior de vocabulários de metadados e especificações técnicas, mantidos pela DCMI. A partir do ano 2000, a comunidade Dublin Core concentrou, nos perfis de aplicação, a ideia de que os registros de metadados usariam o DC em conjunto com outros vocabulários especializados para atender a requisitos específicos de aplicação⁴⁷.

De acordo com Méndez Rodríguez (2002) o Dublin Core é assim denominado pelo fato do primeiro encontro sobre metadados organizado pelo National Center for Supercomputing Applications (NCSA) e Online Computer Library Center (OCLC) ter ocorrido em março de 1995 na cidade de Dublin (Ohio, EUA). Ainda conforme a autora o DC foi inicialmente concebido para ajudar os sistemas de busca a encontrarem e recuperarem páginas na web, por esse motivo é considerado um esquema de metadados de uso geral. Desde então o DC vem evoluindo como um formato de metadados para o intercâmbio e recuperação da informação no espaço digital.

Os formatos MARC são padrões para a representação e comunicação de informações bibliográficas e relacionadas em formato legível por máquina. Quando a Biblioteca do Congresso começou a usar computadores na década de 1960, desenvolveu o formato LC MARC, um sistema de uso de números, letras e símbolos breves dentro do registro de catalogação para marcar diferentes tipos de informações. O formato original do LC MARC evoluiu para o MARC 21 e se tornou o padrão usado pela maioria dos sistemas de informação de bibliotecas. O formato bibliográfico MARC 21, assim como toda a documentação oficial do MARC 21, é mantido pela Biblioteca do Congresso⁴⁸. Ao longo do tempo, o MARC passou por inúmeras atualizações, as quais não cabem serem citadas nesse trabalho, porém é válido destacar que as atualizações tiveram como propósito cumprir todos os requisitos para uma efetiva descrição, de modo automatizado, viabilizando a importação e exportação de dados bibliográficos.

Conforme Assumpção (2013, p. 12) “os formatos MARC 21 são padrões de metadados internacionalmente utilizados para o intercâmbio de registros no domínio bibliográfico”. Segundo o autor, ainda que notória a importância desses e de outros padrões de metadados internacionalmente aceitos, existem sistemas de

⁴⁷ Informações extraídas do site <http://dublincore.org/>

⁴⁸ Informações extraídas de <https://www.loc.gov/marc/>

gerenciamento de bibliotecas que utilizam padrões de metadados próprios comprometendo por vezes a atividade de migração entre sistemas de gerenciamento de bibliotecas, o que é igualmente observado com o Sistema de Administração de Bibliotecas Argo que utiliza atualmente uma adaptação do formato CALCO como padrão para a descrição dos itens.

Diante do exposto é possível compreender que o formato MARC 21 é um padrão que possibilita o intercâmbio e migração por meio de computadores, com o objetivo de diminuir o tempo de trabalho e compartilhar informações, fortalecendo dessa maneira, bases de dados cooperativas. Para tanto é imprescindível utilizar normas que padronizam a forma de armazenamento da informação bibliográfica. Nesse contexto é importante destacar que o formato MARC não orienta a normalização da descrição de itens documentais. Segundo Welsh e Batley (2012) é vital entender que o formato MARC fornece a estrutura, já o conteúdo dos elementos de dados que compõem um registro MARC é geralmente definido por padrões externos aos formatos como: Padrão International Standard Bibliographic Description (ISBD), Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2), ou outras regras de catalogação usadas pela instituição que cria um registro. De acordo com Alves (2010)

Pode-se considerar que o código de catalogação AACR uniformizou os catálogos e registros bibliográficos, e o formato MARC efetivou a automação desses registros, tornando o processo de catalogação, o processo de intercâmbio e exportação de dados, mais consistente e ágil. (ALVES, 2010, p. 32).

Com relação ao MODS, trata-se de um esquema para um conjunto de elementos bibliográficos que pode ser usado para diversas finalidades e, particularmente, para aplicativos de biblioteca. É um esquema de metadados descritivos, derivados do MARC 21, codificado em XML, desenvolvido e mantido pelo Escritório de Desenvolvimento de Rede e Padrões MARC da Biblioteca do Congresso. O esquema MODS destina-se a transportar dados selecionados de registros MARC 21 existentes, bem como permitir a criação de registros de descrição de recursos originais. Ele inclui um subconjunto de campos MARC e usa tags baseados em linguagem em vez de numéricos, em alguns casos reagrupando elementos do formato bibliográfico MARC 21⁴⁹.

⁴⁹ Informações extraídas de <http://www.loc.gov/standards/mods/>

Além dos esquemas já citados é válido citar o METS, um esquema XML que oferece um mecanismo flexível para codificar todos os tipos de metadados descritivos, administrativos e estruturais, associados a um objeto digital, para exprimir as ligações complexas entre essas várias formas de metadados. O padrão é mantido pelo Gabinete de Desenvolvimento de Redes e Padrões MARC da Biblioteca do Congresso e fornece um padrão útil para a gestão de objetos digitais no âmbito de um repositório. Além disso, o METS permite associar um objeto digital a comportamentos ou serviços⁵⁰. Por conseguinte um documento METS pode ser usado para estruturar Pacotes de Informação de Submissão (SIP), Pacotes de Informação de Arquivamento (AIP) e Pacotes de Informação de Disseminação (DIP), que é a forma como as informações são gerenciadas e fluem no contexto do Modelo de Referência OAIS⁵¹.

Existe também o CSV, um formato simples, que não apresenta uma especificação oficial única, amplamente utilizado como formato de troca de dados tabulares, baseado em texto que é muito transparente, sendo tanto legível quanto facilmente processável por máquina. Embora muito limitado em funcionalidade, há muitos contextos de troca de dados ou de preservação de dados para os quais ele é adequado, particularmente quando a sintaxe e a semântica dos campos são descritas na documentação auxiliar que também é trocada ou preservada. Os arquivos CSV podem ser importados e exportados por quase todos os softwares projetados para armazenar ou manipular dados, incluindo sistemas de bancos de dados relacionais, software de planilhas eletrônicas e software de análise estatística⁵².

E por fim, o PREMIS é um padrão internacional para metadados para apoiar a preservação de objetos digitais e garantir sua usabilidade a longo prazo. Desenvolvido por uma equipe internacional de especialistas, o PREMIS é implementado em projetos de preservação digital em todo o mundo, e o suporte para o PREMIS é incorporado a uma série de ferramentas e sistemas de preservação digital comerciais e de código aberto. O Comitê Editorial PREMIS coordena revisões

⁵⁰ Informações extraídas de <http://www.loc.gov/standards/mets/METSOverview.v2.html>

⁵¹ Entidades externas: 1 Produtor: papel desempenhado por pessoas ou sistemas que fornecem a informação a ser preservada - Submissão - SIP; 2. Administrador: papel desempenhado por aqueles que estabelecem as políticas gerais que governam o repositório - Arquivamento - AIP; 3. Consumidor: papel desempenhado por pessoas ou sistemas que interagem com os serviços OAIS para acessar a informação preservada desejada - Acesso e Difusão – DIP. (FLORES, 2016, p. 11).

⁵² Informações extraídas de <https://www.loc.gov/preservation/digital/formats/fdd/fdd000323.shtml>

e implementação do padrão, que consiste no Dicionário de Dados, um esquema XML e documentação de apoio⁵³. Normalmente, quando se fala em PREMIS, a atenção está voltada para o Dicionário de Dados.

Segundo Sayão (2010) o objetivo de constituir o Grupo de Trabalho PREMIS era descrever uma ferramenta concreta que pudesse superar o abismo entre a teoria e a prática na área de metadados de preservação digital. De acordo com o autor o trabalho do Grupo PREMIS se estabeleceu tendo como base o consenso extraído das experiências acumuladas por museus, bibliotecas, arquivos, entre outras instituições, para com projeto digitais. Contudo, a principal materialização do Grupo de Trabalho foi o desenvolvimento do Dicionário de Dados PREMIS “um guia abrangente que define um conjunto de metadados necessários para apoiar a preservação digital de longo prazo”. (SAYÃO, 2010, p. 23). O dicionário oferece diretrizes e recomendações para o preenchimento e para a gestão dos elementos de metadados.

A partir da apresentação dos esquemas de metadados é possível perceber que existe uma multiplicidade de esquemas bem como uma variedade de funções para os metadados, sendo a adoção dos mesmos de suma importância para auxiliar nas ações de representação, individualização, intercâmbio, preservação, recuperação e acesso de recursos informacionais. Contudo, para esta pesquisa a principal função dos metadados está relacionada com a interoperabilidade entre sistemas e a adição de valor aos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora Judith Cortesão a fim de gerar novas fontes de informação e conhecimento.

Nessa direção, a seguir será apresentada um quadro de equivalência entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo como base para o desenvolvimento do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão.

5.4.3 ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo: uma possível comparação

De modo a relacionar a compatibilidade entre os elementos da norma ISAD(G) e o do conjunto de metadados do Argo, foi elaborada um quadro de equivalência para determinar as possíveis correspondências entre os elementos. O

⁵³ Informações extraídas de <http://www.loc.gov/standards/premis/>

trabalho teve como objetivo auxiliar na construção do perfil de aplicação, para futura representação do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

Para o desenvolvimento do quadro foram primeiramente observados os elementos de cada um dos esquemas de forma individual a fim de identificar formalmente seus termos e descrições, na sequência os mesmos foram estruturados em uma planilha, para uma melhor representação visual. O mapeamento realizado abrange as correspondências, e as lacunas existentes entre a ISAD(G) e os do conjunto de metadados do Argo. O resultado do mapeamento é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 7 - Equivalência entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo

(continua)

ISAD(G)	CONJUNTO DE METADADOS ARGO
ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código(s) de Referência	Número da Obra
Título	Título / Responsabilidade
Data(s)	Imprensa – Subcampo data Datas de Publicação
Nível de Descrição	Não possui elemento equivalente
Dimensão e Suporte	Descrição Física Tipo de material
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome(s) do(s) Produtor(es)	Autor Pessoal Autor Entidade Coletiva Autor Eventos
História Administrativa/Biografia	Não possui elemento equivalente
História Arquivística	Notas Gerais
Procedência	Tipo de Aquisição

Quadro 6 – Equivalência entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo

(conclusão)

ISAD(G)	CONJUNTO DE METADADOS ARGO
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Procedência	Tipo de Aquisição
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e Conteúdo	Nota de Conteúdo
Avaliação, Eliminação e Temporalidade	Status dos Exemplares
Incorporações	Notas Gerais
Sistema de Arranjo	Notas Gerais
ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Condições de Acesso	Status dos Exemplares
Condições de Reprodução	Não possui elemento equivalente
Idioma	Idioma
Características Físicas e Requisitos Técnicos	Notas Gerais
Instrumentos de Pesquisa	Nota de Índice
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Existência e Localização dos Originais	Chamada
Existência e Localização de Cópias	Chamada
Unidades de Descrição Relacionadas	Notas de Ligação Complexa de Entrada
Nota Sobre Publicação	Nota de Indexação
ÁREA DE NOTAS	
Notas	Notas Gerais
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista	Sigla da Biblioteca
Regras ou Convenções	Tesouro
Data(s) da(s) Descrição(ões)	Data de Inclusão Data de Alteração

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Determinou-se que o processo de cruzamento entre os elementos ocorreria a partir da norma ISAD(G), ou seja, foram arrolados no quadro primeiramente todos os elementos de descrição da norma e a partir de então cada campo do conjunto de metadados do Argo foi analisado de modo a identificar as equivalências existentes. Sendo assim, dos 26 elementos de descrição da ISAD(G) não foi possível encontrar equivalência dos elementos 1.4 Nível de descrição; 2.2 História Administrativa/Biografia; 4.2 Condições de reprodução; para com os campos do Argo.

No entanto, apesar de não haver equivalência exata entre todos os elementos da ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo é importante levar em consideração o alto índice de prováveis equivalências a que o trabalho intelectual chegou. Além disso, é possível observar que existem correspondências idênticas entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo como nos elementos de descrição 1.2 Título; 1.3 Datas; e 4.3 Idioma, não havendo, nestes, maior necessidade de interpretação dos campos. Observou-se, na análise comparativa, que determinados elementos da ISAD(G) correspondem a mais de um campo do Argo como os elementos 1.5 Dimensão e suporte; 2.1 Nome(s) do(s) produtor(es); e 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões), assim como um único campo do Argo corresponde a mais de um elemento de descrição da ISAD(G).

Nesse sentido, o quadro de equivalências desenvolvido atinge os resultados que Assumpção (2013) cita como situações de “não correspondência”; “correspondência provável”; “correspondência exata”; “correspondência um-para-muitos”; e “correspondência muitos-para-um” respectivamente. O autor em sua pesquisa de mestrado, sobre a conversão de registros, explica que a correspondência exata ocorre quando há campos/subcampos com o mesmo significado nos dois padrões; a correspondência um-para-muitos ocorre quando o campo “X” correspondente a mais de um subcampo do “Y”; a correspondência muitos-para-um ocorre quando mais de um campo do “X” correspondente a um mesmo subcampo do “Y”; a correspondência provável ocorre quando um campo do “X” provavelmente correspondente a um subcampo no “Y”; e por fim a não correspondência ocorre quando o campo do “X” não possui correspondente no “Y”.

Pode-se perceber através da análise realizada e das relações estabelecidas no Quadro 6, que apesar do conjunto de metadados do Argo não se compatibilizar com todos os elementos da norma ISAD(G) o mesmo apresenta equivalência com

cinco dos seis elementos considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva. Sendo eles: código de referência; título; datas; dimensão e suporte; e nome(s) do(s) produtor(es); não apresentando equivalência com o elemento nível de descrição da ISAD(G), uma vez que o conjunto de metadados do Argo não foi desenvolvido para descrição multinível.

Analisando de forma aleatória alguns registros no sistema Argo, que não somente os pertencentes ao acervo pessoal da professora Judith, a fim de obter conhecimento quanto ao uso do conjunto de metadados empregados no sistema é possível perceber que o campo “Notas gerais” é utilizado para concentrar uma miscelânea de informações, o que dificulta o trabalho de intercâmbio de dados. Embora existam campos apropriados dentro do Argo para inserção de informações específicas, o *Manual de Processamento Técnico*⁵⁴ orienta que as informações devem ser inseridas no campo “Notas Gerais”, conforme exemplos apresentados no próprio documento. É possível afirmar que os elementos da ISAD(G) se comparados ao formato MARC 21, Por exemplo, apresentariam um superior nível de equivalência dos que apresentados com o conjunto de metadados do Argo.

De posse do mapeamento de equivalências entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo, a etapa seguinte consiste na formalização do perfil de aplicação e posterior conversão dos dados do acervo bibliográfico, já descritos na base de dados Argo para uma planilha modelo CSV a fim de possibilitar a migração para a plataforma AtoM.

5.4.4 Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão

O perfil de aplicação foi desenvolvido com o objetivo de fornecer uma ferramenta de curadoria digital para auxiliar nas atividades de seleção, enriquecimento, tratamento e preservação dos dados de todo o acervo pessoal da professora Judith Cortesão. Desta maneira, este instrumento denominado “Perfil de

⁵⁴ Documento elaborado pelo grupo de apoio técnico para a padronização das bases bibliográficas do SiB para orientar os bibliotecários, responsáveis pela inserção na base de dados do SiB, quanto aos padrões e procedimentos, obedecendo a padrões nacionais e internacionais de catalogação. Porém, de acordo com o manual algumas das normas estabelecidas foram adaptadas e/ou alteradas, com o objetivo de ajustá-las as especificações das necessidades dos usuários/cursos e de agilizar o processamento técnico do acervo. Para mais informações, sobre o material de circulação interna, solicitar a consulta ao documento junto a direção do SiB: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Manual de Processamento Técnico**. Rio Grande, 2014. 45 p.

Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)” reúne metadados selecionados e combinados para garantir uma descrição precisa.

Para a seleção dos termos foram analisados os elementos da norma ISAD(G), norma esta de descrição arquivística presentes na plataforma AtoM, que fornece orientação para descrição de fundos e suas partes componentes; e os elementos do conjunto de metadados do Argo, utilizado para gerenciar e descrever os materiais pertencentes ao acervo do SiB. O trabalho de análise ocorreu com o objetivo de identificar e compreender as especificações de cada elemento, com o intuito de estabelecer uma equivalência entre os mesmos e posterior seleção do conjunto de metadados, avaliados como essenciais para a descrição e para promover acesso ao acervo pessoal da professora Judith.

Nesse sentido, o perfil de aplicação elaborado pretende contribuir com a preservação, descrição e acesso ao acervo, reunindo termos selecionados da norma ISAD(G), de maneira a garantir uma descrição normalizada e consequentemente facilitar o intercâmbio de dados, a interoperabilidade entre o sistema Argo e a plataforma AtoM, e proporcionar o acesso a informação. O PAAJC é um perfil que descreve e justifica as normas adotadas e apresenta especificações necessárias para orientar os profissionais na organização do Fundo Judith Cortesão. Para cada um dos elementos selecionados para compor o PAAJC foi atribuída a sua definição e um exemplo de aplicação, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 8 - Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continua)

Elemento	Descrição	Exemplo
ISAD(G): Código(s) de Referência Argo: Número da Obra	Identifica de maneira específica a unidade de descrição e estabelece uma ligação com a descrição que a representa. Apresenta o número de controle atribuído pela instituição que cria, utiliza ou distribui o registro.	RG001044548

Quadro 9 - Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continuação)

Elemento	Descrição	Exemplo
Título	Nome atribuído a unidade de descrição.	Jureia: a luta pela vida = der kampf ums uberleben
Data(s)	Data(s) da unidade de descrição.	1989
ISAD(G): Nível de Descrição	Identifica o nível de organização da unidade de descrição.	Item
ISAD(G): Dimensão e Suporte Argo: Descrição física / Tipo de material	Registra a dimensão da unidade de descrição indicando o número de unidades físicas ou lógicas. Registra a extensão, outros detalhes físicos, dimensões e material adicional de um item, além do tipo de material descrito.	133 p. : il. color. / Livro
ISAD(G) Nome(s) do(s) Produtor(es) Argo: Autor	Identifica o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição. Identifica o responsável ou os responsáveis, pessoas ou entidades, que de alguma forma participaram da criação do conteúdo do item.	Cortesão, Judith
ISAD(G): Procedência Argo: Tipo de Aquisição	Registra a origem a partir da qual a unidade de descrição foi adquirida e a data e/ou forma de aquisição, se nenhuma dessas informações for confidencial. Este campo informa a fonte imediata de aquisição do material descrito.	No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado por ela, ainda em vida.

Quadro 10 - Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continuação)

Elemento	Descrição	Exemplo
<p>ISAD(G): Âmbito e Conteúdo</p> <p>Argo: Nota de Conteúdo</p>	<p>Fornece, de acordo com o nível de descrição, um sumário do âmbito (como período de tempo e localização geográfica) e conteúdo (como formas dos documentos, assuntos, processos administrativos) da unidade de descrição.</p> <p>Títulos de obras separadas ou partes de um item ou, ainda, o sumário da obra. O campo pode conter, também, indicações de responsabilidade e números de volumes ou outras designações sequenciais.</p>	<p>Editora Index, Rio de Janeiro, 1989.</p> <p>Livro que reúne imagens dos fotógrafos Araquem de Alcântara, Haroldo Palo Jr., Zig Koch e Fausto Pires de Campos, com textos de Judith Cortesão, sobre a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, situada no litoral sul do Estado de São Paulo. Apresenta a riqueza da fauna e da flora dessa região e mostra os esforços de ambientalistas e da população local para impedir a instalação de usinas nucleares e a especulação imobiliária na região e criar uma estação ecológica no local.</p>
<p>ISAD(G): Sistema de Arranjo</p>	<p>Descreve a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição.</p>	<p>A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU</p>
<p>ISAD(G): Condições de Acesso</p> <p>Argo: Status dos Exemplares</p>	<p>Fornecer informação sobre o estatuto legal ou outros regulamentos que restrinjam ou afetem o acesso à unidade de descrição.</p> <p>Fornece uma lista de status, no qual cada um determina a condição de acesso aos exemplares.</p>	<p>Deteriorado(6) Local (1)</p>
<p>ISAD(G): Condições de Reprodução</p>	<p>Identifica quaisquer restrições quanto à reprodução da unidade de descrição.</p>	<p>As solicitações de reproduções poderão ser feitas diretamente na unidade custodiadora, respeitando os direitos autorais da obra e as regras específicas das unidades.</p>

Quadro 7 – Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continuação)

Elemento	Descrição	Exemplo
Idioma	Registra os o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita dos documentos contidos na unidade de descrição.	Português Alemão
ISAD(G): Características Físicas e Requisitos Técnicos	Fornece informação sobre quaisquer características físicas ou requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição.	Livro impresso
ISAD(G): Instrumentos de Pesquisa Argo: Nota de Índice	<p>Informa quaisquer instrumentos de pesquisa de que a instituição custodiadora ou o produtor dos documentos possa dispor, que forneçam informações relativas ao contexto e conteúdo da unidade de descrição. Se for o caso, informar onde obter uma cópia.</p> <p>Informação sobre disponibilidade de índices cumulativos e ou instrumentos de pesquisas cujo o único ou principal enfoque é o material descrito.</p>	https://argo.furg.br/?RG001044548
ISAD(G): Existência e Localização dos Originais Argo: Chamada	<p>Se o original da unidade de descrição estiver disponível (seja na instituição custodiadora ou em outro lugar), registre sua localização, bem como quaisquer números de controle significativos. Se os originais já não existirem, ou sua localização for desconhecida, forneça essa informação.</p> <p>Número de chamada local</p>	Sala Verde: 502.7 / C828j

Quadro 7 – Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continuação)

Elemento	Descrição	Exemplo
<p>ISAD(G): Existência e Localização de Cópias</p> <p>Argo: Chamada</p>	<p>Se houver cópia disponível da unidade de descrição (seja na instituição custodiadora ou em outro lugar), registre sua localização, bem como quaisquer números de controle significativos.</p> <p>Número de chamada local</p>	<p>Sala Verde: 502.7 / C828j</p>
<p>ISAD(G): Unidades de Descrição Relacionadas</p> <p>Argo: Nota de Ligação Complexa de Entrada</p>	<p>Registre informação sobre unidades de descrição existentes na mesma instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) associação(ões). Forneça uma introdução apropriada, explicando a natureza da relação.</p> <p>Nota que representa uma ligação complexa entre o documento que está sendo catalogado e outros documentos.</p>	<p>Existe aproximadamente 7,23 metros lineares de documentos, em sua maioria, textuais que complemento o acervo doado pela Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.</p>
<p>ISAD(G): Nota Sobre Publicação</p> <p>Argo: Nota de Indexação</p>	<p>Registra uma referência e/ou informação sobre uma publicação que seja sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição.</p> <p>O campo contém notas de citações ou referências para descrições bibliográficas de publicações ou revisões de um documento. É utilizado para determinar onde um documento foi citado ou revisado.</p>	<p>Tanto o livro impresso, quanto o original datilografado da obra “Juréia, a luta pela vida” fazem parte do acervo de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.</p>

Quadro 7 – Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(continuação)

Elemento	Descrição	Exemplo
Notas	Registra informação especializada ou outra informação importante não pertinente a nenhum dos elementos de descrição definidos.	Acervo Judith Cortesao reg.001143 a reg.001149
CSV: Pontos de acesso - Assuntos Argo: Descritores	Registra os termos de um vocabulário usados como pontos de acesso de uma unidade de descrição. Termos extraídos de um vocabulário controlado (Tesauros Spines) a fim de representar os assuntos principais da obra.	Meio ambiente físico Proteção do ambiente Reservas naturais Conservação da natureza Brasil
CSV: Pontos de acesso – Locais Argo: Local	Registra a localização geográfica usada como pontos de acesso de uma unidade de descrição. Subcampo do campo 260 do Argo que registra o local de publicação da obra.	Rio de Janeiro
CSV: Pontos de acesso – Nomes Argo: Secundárias de autor	Registra um nome pessoal utilizado como assunto atribuído a unidade de descrição. Entrada secundária para nomes pessoais que não tenham sido adotados como entrada principal, por exemplo, colaboradores, editores, tradutores das obras.	Alcantra, Araquem de Palo Junior, Haroldo Koch. Zig Campos, Fausto Pires de
ISAD(G): Regras ou Convenções	Registra as regras ou convenções internacionais, nacionais e/ou locais seguidas na preparação da descrição.	Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.

Quadro 7 – Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

(conclusão)

Elemento	Descrição	Exemplo
ISAD(G): Data(s) da(s) Descrição(ões)	Registra a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada.	22/03/2007
Argo: Data Inclusão	Registra a data da descrição do material	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Diante da apresentação do quadro é possível perceber que o PAAJC, basicamente, inclui orientações para apoiar os criadores de unidades de descrição em suas atividades. O PAAJC reúne um total de vinte e cinco (24) elementos de descrição, sendo doze (12) destes combinados entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo; quatro (4) elementos com conceitos considerados iguais entre a ISAD(G) e o Argo sendo eles: Título, Data, Idioma e Notas; cinco (5) elementos exclusivos da ISAD(G) sendo eles: Nível de descrição, Sistema de arranjo, Condições de reprodução, Características físicas e requisitos técnicos, e Regras ou convenções; e por fim três (3) elementos acrescentados do formato CSV combinados com elementos do Argo referente aos pontos de acesso da unidade descrita.

Nesse sentido, é importante destacar que o PAAJC propõe uma abordagem de modelo conceitual entre os metadados da arquivologia e conjunto de metadados da biblioteconomia aplicados no sistema Argo de maneira a criar uma forma de inteligibilidade entre sistemas e seus respectivos elementos de metadados. Além disso, o PAAJC foi projetado para fornecer elementos necessários para representar tanto o acervo bibliográfico como acervo documental da professora Judith.

Em caráter ilustrativo foi criada a descrição para a obra “Juréia: a luta pela vida” de autoria da professora Judith, pertencente ao seu acervo pessoal, a fim de orientar quanto ao uso do perfil de aplicação elaborado. Dessa forma, mantendo sempre o objetivo na interoperabilidade de dados, os mesmos foram extraídos do sistema Argo, através de um processo de intercâmbio de informações entre o

sistema Argo e a plataforma AtoM, que será melhor detalhado no próximo subcapítulo.

O perfil de aplicação contempla elementos de descrição de ordem de identificação; contexto; conteúdo e estrutura; condições de acesso e uso; fontes relacionadas; notas; e controle da descrição todos previstos pela norma ISAD(G) além de elementos referentes aos pontos de acesso, para identificação e localização de uma descrição arquivística. Existiram casos em que os elementos de descrição encontraram compatibilidade total bem como parcial entre o conjunto de metadados do Argo e a norma ISAD(G), nos casos de compatibilidade parcial no quadro do PAAJC foram apresentadas ambas as definições a fim de indicar os pontos de convergência e conseqüentemente justificar o trabalho intelectual de levantamentos equivalências entre os elementos. A preferência pelos descritores da ISAD(G), para compor o perfil de aplicação, justifica-se pela proposta de uso da plataforma AtoM para descrição do acervo da professora.

Para compor o PAAJC foram selecionados os seis (6) elementos de descrição considerados, pela ISAD(G), essenciais para o intercâmbio como: código de referência; título; produtor; data(s); nível de descrição; e dimensão da unidade de descrição. Os elementos em questão são de ordem de identificação exceto o elemento “produtor” da área de contextualização, que Identifica a(s) pessoa(s) ou organização(ões) responsável(is) pela produção, acumulação ou manutenção das unidades de descrição.

Foram acrescentados ao perfil os elementos de ordem de contextualização: *Procedência*, no qual registra a origem da aquisição da unidade de descrição. Elementos de ordem de conteúdo e estrutura, como: *Âmbito*, no qual descreve períodos de tempos e localizações geográficas; *Conteúdo*, no qual registra os assuntos da unidade de descrição; e *Sistema de arranjo*, no qual registra a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo adotado para descrever a unidade de descrição. Elementos de ordem de condição de acesso e uso, como: *Condições de acesso* que fornece informação quanto o acesso à unidade de descrição; *Condições de reprodução* que identifica quaisquer restrições quanto à reprodução da unidade de descrição; *Idiomas*, que registra o idioma contido na unidade de descrição; *Características físicas* que informa quaisquer características físicas ou requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição; e *Instrumentos de*

pesquisa que identifica quaisquer instrumentos de pesquisa que forneça informações relativas ao contexto e conteúdo da unidade de descrição.

Seguindo o perfil de aplicação, foram selecionados elementos de ordem de fontes relacionadas, como: *Existência e localização dos originais e cópias*, que identifica a existência e registra a localização dos originais e cópias da unidade de descrição, se houverem, seja na instituição custodiadora ou em outro lugar; *Unidades de descrição relacionadas* que registra informação sobre unidades de descrição existentes na mesma instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas; e *Nota sobre publicação* que registra uma referência e/ou informação sobre uma publicação que seja sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição.

Existem ainda os elementos de ordem das notas, no qual registra informação especializada ou outras informações importantes não pertinentes a nenhum dos elementos de descrição definidos. Elementos de ordem de controle e descrição, como: *Regras ou convenções*, no qual registram as regras ou convenções de cunho internacionais, nacionais e/ou locais adotadas na preparação da descrição; e *Data(s) da(s) descrição(ões)*, no qual registra a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada. Além desses, o PAAJC é acrescido de elementos de ordem de pontos de acesso, no qual registram termos de um vocabulário, localização geográfica e nome pessoal, usados como pontos de acesso para recuperar as unidades de descrição existentes na base.

Para fins de esclarecimento, é possível observar que elementos como: História administrativa/Biografia; História arquivística; Avaliação, eliminação e temporalidade; Incorporações; e Nota do arquivista da norma ISAD(G) não foram selecionados para compor o PAAJC.

Nesse sentido, é possível destacar que o elemento “História administrativa/Biografia” não faz parte do perfil de aplicação, uma vez que o PAAJC baseia-se no trabalho de conversão e importação dos dados já descritos no sistema Argo e como bem apresentado no quadro 7 o nível de organização da unidade de descrição utilizada como exemplo está no nível item documental o que significaria fornecer a história administrativa ou dados biográficos do(s) produtor(es) da unidade de descrição de cada item descrito.

No que tange o elemento “História arquivística”, o mesmo não foi selecionado para fazer parte do PAAJC, levando em consideração o cenário de doação do

acervo pessoal da professora Judith, uma vez que a própria norma ISDA(G) orienta que quando a unidade de descrição for adquirida diretamente do produtor, não registrar a história arquivística e sim registrar esta informação como *Procedência*. Quanto ao elemento “Avaliação, eliminação e temporalidade”, o mesmo fornece informação sobre qualquer ação relativa à avaliação, seleção e eliminação; no entanto, o acervo da professora trata-se de conjuntos de documentos que não são passíveis desses processos, por serem de guarda permanente. Referente ao elemento “Incorporações”, o mesmo informa o usuário sobre acréscimos previstos à unidade de descrição, porém o acervo pessoal da professora possui características de fundo fechado. Já o elemento “Nota do arquivista”, não foi selecionado, por não ser considerada dispensável a identificação individual dos profissionais que prepararam a descrição, uma vez que trata-se de um acervo extenso no qual provavelmente haverá uma equipe, como um todo, envolvida na atividade de descrição.

O PAAJC trata-se de um conjunto de elementos de dados aperfeiçoados, para uma aplicação específica, ou seja, para a descrição total do acervo pessoal da professora Judith Cortesão. Os elementos foram extraídos e combinados, como já apresentados, da norma ISAD(G), do conjunto de metadados do Argo e do formato CSV com o intuito de manter a maior interoperabilidade possível, permitindo o compartilhamento de informações de forma eficiente. Através da construção do PAAJC busca-se disponibilizar uma ferramenta que auxilie os profissionais na representação da informação, aprimorando a qualidade da descrição, evitando o retrabalho e versões diferentes.

Por fim, faz-se importante ressaltar que os elementos selecionados foram considerados suficientemente amplos para a descrição proposta, para o acervo da professora Judith, no entanto está sujeito a avaliação e adaptações contínuas. Exposto o processo de construção do perfil de aplicação, no próximo subcapítulo e último dessa dissertação serão apresentados os resultados quanto a apresentação, avaliação e proposta de implementação da plataforma AtoM para o uso do perfil de aplicação construído.

5.5 O USO DO PERFIL DE APLICAÇÃO NA PLATAFORMA ATOM

Este subcapítulo apresenta, avalia e propõe a implementação da plataforma AtoM para o uso do perfil de aplicação construído, visando a descrição, difusão e acesso público online futuro, ao acervo investigado. Considerando os referenciais da curadoria digital, busca-se viabilizar a interoperabilidade entre o Sistema de Administração de Bibliotecas Argo e software AtoM a fim de obter resultados confiáveis, refinados e interoperáveis.

5.5.1 AtoM: plataforma de descrição, difusão e acesso

O AtoM⁵⁵ (acrônimo para Access to Memory) é um software de descrição arquivística totalmente multilíngue, uma vez que todos os elementos da interface do usuário e o conteúdo do banco de dados podem ser traduzidos para diferentes idiomas. Desenhado para a web, o AtoM pode ter suas principais funções acessadas e controladas por um navegador de qualquer parte do mundo. Trata-se de um software livre e de código aberto (Apache, MySQL, PHP, Symfony) desenvolvido pela empresa canadense Artefactual Systems, originalmente encomendado pelo Conselho Internacional de Arquivos, e por isso o projeto é conhecido por ICA-AtoM *International Council on Archives - Access to Memory* (Conselho Internacional de Arquivos, Acesso à memória).

A primeira versão do software foi lançada no ano de 2006 e desde então diversas versões foram sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos. No ano de 2012 foi lançada a versão 1.3.0, considerada a primeira versão estável do software. A partir do ano de 2013, com a versão 2.0.0, a ferramenta passa a se chamar apenas AtoM, e não mais ICA-AtoM, como nas versões anteriores. Atualmente, a última versão implementada da ferramenta é a 2.4.0, lançada em 5 de setembro de 2017 e já existe uma nova a versão sendo desenvolvida a 2.5.0 ainda sem data prevista para lançamento⁵⁶.

A Artefactual Systems em colaboração com o Program Commission (PCOM) do CIA arquitetaram as funcionalidades do AtoM de modo que o mesmo atue em

⁵⁵ Informações extraídas do site <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>

⁵⁶ Informações extraídas de <https://www.accesstomemory.org/pt-br/download/>

em conformidade com uma ampla variedade de padrões internacionais de descrição arquivística. Segundo Pavezi (2013)

Seu objetivo é dotar a comunidade arquivística internacional de um software de formato aberto que permita descrever arquivos em conformidade com as normas do ICA (ISAD, ISAAR, ISIAH, ISAF) e possibilitar a disponibilização on-line do acervo das instituições arquivísticas. (PAVEZI, 2013, p. 4).

Nesse sentido, as normas de descrição arquivística presentes atualmente na plataforma são: a ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (International Standard Archival Description (General)), fornece orientação para descrição do fundo e suas partes componentes; a ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families), fornece orientações para a criação de registros de autoridade sobre os produtores de documentos arquivísticos; a ISDIAH⁵⁷ Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings), cria um sistema de informação arquivística mais útil com a descrição separada e normalizada das instituições custodiadoras de acervos arquivísticos; e por fim a ISDF⁵⁸ Norma Internacional para Descrição de Funções (International Standard for Function Description), dá orientação para a descrição das funções dos produtores de documentos.

Para Hedlund (2014, p. 59) o AtoM “se constitui numa poderosa ferramenta para as instituições arquivísticas” uma vez que contempla as principais normas de descrição arquivística. Além das já citadas, a plataforma permite o uso de outras normas de descrição como RAD; DC e MODS.

Flores e Hedlund (2014, p. 25-26) ao analisarem os recursos oferecidos pelo AtoM listam dez funcionalidades do software consideradas de suma importância no processo de descrição. No topo da lista está a possibilidade de criar, editar e excluir as informações da descrição arquivística, dispostas sobre uma estrutura de descrição multinível; a seguir listam-se as funcionalidades de conformidade com as

⁵⁷ A primeira edição da norma foi lançada sem o acrônimo “D” de descrição, ISIAH Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (International Standard for Institutions with Archival Holdings).

⁵⁸ A versão preliminar era designada sem o acrônimo “D” de descrição, ISAF Norma Internacional para Atividades/Funções de Entidades Coletivas (International Standard for Collective Entity Activities / Functions).

normas e metadados internacionais de descrição arquivísticas; possibilidade de anexar o representante digital à sua respectiva página web de descrição arquivística; cadastramento de usuários com permissões específicas; realização de pesquisa/substituição de termos em diferentes níveis da descrição; existência de um motor de pesquisa simples e avançada; tradução da interface para qualquer idioma pelo ambiente de administração; gestão da taxonomia na qual possibilita gerir os termos das listas de opções existentes na descrição arquivística; intercâmbio de dados, através da importação e exportação de descrições arquivísticas em formato XML e EAD; e por fim a possibilidade de alterar a interface gráfica através das configurações do software, utilizando-se de plugins de temas.

No que tange a difusão de acervos arquivísticos Conrado (2014) avalia o AtoM como um software consistente para tal finalidade, por ser uma ferramenta que usa a web como plataforma. De acordo com a pesquisadora

A difusão através das ferramentas que utilizam a web, tais como ICA-AtoM, sítios institucionais, redes sociais, entre outros, representam um custo baixo ou até mesmo, custo zero. Além disso, potencialmente, o número de usuários reais e usuários em potencial a serem atingidos é maior, uma vez que as barreiras geográficas são quebradas pela internet. (CONRADO, 2014, p. 96).

A difusão, segundo a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71) refere-se à disseminação da informação através de canais formais de comunicação, ou seja, é o ato de divulgar e tornar público uma instituição e o acervo que a mesma custodia. De acordo com Fantinel (2017, p. 89) a difusão é uma forma que a instituição deve encontrar para “se conectar com a sociedade e redimensionar sua função social e cultural, oportunizando ao público, real e potencial, o acesso à informação e aos serviços oferecidos pela instituição”. Nessa perspectiva, o acesso representa uma “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19).

Dessa forma, a adoção da prática de difusão de acervos via web possibilita alcançar um público mais amplo e diversificado, atraindo, ainda mais, pesquisadores potenciais. Para Flores e Hedlund (2014) o AtoM, por ser um software totalmente voltado ao ambiente web e disponibilizado gratuitamente, acaba por se tornar uma alternativa rápida e simples para que as instituições possam difundir e dar acesso à sua documentação aos usuários.

Ao avaliar as características do AtoM, verifica-se que o mesmo auxilia a atividade de descrição arquivística e possibilita o acesso via internet do acervo descrito. Trata-se de uma ferramenta de trabalho gratuita que utiliza procedimentos simples e ao mesmo tempo é um software totalmente normalizado que atende as recomendações arquivísticas, tornando-se completo dentro do que se propõe, enquanto plataforma de descrição, difusão e acesso.

Em acepção a preservação documental é importante dizer que o AtoM não é uma plataforma de gestão, ou seja, não trata-se de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)⁵⁹, capaz de gerenciar todo o ciclo de vida dos documentos digitais e dos analógicos, nem tampouco um Repositórios Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)⁶⁰ capaz de garantir a preservação, o acesso e a autenticidade de longo prazo dos materiais digitais. Porém, de acordo com Conrado (2014, p. 99) o AtoM “atende as políticas de preservação dos documentos arquivísticos, uma vez que prima pelo acesso, pela liberdade, pela possibilidade de migração e conversão [...]”.

Nessa perspectiva, faz-se importante salientar que esta pesquisa propõe o uso do AtoM como plataforma de descrição, difusão e acesso público online a todo acervo pessoal da professora Judith Cortesão, custodiado pela FURG. Além disso, buscou-se com o AtoM viabilizar a interoperabilidade com a base de dados Argo para trocar informações sobre o acervo bibliográfico já descrito, a fim de obter resultados confiáveis, refinados e interoperáveis, no que tange a migração de dados. Como evidenciado a plataforma não garante a preservação de documentos a longo prazo, no entanto auxilia na preservação dos documentos originais, em suporte de papel, uma vez que possibilita a inclusão de representantes digitais, na plataforma, através do processo de digitalização, evitando o manuseio de documentos originais pelos usuários. De acordo com o as recomendações do CONARQ (2010)

⁵⁹ É um conjunto de procedimentos e operações técnicas que visam o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos e apoiado em um sistema informatizado. (CONARQ, 2011, p. 11).

⁶⁰ É um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Esse repositório deve: gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; e proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos. (CONARQ, 2015, p. 9).

A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais, objeto desta recomendação. (CONARQ, 2010, p. 4).

Porém, ainda segundo o CONARQ (2010), é importante destacar que as ações de digitalização não devem ser realizadas em detrimento das ações de conservação convencional dos acervos custodiados, na medida em que os originais são único, inalienáveis e imprescritíveis.

Nessa linha de entendimento, a preservação, no que tange o acervo pessoal da professora Judith, acaba também se tornando um resultado a ser atingido a partir desse trabalho, ao passo que para o acervo da professora estar descrito e disponível para consulta online, em sua totalidade, é preciso empreender ações de identificação, seleção, enriquecimento, tratamento e preservação da informação para o acesso e uso futuro, para alcance de novas pesquisas e conhecimentos. Além do mais contribuirá para a preservação da memória da professora bem como da instituição uma vez que exigirá um trabalho de gestão para com o acervo.

Até o momento não é de conhecimento do público que tipos de materiais e quais são os documentos pertencentes ao acervo documental da professora é cabível afirmar que a qualquer tempo materiais podem até mesmo serem incorporados e/ou extraviados diante da fragilidade aparente quanto à curadoria desse acervo, permanecendo-se ainda como fontes desconhecidas e inacessíveis. Como bem já mencionado nesse trabalho, as preocupações com as atividades de armazenamento, preservação e acesso de acervos perpassam o tempo, no entanto com as novas tecnologias é possível aprimorar o desenvolvimento dessas atividades.

Diante do levantamento dos aspectos e da avaliação a cerca da plataforma AtoM fica evidente as potencialidades quanto ao uso da plataforma. Além das características já citadas nessa pesquisa como: recuperação da informação; acesso à documentação via internet; auxílio na preservação dos documentos originais; intercâmbio de dados; entre outras a proposta de implementação do AtoM como software para a descrição, acesso e difusão do acervo da professora Judith, também justifica-se pelo fato de a FURG já administrar essa ferramenta e possuir outros projetos de inserção de acervos no AtoM.

Com o objetivo de facilitar o acesso ao acervo da instituição, o curso de Arquivologia em parceria com o Arquivo Geral da FURG e num trabalho colaborativo com o Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPPC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), apoiaram a iniciativa que prevê a consolidação de um instrumento de pesquisa online, utilizando o software AtoM⁶¹. Atualmente no AtoM da instituição estão disponibilizados os representantes digitais, gerados a partir do processo de digitalização, das Atas de Reunião do Conselho Universitário (CONSUN) e a descrição do seu conteúdo, no período compreendido entre os anos de 1970 a 1995⁶² bem como a descrição do fundo documental da Faculdade de Direito Clovis Beviláqua abrangendo o período de 1959 a 1972⁶³.

Outro ponto relevante para a escolha do AtoM, como uma possível ferramenta de curadoria digital para auxiliar na gestão do acervo pessoal da professora Judith tem relação com as limitações apresentadas pelo Argo, sistema de administração das bibliotecas da instituição e que gerencia o acervo bibliográfico da professora. O Argo não possui planilhas específicas para descrição de acervos documentais, além de não ser um sistema normalizado capaz garantir a relação hierárquica entre os documentos, ou seja, não permite a descrição multinível que descreve um fundo em níveis do geral para o particular, assumindo o respeito aos princípios da proveniência e da organicidade, bem como não garante a preservação dos dados a longo prazo, funcionalidades estas, básicas para a construção de representações concisas, claras e de qualidade de acervos arquivísticos, como o da professora Judith, de forma a proporcionar a recuperação da informação.

Tendo em vista a apresentação das características e avaliação das funcionalidades do AtoM, o software foi escolhido para auxiliar nas atividades de descrição, difusão e acesso público online ao acervo investigado. A fase seguinte compreende a validação do perfil de aplicação Judith Cortesão e posterior inserção na plataforma AtoM.

⁶¹ Informações extraídas de <http://www.dcc.ac.uk>. Acesso em: 30 jan. 2017.

⁶² Encontra-se disponível no endereço <http://arquivodigital.furg.br> e é resultado do trabalho de dissertação de FANTINEL, Elisângela Gorete. **Arquivo universitário: preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2017. 659 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

⁶³ Encontrava-se disponível no endereço <http://ica-atom.furg.br>, porém ainda na plataforma na versão ICA-AtoM 1.3. É resultado trabalho de dissertação de SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Descrivendo o Patrimônio Documental da FURG: Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua (1959 – 1972)**. 2012. 273 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

5.5.2 Validação do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão e inserção na plataforma AtoM

A validação do perfil para posterior inserção na plataforma AtoM permitiu que o mesmo pudesse ser utilizado e avaliado na prática. Dessa forma para examinar a aplicabilidade do PAAJC foi preciso primeiramente solicitar ao NTI da universidade uma nova aplicação de relatório no sistema Argo, relatório esse capaz de filtrar apenas os itens pertencentes ao acervo pessoal da professora Judith Cortesão, sobretudo permitir a extração dos seus metadados.

A partir do momento que a solicitação de uma nova aplicação de relatório foi atendida pelo NTI, logo foram realizados testes com o intuito de validar a nova aplicabilidade do sistema, porém inicialmente foi detectada ausência de informações, no momento da extração, dos elementos referentes ao “Campo 856 - Nota de acesso eletrônico”, “Campo 874 - Descritores”, além das informações referentes a “Data de inclusão”, Data de alteração”, da obra e o “Status do exemplar”. Nesse sentido, foi necessária uma atualização para correção das ausências encontradas. Sanado o problema foi possível fixar a estratégia de busca para filtrar todos os itens pertencentes ao acervo e para posterior migração dos dados.

Sendo assim, foram realizadas pesquisas pelos termos “Acervo Judith” e “Judith” no “Campo 500 – Notas gerais” do Argo levando em consideração a orientação do SiB quanto a inserção na base de dados dos materiais do acervo pessoal da professora Judith, na qual todos os materiais deveriam incluir em “Notas gerais” a informação “Pertence ao acervo Judith Cortesão”, porém foi verificado falha na padronização da informação, por esse motivo optou-se por termos mais abrangentes para alcançar resultados mais precisos. Com o termo “Acervo Judith” foram recuperados mil novecentos e sessenta e um (1.961) registros e com o termo “Judith” mil novecentos e setenta e seis (1.976) registros.

A diferença de quinze (15) registros refere-se a trabalhos de conclusão de curso que foram orientados pela professora Judith, no entanto não fazem parte do acervo pessoal da professora, por esse motivo foram identificados e excluídos da planilha eletrônica de exportação. A seguir, na Figura 10, apresenta-se o exemplo da pesquisa realizada para recuperação dos registros (Argo -> Processamento Técnico

-> Acervo -> Sala Verde Judith Cortesão -> Campo (500 – Notas Gerais) -> Termo (Judith) -> Apresentar (Selecionar) -> Filtrar).

Figura 10 - Tela de pesquisa acervo Judith Cortesão

The screenshot shows the ARGO system interface for searching the 'Acervo (FURG - Sala Verde Judith Cortesão)'. The search criteria are set to '500 - Notas Gerais' and 'Judith'. The interface displays a list of fields with checkboxes, including 'Capa', 'Tipo de Obra', 'Idioma', 'Ano', 'Descrições', etc. The 'Filtrar' button is highlighted with a red circle.

Fonte: Sistema de Administração de Bibliotecas Argo.

Realizada a filtragem do acervo, os dados foram exportados para uma planilha eletrônica, gerada pelo sistema Argo. A partir desse momento, as atividades voltaram-se para o trabalho de migração dos dados do acervo da professora, descritos no Argo, para viabilizar a migração para a plataforma AtoM para tanto primeiramente foi preciso fazer o download do modelo CSV ISAD 2.3⁶⁴, uma vez que, para os dados serem importados para a plataforma é necessário o processamento das informações contidas nos arquivos de forma a enviá-los para os campos equivalentes. Nesse sentido, os registros do acervo da professora Judith, estruturados na planilha eletrônica, puderam ser naturalmente inseridos em arquivo

⁶⁴ Disponível em:

<https://wiki.accesstomemory.org/Resources/CSV_templates#AtoM_2.3_CSV_templates_2>.

CSV devido o trabalho de equivalência realizado previamente entre o conjunto de metadados do Argo e a norma ISDA(G). Nas figuras a seguir são apresentados recortes dos dados acervo da professora, descritos no Argo e inseridos na planilha CSV.

Figura 11 - Campos CSV: identificador, título, nível de descrição, extensão

<u>identifier</u>	<u>title</u>	<u>levelOfDescription</u>	<u>extentAndMedium</u>
RG001403266	101 <u>chinese lyrics</u>	Item	229 p.: il.
RG001096639	1. <u>aproximacao</u>	Item	62 p.
RG001037186	200 <u>jogos infantis</u>	Item	294 p. : il.
RG001108888	23º Festival de Brasília do cinema brasileiro	Item	32 p. : il.
RG001100455	3. <u>sondagem conjuntural : industria de transformacao do Interior</u>	Item	44 p. ; tab.
RG001041455	A abelha: (<u>apis mellifera linnaeus</u>)	Item	79 p. : il.
RG001051727	A administração das universidades : relatório sumário de um grupo de trabalho sobre os sistemas de administração universitária	Item	202 p.. -

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Figura 12 - Campos CSV: aquisição, arranjo e condições de acesso

<u>acquisition</u>	<u>arrangement</u>	<u>accessConditions</u>
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)
No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria <u>Judith Zuzarte Cortesão</u> , doado por ela, ainda em vida.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU	Local (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Figura 13 - Campos CSV: língua, características físicas, encontrar ajudas, localização de originais e unidades de descrição relacionadas

language	physicalCharacteristics	findingAids	locationOfOriginals	relatedUnitsOfDescription
Inglês	Livro	https://argo.furg.br/	Sala Verde: 81 / D125c	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Livro	https://argo.furg.br/	Sala Verde: 504.06 / P964	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Livro	https://argo.furg.br/	Sala Verde: 371.382 / M672d	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Catálogo	https://argo.furg.br/	Sala Verde: FV382	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Folheto	https://argo.furg.br/	Sala Verde: FV0260	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Livro	https://argo.furg.br/	Sala Verde: 592 / C172a	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.
Português	Livro	https://argo.furg.br/	Sala Verde: 658.118 / A238	Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Figura 14 - Campos CSV: nota geral, pontos de acesso de assunto, pontos de acesso de lugar, pontos de acesso de nomes e identificador de descrição

generalNote	subjectAccessPoints	placeAccessPoints	nameAccessPoints	descriptionIdentifier
Acervo Judith Cortesão	Linguística	Beijing		780005005
Acervo Judith Cortesão reg.2330	Meio ambiente físico Proteção do ambiente Degradação do ambiente	Parana		
Acervo Judith Cortesão reg.000867	Ensino	Belo Horizonte		
Acervo Judith Cortesão reg. FV382	Artes Arte cinematográfica Brasil	Bahia		
Acervo Judith Cortesão reg.FV0260	Setor industrial Meio ambiente físico	Rio de Janeiro		
Acervo Judith Cortesão reg. 000970	Zoologia Invertebrados Anatomia	São Paulo	Stort, Antonio Carlos	
Acervo Judith Cortesão reg.001461	Administração Administração educacional Estabelecimentos de ensino superior	Fortaleza	Viana, Maria de Fátima Ramos.	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Figura 15 - Campos CSV: regras, histórico de revisão, datas do evento e autores do evento

rules	revisionHistor	eventDate	eventActors
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	02/03/2018	1987	Dagao, Chu.
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	28/08/2008	19--	
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	11/01/2007	1984	Miranda, Nicanor
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	30/01/2009	19--	Fundação Cultural do Distrito Federal
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	18/09/2008	1976	
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	13/03/2007	1973	Camargo, Joao M. F
Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.	25/04/2007	1981	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No modelo CSV ISAD 2.3 existem cinquenta e dois (52) campos de descrição, destes, vinte e um (21) encontraram equivalência com o conjunto de metadados do Argo, como foi possível observar nas figuras 11-15. Dessa forma, foram apresentados os sete (7) primeiros registros do acervo bibliográfico a fim de apresentar e exemplificar os campos da planilha. Esse trabalho possibilita a importação em sistemas de informação como o AtoM.

Neste capítulo realizou-se a apresentação, análise e discussão dos resultados considerando o objetivo geral e os específicos que foram propostos nessa pesquisa. Dessa forma, a seguir, no último capítulo são apresentadas as conclusões sobre o estudo desenvolvido, de modo que retoma cada um dos objetivos propostos, apresentando as percepções e perspectivas para com a pesquisa.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como intuito evidenciar a importância do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado por ela, ainda em vida, como parte do patrimônio da FURG, uma vez que o acervo passa a integrar a categoria de patrimônio cultural como patrimônio documental por narrar fatos e acontecimentos, que servem de testemunho e que também representam a memória da instituição. Embora a institucionalização de arquivos pessoais aconteça no momento que os arquivos são adquiridos pelas instituições, ou seja, após uma transferência física e jurídica do acervo, a institucionalização também é entendida como uma ação de valoração da documentação do acervo bem como de seus produtores.

A partir desse delineamento, a questão que permeia o desenvolvimento desta pesquisa está arraigada na identificação de ações apropriadas para preservação, organização, difusão, acesso e uso destes documentos, de maneira que para além da valoração, os mesmos possam ser entendidos enquanto fontes documentais. Nessa perspectiva, foi realizada uma reflexão interdisciplinar, correlacionando as contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as práticas de tratamento de acervos pessoais. Com isso, buscou-se na curadoria digital o viés para maximizar as oportunidades de interação entre sistemas, compartilhamento e reutilização dos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora.

Diante desse cenário, o acervo pessoal de Judith Cortesão se constituiu como um campo privilegiado para a reflexão interdisciplinar entre Arquivologia e Biblioteconomia perante os desafios colocados a respeito do compartilhamento de metodologias, respeitando os saberes particulares, para a consecução do tratamento total do acervo custodiado. Entre os objetivos específicos, o primeiro visou diagnosticar a situação que se encontra o acervo acumulado por Judith Cortesão e propor a organização do Fundo Judith Cortesão.

Nesse sentido, foi preciso primeiramente identificar o processo de institucionalização do mesmo, no qual constatou-se que não existiu dentro da instituição qualquer documento que possa ser qualificado como o termo de doação em que faz menção da doação por parte da professora Judith Cortesão do seu acervo pessoal para a FURG, dessa forma foi necessário reunir informações sobre o

processo de doação para sanar quaisquer que fossem as dúvidas em relação à custódia da FURG sobre o acervo pessoal da professora.

Sendo assim, através das pesquisas realizadas, constatou-se que não houve avaliação prévia do conjunto documental com o propósito de identificar os documentos que seriam doados e que de fato significariam relevantes para a organização de um fundo pessoal, acredita-se que documentos de extrema importância para completude do acervo ficaram de fora acarretando lacunas lastimáveis. No desejo em perpetuar o legado deixado pela então professora Judith Cortesão foi recebida a doação do material, porém a instituição não havia planejado de maneira prévia as atividades de organização e as formas de divulgação desse acervo o que culminou na tardia valoração do material.

Durante a análise da situação em que se encontrava o acervo acumulado por Judith Cortesão, constatou-se também que os tratamentos direcionados ao acervo da professora ocorreram de forma isolada, diante da divisão pré-estabelecida. O acervo bibliográfico da professora Judith Cortesão recebeu o devido tratamento, respeitando os princípios da biblioteconomia estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Entretanto, não foi desenvolvido um trabalho que resultasse na consecução de ações de preservação, organização, descrição, difusão e uso do acervo documental, ficando o mesmo desassistido ao longo desses anos. Além da perda da memória coletiva o não tratamento do acervo exclui dos pesquisadores, e da comunidade em geral, a possibilidade de acesso e uso do acervo enquanto fonte de pesquisa.

Se por um lado o espaço físico foi retratado ao longo dos anos como o vilão pela ausência de tratamento ao acervo documental da professora Judith por outro é possível considerar que o despreparo técnico também pode ter contribuído para tal situação. Dessa forma, foi preciso ultrapassar o cerne da Biblioteconomia a fim de respeitar as peculiaridades do acervo, para tanto apostou-se na gestão integrada entre o Sistema de Bibliotecas e o Arquivo Geral da instituição como uma oportunidade para viabilizar a execução do trabalho de organização do Fundo Judith Cortesão, atingiu-se assim o primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Num segundo momento, tratou-se de identificar e compreender o contexto e o conteúdo do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão. Dessa maneira, empreendeu-se uma metodologia para traçar um breve histórico sobre a trajetória de vida familiar, social e profissional, da professora Judith Cortesão capaz de identificar

a cronologia das atividades, funções e cargos desempenhados pela professora, bem como realizar o mapeamento dos tipos documentais existentes com vistas à contextualização da relação entre o registro documental e a atividade que lhe deu origem permitindo assim o entendimento dos nexos do arquivo.

Como foi visto o acervo pessoal de Judith Cortesão, conta com uma expressiva documentação sobre a sua trajetória profissional enquanto professora, pesquisadora e ambientalista, porém o acervo apresenta inúmeras lacunas e informações dispersas o que dificulta sua contextualização. Portanto utilizou-se como ponto de partida para essa pesquisa, além é claro dos documentos que integram o acervo pessoal da professora Judith Cortesão a dissertação de Vania Machado (2016) uma vez que a pesquisadora realizou um minucioso estudo investigativo para a construção de uma narrativa acerca da trajetória de vida da professora o que oportunizou conhecer a cronologia do acervo. Essa análise, mesmo que de forma não aprofundada, foi fundamental para adquirir conhecimento sobre o acervo e sua produtora uma vez que foi possível extrair informações específicas para o entendimento quanto à origem, tempo, localização geográfica dentre outros elementos específicos de descrição.

De posse do estudo sobre a contextualização e dos tipos documentais do acervo pessoal Judith Cortesão partiu-se para o terceiro objetivo específico da pesquisa, no qual propunha analisar a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados utilizados pelo Sistema de Administração de Bibliotecas Argo, com vistas a estabelecer um mapeamento de equivalências entre ambos. Objetivando compreender as possíveis correlações entre a ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo foi realizado um resgate das contribuições da Arquivologia bem como as da Biblioteconomia para as ações de descrição, recuperação e acesso a informação. A descrição da informação trata-se de um conjunto de procedimentos para identificar um item documental, por tanto envolve as ações de extração dos elementos mais relevantes sobre os aspectos formais e de conteúdo dos documentos de maneira a torná-los individuais e únicos, dentro de um instrumento de pesquisa, permitindo que os mesmos sejam pesquisados, recuperados e acessados pelos usuários.

É possível concluir que tanto os arquivos quanto as bibliotecas são instituições que buscam através da descrição possibilitar, essencialmente, a localização, recuperação, busca e acesso aos documentos. A recuperação e o acesso à informação representam funções essenciais na atualidade dos arquivos e

das bibliotecas, no entanto para o êxito das mesmas tanto a descrição arquivística quanto a catalogação descritiva precisam levar em consideração uma série de normas, padrões, formatos e protocolos aprovados por comissões competentes.

A escolha por apresentar e analisar a norma ISAD(G), mesmo diante de outras normas voltadas a descrição arquivística, fundamenta-se por tratar-se de uma norma internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, na qual as demais normas partem dos seus princípios para a criação de normas próprias em diversos países. Com relação ao Argo é possível reconhecer que o mesmo sofreu muitas melhorias desde a sua implantação, porém, ainda há muito a ser feito, em se tratando de um sistema de bibliotecas que vise atender às necessidades informacionais tanto dos usuários internos como dos externos. Uma das melhorias, mais almejadas pelos bibliotecários é a migração para o formato MARC 21.

Após a apreciação da situação foi possível constatar que um dos desafios encontrados durante o processo de mapeamento está na concepção de que enquanto na arquivologia a descrição é minuciosa, exigindo mais elementos contextuais para sua representação, na biblioteconomia a descrição é mais pontual e sucinta. Tendo por base esta análise, foi empreendida a atividade de construção de um perfil de aplicação, quarto objetivo específico, que também originou o produto final dessa dissertação.

No que tange o processo de construção do perfil de aplicação, o mesmo foi apresentado como uma ferramenta de curadoria digital, para descrever o acervo pessoal da professora Judith Cortesão, uma vez que a curadoria digital apresenta-se como uma nova área de prática de pesquisa, que dialoga com várias disciplinas para a manutenção, a preservação e a agregação de valor aos dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida. Sendo assim, o estudo se pautou no desenvolvimento de ações para a preservação, descrição e interoperabilidade do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

O Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão reúne metadados selecionados e combinados para garantir uma descrição normalizada e conseqüentemente facilitar o intercâmbio de dados. Para a seleção dos termos foram analisados os elementos da norma ISDA(G) e os elementos do conjunto de metadados do Argo e elaborado um quadro de equivalência entre os mesmos, onde, foi identificado que apesar de não haver equivalência exata entre todos os elementos, o trabalho intelectual atingiu um o alto índice de prováveis equivalências entre os elementos analisados.

Adotou-se uma metodologia que auxiliasse na elaboração de um perfil de aplicação a partir da norma ISAD(G). Nesse sentido, foram eleitos vinte e cinco (24) elementos de descrição, sendo doze (12) destes combinados entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo; quatro (4) elementos com conceitos considerados iguais entre a ISAD(G) e o Argo sendo eles: Título, Data, Idioma e Notas; cinco (5) elementos exclusivos da ISAD(G) sendo eles: Nível de descrição, Sistema de arranjo, Condições de reprodução, Características físicas e requisitos técnicos, e Regras ou convenções; e por fim três (3) elementos acrescentados do formato CSV combinados com elementos do Argo referente aos pontos de acesso da unidade descrita. Acredita-se que os elementos selecionados são suficientemente amplos para a descrição proposta, para o acervo da professora Judith, no entanto está sujeito a avaliação e adaptações contínuas.

Com vistas a atender o quinto objetivo específico dessa pesquisa, foi avaliada e proposta a implementação da plataforma AtoM para a aplicação do PAAJC, difusão e acesso público online ao acervo pessoal da professora Judith. O AtoM é um software de descrição arquivística multilíngue, totalmente voltado ao ambiente web, livre e de código aberto. Trata-se de uma ferramenta que utiliza procedimentos simples e ao mesmo tempo é um software totalmente normalizado que atende as recomendações arquivísticas, tornando-se completo dentro do que se propõe, enquanto plataforma de descrição, difusão e acesso.

Ainda sob o escopo do quinto objetivo, buscou-se com o AtoM viabilizar a interoperabilidade com a base de dados Argo para trocar informações sobre o acervo bibliográfico já descrito, uma vez que o sistema Argo não possui planilhas específicas para descrição de acervos documentais, além de não ser um sistema normalizado capaz garantir a relação hierárquica entre os documentos, ou seja, não permite a descrição multinível. Frente ao exposto, para o intercâmbio de dados foi preciso primeiramente solicitar ao NTI da universidade uma nova aplicação de relatório no sistema Argo, para então recuperar apenas os itens pertencentes ao acervo pessoal da professora Judith Cortesão, sobretudo permitir a extração dos seus metadados. Sendo assim os dados foram exportados para uma planilha eletrônica, gerada pelo sistema Argo onde puderam ser naturalmente inseridos em arquivo CSV, utilizado como ferramenta de importação no AtoM, e assim realizar a migração dos dados do acervo bibliográfico inseridos no Argo para viabilizar a

inserção dos dados na plataforma AtoM minimizando os esforços na criação dos mesmos.

Sob essas perspectivas, conclui-se que os acervos de cunho pessoal se configuram cada vez mais como objetos de pesquisa e campo de investigação para diferentes disciplinas. Os registros encontrados em acervos pessoais por muitas vezes são considerados de grande importância para a sociedade, por representarem uma parcela da memória coletiva, sendo estes considerados como patrimônio documental e valiosa fonte de pesquisa, exigindo uma atenção especial no que tange seu tratamento. Nesse sentido, a pesquisa preocupou-se em apresentar ações que vão além da custódia física do acervo, com foco no acesso e uso coletivo de todo o conjunto documental do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

A pesquisa empreendida não pretende ser considerada um modelo absoluto a ser seguido, onde todas as ações sejam executadas tal e qual, como foram planejadas. Na medida em que o trabalho for sendo realizado, novos desafios serão encontrados e conseqüentemente adaptações e aperfeiçoamentos serão necessários. No entanto a pesquisa pretende servir de apoio justamente para as ações que antecedem o fazer prático da organização do Fundo Judith Cortesão auxiliando a equipe responsável pelo tratamento do acervo.

Como evidenciado, este estudo teve como ponto de partida auxiliar no tratamento total do acervo acumulado por Judith Cortesão. Nessa perspectiva, encontrou-se nos fazeres da curadoria digital o caminho para a manutenção, a preservação e a agregação de valor ao acervo pessoal da professora, uma vez que a curadoria digital possibilita a interação entre sistemas, compartilhamento e reutilização de dados. Dessa maneira, considerando os referenciais da curadoria digital, foi possível viabilizar a interoperabilidade entre o Sistema de Administração de Bibliotecas Argo e a plataforma AtoM.

A pesquisa foi pautada na interdisciplinaridade, sendo intencional o interesse pelo acervo da professora Judith para a aproximação das áreas da Arquivologia e da Biblioteconomia a partir de um legítimo problema de importância da instituição. Infelizmente a interdisciplinaridade não adveio efetivamente como da forma pretendida pela pesquisadora, o fazer prático das ações não ocorreu concomitante com a pesquisa. Acredita-se que novas reuniões e debates sejam imprescindíveis para a conscientização dos profissionais da necessidade de compartilhar os

saberes, não há propriedade exclusiva sobre os mesmos é preciso dialogar a fim de preencher as lacunas existentes em cada saber.

Fica evidente, a colaboração da pesquisa para os referenciais de Arquivologia e Biblioteconomia, bem como para o trabalho interdisciplinar entre os profissionais arquivistas e bibliotecários da instituição. Esse foi com certeza o primeiro passo para a consolidação de um novo perfil de gestão integrada de acervos que trará benefícios aos profissionais, usuários e para a própria instituição.

É preciso sensibilizar as partes envolvidas da importância de reconhecer as diferenças entre as áreas, porém sem enxergá-las, como práticas que devem ser desenvolvidas de formas isoladas. Há um longo caminho a ser percorrido, porém tangível. Ainda há muito a ser dito sobre a temática, com isso recomenda-se o desenvolvimento pesquisas mais aprofundadas em nível de doutorado que possam incluir na investigação a Museologia, considerando as três instituições de memória (arquivo, biblioteca e museu) e o universo total do acervo pessoal doado pela professora Judith.

Em suma, espera-se, que o presente trabalho proporcione de fato a efetiva preservação, descrição, interoperabilidade, difusão, acesso e uso do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Daisy. **What is digital curation?** DCC Briefing Papers: Introduction to Curation. Digital Curation Centre: Edinburgh, 2008. Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/introduction-curation/what-digitalcuration>> Acesso em: 30 jan. 2017.

ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 75-88.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(G)**. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-185, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737/2807>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ALVES, Rachel Cristina Vesu. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves_rachel.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Microfilmagem ou digitalização? – O problema da escolha certa. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 99-113.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Brinquet de Lemos Livros; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

_____. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31. p. 110-130, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n31p110/17765>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Conversão de registros em XML para MARC 21: um modelo baseado em folhas de estilo XSLT**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93658/assumpcao_fs_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 201-207, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Como Fazer, 8).

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.

BORGES, Renata Silva. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2014/DISSERTA%C3%87%C3%83O_RENATA%20SILVA%20BORGES.pdf> Acesso em: 9 maio 2017.

_____; MURGUÍA, Eduardo Ismael. Aquisição de arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira (Org.). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BRASIL. **Constituição da república Federativa**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei 8159, de 9 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental. **Projeto Sala Verde**: edital 01/2005. Brasília, DF, 2005.

CALDERON, Wilmar Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/ISBN9788579834868.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, 2009, p. 26-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

_____. À guisa de apresentação. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p. 7-8.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/pt-br.php>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARLOS HUMBERTO T.D.C., O Brasil na Antártida. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1608, p. 4-10, 12 fev. 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

CHAN, Lois Maia; ZENG, Márcia Lei. Metadata interoperability and standardization: study of methodology part I. **Revista D-Lib**, v. 12, n. 6, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june06/chan/06chan.html>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONRADO, Flavia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11046>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis**: Rdc-arq. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia**: Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ghtc.usp.br/server/SBHC/Memoria-CT.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 129-150, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CORRADO, Edward M.; JAFFE, Rachel. Transforming and enhancing metadata for enduser discovery: a case study. **JLIS.it**, v. 5, n. 2, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.jlis.it/article/view/10069/9352>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. O papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad (Org.). **Curadoria Digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA-USP, 2012. p. 22-39. Disponível em: <http://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook_curadoria_digital_usp>. Acesso em: 27 abr. 2017

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Brique de Lemos/Livros, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos; PHILIPPI, Carolina Cechella. Uma biblioteca sem ordem: Figurações em torno do acervo de livros de um intelectual do século XX. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA Filho, Antônio Luiz (Org.). **Cultura e Memória: Os usos do passado na escrita da História**. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – UFC/ Instituto Frei Tito Alencar, 2011. p. 302- 315.

DIGITAL CURATION CENTRE. **DCC Curation Lifecycle Model**, 2014. Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/resources/curation-lifecycle-model>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93682>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, abr. 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011453/4e2ab3e173f0f009be510a58102bb05b>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/279>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Relatório de gestão 2012**. Rio Grande, 2014. Disponível em: < <https://www.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2012-sala-verde-judith-corteso-furg-19978563>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Relatório de gestão 2013**. Rio Grande, 2014. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-sala-verde-2013>>. Acesso em: 22 fev. 2017

_____. **Relatório de gestão 2014**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2014-salaverde-da-furg>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos. A Organização da informação e a comunicação científica: implicações para os profissionais e usuários da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 45-59, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3210>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

EDMONDSON, Ray (Org.). **Memória do mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em:

<<http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017

FABEN, Alexandre; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Instrumento científico como documento de arquivo pessoal institucionalizado: organicidade e identificação tipológica no arquivo Helmut Sick. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DE C&T, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_03/33%20%2034%20IVSPCT%20_FABEN&SILVA_%20-%20Texto%20completo%20_2_.pdf>. Acesso em: 4 jan 2017.

FANTINEL, Elisângela Gorete. **Arquivo universitário**: preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2017. 659 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e atuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. A preservação patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais. **Sér. Patrim. Cult. e Exten. Univ.**, n. 3, fev. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt_n3_m.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2018.

FLORES, Daniel. **Interoperabilidade de documentos arquivísticos**: dos sistemas de negócio ao SIGAD e ao RDC-Arq. Palestra. Rio de Janeiro - RJ. 73 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra na Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/images/CIN/PDFs/Interoperabilidade_de_DADs.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FRADE, Everaldo Pereira; ABELLÁS, José Benito Yárritu; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Apresentação. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira (Org.). **Arquivos pessoais**: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Contrato de pessoal por tempo determinado**. Rio Grande, 1994.

_____. Gabinete do Reitor. **Ato Executivo nº 031/2006, de 25 de agosto de 2006.** Rio Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhos.furg.br/converte.php?arquivo=executivos/03106.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **Pró-Reitoria Administrativa.** MEMO No. 083/01 – PROAD. Rio Grande, 2001.

_____. **Sala Verde Judith Cortesão:** articulação e implementação de ações entre universidade, escola e comunidade – edital 1/2005/Ministério do Meio Ambiente. Rio Grande, 2005.

GATTELLI, Rúbia Tatiana. **Gestão de dados de investigação no domínio da oceanografia biológica:** criação e avaliação de um perfil de aplicação baseado em ontologia. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2015. Disponível em: <http://dendro.fe.up.pt/blog/wp-content/uploads/2016/02/Dissertacao_MCI_RubiaGattelli.pdf>. Acesso em 27 jan. 2017.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. Setting the stage. In: BACA, Murtha (Ed.). **Introduction to Metadata.** 2nd ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008. Disponível em: <<https://d2aohiyo3d3idm.cloudfront.net/publications/virtuallibrary/0892368969.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural:** trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 59-74.

GUEGUEN, Gretchen. et al. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/517/516>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação.** Brasília, v.27, n.3, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/783/812>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

HEDLUND, Dhion Carlos. **O patrimônio fotográfico de Santa Maria em ambiente digital.** 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11020>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

HEERY, Rachel e PATEL, Manjula. Application profiles: mixing and matching metadata schemas. **Ariadne**, Reino Unido, v. 25, set. 2000. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue25/appprofiles>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro**. 2009. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

IKEMATU, Ricardo Shoiti. Gestão de metadados: sua Evolução na tecnologia da informação. **Data Gram Zero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001249/c54be7a5ab9cdf5b6d267da7cc063df2>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

INNARELLI, Humberto Celeste. Digitalização de documentos arquivísticos das atividades-fim em instituições de ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. **Anais**. Vitória, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. São Paulo: Artmed, 2006.

JAPIASSU, Hiltom; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, Alessandra Vieira. **Relatório de gestão 2007/2008**. Rio Grande, 2008. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2007-sala-verde-judith-corteso-furg>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio cultural. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 111-128.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 310-321, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a9.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos**

peçoais: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 11-19.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Como Fazer, 6).

LÓPEZ GOMÉZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, p. 37-43, jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5068/1/1998-22-37.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

LÓPEZ YEPES, José. Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo. In: JORNADAS CIENTÍFICAS SOBRE DOCUMENTACIÓN CONTEMPORÁNEA, 7, 2008, Madrid. **Anais...** Madrid: UCM, 2008. p. 273-279. Disponível em: <<https://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-9%20notas.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017

MACHADO, Vania da Costa. **Memórias em arquivos pessoais:** a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Vania-da-Costa-Machado.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata Silva. Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virginia Maria Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. In: SILVA, Maria Celina Soares de mello e; SANTOS, Paulo Rberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais:** história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 113-136.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica.** 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1518/1/2008_MiguelAngelMarderoArellano.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva. **Metadados y recuperación de información:** estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales. Gijón: Trea, 2002

MURGUIA, Eduardo Ismael. Percepção e aproximação do Documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Org.). **Ciência da informação e Documentação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. p. 37-52.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **Análise documental e análise diplomática:** perspectivas de interlocução de procedimentos. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009. Disponível em: <

https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nascimento_lmb_do_mar.pdf>. Acesso em 19 mar. 2017.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Understanding Metadata**. Bethesda: NISO, 2004. Disponível em: <https://www.lter.uaf.edu/metadata_files/UnderstandingMetadata.pdf> . Acesso em: 2 abr. 2018.

NILSSON, Mikael; BAKER, Thomas; JOHNSTON, Pete. **The Singapore Framework for Dublin Core Application Profiles**. 2008. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/singapore-framework/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

NOERR, Peter. **The digital library tool kit**. 3 rd edition. Santa Clara, California: Sun Microsystems, 2003. Disponível em: <http://widodo.staff.uns.ac.id/files/2010/11/digital_library_toolkit.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

_____. A descrição arquivística e os arquivos pessoais: O desafio da representação. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira (Org.). **Arquivos pessoais**: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

OLIVEIRA, Maria; SOUZA, Juliana Amorim. Os arquivos pessoais institucionalizados: o caso Roquette-Pinto. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira (Org.). **Arquivos pessoais**: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

PAVEZI, Neiva (Trad.). **ICA-Atom**: manual do usuário em língua portuguesa – BR. Santa Maria: UFSM, DAG: Departamento de Documentação, GED-A, 2013. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/images/ICA-Atom%20manual%20do%20usuario%20-%20PT%20BR.pdf>> . Acesso em: 3 abr. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 18 ago. 2016.

RAMOS, José Alimatéia de Aquino. **As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo**: o caso

da ECI/UFMG. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9JLJQ7/tese_atual.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em: 29 set. 2016.

RODIGUES, Marisa Pires. Nas malhas do arquivo pessoal: o legado artístico de Rossini Perez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB: UFP, 2015. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3033/24.%20NAS%20MALHAS%20DO%20ARQUIVO%20PESSOAL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 158 p.

SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Biblos**. Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 95-113, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/4890>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Descrivendo o Patrimônio Documental da FURG**: Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua (1959 – 1972). 2012. 273 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11005>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; LUZ, Charley dos Santos; AGUIAR, Francisco Lopes. Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários. In: SILVA, José Fernando Modesto; PALETTA, Francisco Carlos. **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**. São Paulo: ECA/CBD-USP, 2016. v. 1, p. 100-120. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/002746699.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 57-66, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/72>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa; SANTOS, Daniel Ribeiro dos. *Estudo comparativo da norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) e o formato de entrada MARC 21: contribuição para a descrição e automação de arquivos com base em padrões biblioteconômicos*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES E ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 9, 2. 2013, Rio de Janeiro, RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/view/48/31>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 21-50.

_____. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>>. Acesso em 12 ago. 2016.

SANTOS, Thayse Natália Cantanhede. **Curadoria digital: o conceito no período de 2000 a 2013**. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17324/1/2014_ThayseNataliaCantanhedeSantos.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

_____. **Introdução à Curadoria Digital**. Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/images/cursostecnicos/CURSOCURADORIADIGITALIBICT2014THAYSE.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

SARAMAGO, Maria de Lurdes. Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., 2004, Lisboa. **Anais eletrônicos...**Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/640/637>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SAYÃO, Luís Fernando. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp. p. 18-47, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p18/436>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224/8586>>. Acesso em: 22 set. 2016.

SAYÃO, Luis Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p.1-31, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1/19527>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SCHÄFER, Murilo Billig. **Digitalização de documentos**: implicações no acesso às informações arquivísticas. 180 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_arquivos/39/TDE-2014-12-11T092434Z-5807/Publico/SCHAFER,%20MURILO%20BILLIG.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque et al. Curadoria digital: além da questão da preservação digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/curadoria_digital_0.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SILVA, Claudio Renato Moraes da. **O que é educação ambiental...**: ...para cinco catadores de papelão no centro da Cidade do Rio Grande, RS. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010008.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2017

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Reorganização de fundo: uma experiência em arquivo pessoal de cientista. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 89-112.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Apresentação. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 7-9.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira.

Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas:** o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERALDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVEIRA.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1713/1464>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lídia. A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, 2004. Disponível em < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1077/1176>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

SOUZA, Terezinha Batista de. O ensino de representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e Portugal. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012. p. 193-231.

SOUZA, Thales Vicente de. **Curadoria digital:** um novo espaço de atuação do profissional de informação. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto DE ARTE e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: < <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/2016/disserta%C3%A7%C3%A3o/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Thales%20Vicente%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; Giulia CRIPPA. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, set./dez. 2009. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/502>. Acesso em: 13 mar. 2017.

TAGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico: perspectiva de renovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: CONGRESSO ISKO-ESPEÑA, 8., 2009, Valencia. **Anais...** Valencia: International Society For Knowledge Organization, 2009. v. 1. p. 23-35 Disponível em: < http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47_Bolfarini.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A interdisciplinaridade na contemporaneidade — qual o sentido? In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 135-146.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 65-83.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala verde Judith Cortesão. **Sala Verde ganha novas instalações.** 05 outubro 2016. Disponível em: <<http://bibliotecasalaverde.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. **Ampliação da Sala Verde:** Sala Verde será ampliada em 2016. 10 maio 2016. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/todas-as-not%C3%ADcias/864-amplia%C3%A7%C3%A3o-da-sala-verde.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Catálogo Geral da Universidade Federal do Rio Grande 2015.** Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/menu/000000406.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2017.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-262.

VIANA, Gilberto Fladimar Rodrigues. **Os documentos arquivísticos digitais no Sistema de Informações SIE/UFSM:** da produção ao acesso. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128173/000850474.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

VIEIRO, Tatiane Vedoin; SCHWARZBOLD, Karin Christine; SANTOS, Andrea Gonçalves. Patrimônio documental da FURG: consolidação da memória institucional. **Revista Ciência em Extensão,** São Paulo, v.10, n.1, p. 83-97, 2014. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/viewFile/910/953>. Acesso em: 23 maio 2017.

WELSH, Anne; BATLEY, Sue. **Practical Cataloguing:** AACR, RDA and MARC 21. London: Facet Publishing, 2012.

WOODLEY, Mary S. Crosswalks, Metadata Harvesting, Federated Searching, Metasearching: Using Metadata to Connect Users and Information. In: BACA, Murtha (Ed.). **Introduction to Metadata.** 2nd ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008. Disponível em: <<https://d2aohiyo3d3idm.cloudfront.net/publications/virtuallibrary/0892368969.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

APÊNDICE A – PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO



PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Word cloud containing terms: preservação, curadoria digital, mapeamento de equivalências, ISAD(G), arquivologia, interdisciplinariedade, bibliográfico, interoperabilidade, descrição, difusão, uso, acesso, Judith Cortesão, perfil de aplicação, acervo documental, AtoM, ciclo de vida documental, Argo, biblioteconomia, arquivo pessoal.



Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Rio Grande, RS
2018



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitora

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Vice-Reitor

DANILO GIROLDO

Chefe de Gabinete

DENISE MARIA VARELLA MARTINEZ

Pró-Reitores

Graduação - PROGRAD

RENATO DURO DIAS

Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP

EDUARDO RESENDE SECCHI

Extensão e Cultura - PROEXC

DANIEL PORCIÚNCULA PRADO

Planejamento e Administração - PROPLAD

MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Infraestrutura - PROINFRA

MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE

Assuntos Estudantis - PRAE

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEP

LÚCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

EQUIPE TÉCNICA

Elaboração

BIBLIOTECÁRIA RAQUEL SIEGEL BARCELLOS

BIBLIOTECÁRIA GISELE VASCONCELOS DZIEKANIAK

ARQUIVISTA DANIEL FLORES

Arte e Diagramação

BIBLIOTECÁRIA CLAUDIA MARIA GOMES DA CUNHA

BIBLIOTECÁRIA RAQUEL SIEGEL BARCELLOS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Áreas de informação e elementos de descrição da ISAD(G)..	19
Figura 2	Áreas e elementos de descrição no Argo.....	21
Figura 3	Campos de descrição do Argo.....	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão.....	25
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AtoM	Access to Memory
Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão	Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CID	Centro de Informação e Documentação
CSV	Comma Separated Values (Valores Separados por Vírgula)
DCC	Digital Curation Centre
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HTTP	HyperText Transfer Protocol
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
Judith Cortesão	Maria Judith Zuzarte Cortesão
NID	Núcleo de Informação e Documentação
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUME	Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos
PAAJC	Perfil de Aplicação Judith Cortesão
PHP	Hypertext Preprocessor
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PPGPPC	Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SiB	Sistema de Bibliotecas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

Apresentação	7
Judith Cortesão	10
Biblioteca Sala Verde	13
Acervo	15
Perfil de Aplicação	17
Referências	32



Apresentação

Perante a necessidade de assegurar a salvaguarda e a disseminação do patrimônio material e cultural, vislumbram-se iniciativas que permitam difundir e dar acesso aos mesmos. Os registros encontrados em arquivos pessoais por muitas vezes são considerados de grande importância para com a sociedade, por representarem uma parcela da memória coletiva, sendo estes considerados como patrimônio documental e preciosa fonte de pesquisa, dessa forma merecem uma atenção especial no que tange seu tratamento.

Os arquivos pessoais são entendidos como arquivos de caráter privado, por reunirem um conjunto de documentos pessoais, produzidos fora de um ambiente institucional. Para Bellotto (2006) os documentos identificados em arquivos pessoais representam as relações e atividades do indivíduo que os acumulou e que se preservados para além de sua vida, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, esses documentos oferecem grande valor quando conservados, organizados e difundidos para pesquisa pública.

No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado por ela, ainda em vida. Em 2005, a Universidade, juntamente com o seu Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), foram contemplados no Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente para a implantação de uma Sala Verde (BRASIL, 2005), com isso foi criada no ano de 2006 a então Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão com o objetivo de abrigar o acervo da professora, bem como atender as especificações do edital.

A institucionalização de arquivos pessoais acontece a partir do momento que os arquivos são adquiridos pelas instituições, ou seja, após uma transferência física e jurídica do acervo. Nesse sentido, no que tange o acervo pessoal da professora Judith Cortesão o mesmo foi institucionalizado diante da doação realizada para a instituição pela própria professora, passando assim a fazer parte do patrimônio da FURG, uma vez que o acervo passa a integrar a categoria de patrimônio cultural como patrimônio documental por narrar fatos e acontecimentos, que servem de testemunho e que também representam a memória da instituição. A

institucionalização de acervos pessoais é entendida como uma ação de valoração da documentação que os compõem bem como de seus produtores, no entanto é de suma importância que sejam planejadas ações para a organização, preservação, difusão, acesso e uso coletivo dos acervos, de maneira que para além da valoração os mesmos possam ser entendidos enquanto fontes documentais.

Dessa forma, esse instrumento de pesquisa foi elaborado a partir da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2018, intitulada “Perfil de aplicação acervo Judith Cortesão, como instrumento de curadoria digital: um estudo de equivalências entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM), com o objetivo de apresentar as recomendações para o uso do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC). O perfil descreve e justifica as normas adotadas e apresenta especificações necessárias para orientar os profissionais na futura organização do Fundo Judith Cortesão.

O termo perfil de aplicação tem sido utilizado para descrever a adaptação de padrões para aplicações específicas. Dessa maneira, “Um perfil de aplicação descreve o conjunto de diretrizes, regras de descrição e restrições usadas na criação de um conjunto específico de registros de metadados.” (NILSSON; BAKER; JOHNSTON, 2008, não paginado, tradução nossa).

Levando em consideração que um perfil de aplicação corresponde a um esquema composto de metadados, combinados a partir da seleção de elementos de um ou mais esquema existentes, e diante da definição da Digital Curation Centre (DCC)¹ de que a curadoria digital envolve a manutenção, a preservação e a agregação de valor aos dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida, é que apresenta-se os perfis de aplicação como ferramentas de curadoria digital, uma vez que a criação de conjunto específico de elementos de metadados proporciona a adição de valor aos dados, de uma determinada investigação, de modo mais eficiente.

No contexto do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, o objetivo de compor um perfil de aplicação estava arraigado em oferecer uma ferramenta de curadoria digital da qual os profissionais envolvidos no tratamento do acervo possam

¹ Informações extraídas do site da instituição: <http://www.dcc.ac.uk>. Acesso em: 30 jan. 2017.

usufruir de um conjunto de metadados selecionados e combinados que garantam uma descrição precisa, de modo a adicionar valor aos dados que compõem tanto o acervo bibliográfico como o acervo documental da professora. Além disso, vislumbra-se manter a interoperabilidade com o conjunto de metadados original, que serviu como base para a descrição do acervo bibliográfico, proporcionando dessa maneira o compartilhamento de dados, minimizando os esforços na criação dos mesmos.

Para tanto, foi elaborada um quadro de equivalência entre os elementos da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e o do conjunto de metadados do Argo, de modo a relacionar a compatibilidade entre os elementos. O trabalho teve como objetivo auxiliar na construção do perfil de aplicação, para futura representação do acervo pessoal da professora Judith Cortesão.



Judith Cortesão

Maria Judith Zuzarte Cortesão nasceu no ano de 1914, na cidade do Porto, em Portugal filha de Carolina Cortesão Ferreira e do historiador Jaime Zuzarte Cortesão. Aos 17 anos teve que deixar Portugal devido a perseguições políticas, sofridas pela sua família, pelo governo ditatorial de António Salazar. Diante dessa situação Judith Cortesão e sua família moraram em diversos países e no ano de 1940, juntamente com sua família, transferiram-se para Brasil.

Em 1947 Judith casou-se com o filósofo e poeta português Agostinho da Silva, com quem constituiu uma família com oito filhos, sendo dois adotivos. Estabeleceu-se em Brasília na década de 1980, sua formação era extensa, em seu Curriculum Vitae² possui o registro de ter se graduado em diversos cursos de diversas áreas bem como Letras, Medicina, Biologia, Climatologia, Antropologia, Meteorologia e Biblioteconomia, além disso, Judith dominava 14 idiomas.

Judith Cortesão foi professora em diversas universidades e também dedicou-se por muitos anos à assessoria e consultoria do governo brasileiro na área ambiental, tornando-se uma ambientalista, pesquisadora e educadora reconhecida internacionalmente. Segundo documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal foi consultora das ONG'S SOS Mata Atlântica e Instituto Acqua, bem como assessora de Política Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, representante, no Pantanal, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De fato, Judith Cortesão, era apaixonada por pesquisa, estudava temas diversos dentre eles poesia canadense. No que tange a temática ambiental tornou-se referência no assunto, sendo uma das criadoras do programa Globo Ecologia além de ter idealizado 10 filmes da série “Viva o mar, viva o povo da mata que vive do mar” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005).

No final do ano de 1982, Judith Cortesão, aos 68 anos, participou da primeira viagem brasileira ao Continente Antártico. A expedição à Antártida foi realizada no

² Documento pertencente ao arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), na qual Judith foi representando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) abordo dos navios “Barão de Teffé” e “Prof. Vladimir Besnard” a viagem, que durou dois meses, tinha por objetivo realizar diversas pesquisas científicas, além de planejar a implantação da Estação Brasileira no continente, culminando em sua criação na data do dia 6 de fevereiro de 1984 (CARLOS HUMBERTO T.D.C., 1983, p. 4-10).

No ano de 1993 mudou-se para cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul onde atuou como professora visitante do Mestrado em Educação Ambiental e consultora técnica do Museu Oceanográfico da Universidade Federal do Rio Grande.

Durante o período em que atuou como docente na FURG, mais precisamente entre o período de março de 1994 e abril de 2001 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1994, 2001) a professora desenvolveu diversos projetos e pesquisas na Estação Ecológica do Taim, teve participação direta na criação do Museu Antártico e também prestou consultoria ao Museu Oceanográfico Professor Eliezer de Carvalho Rios e ao Eco-Museu da Ilha da Pólvora. O Projeto Asas Polares; o Projeto de Educação Ambiental para a Primeira Infância; o Programa Mar de Dentro; o Projeto Meninos do Mar; Projeto “Viva o mar, viva o povo que vive do mar!”, foram alguns dos projetos de grande relevância enquanto professora e pesquisadora da FURG (MACHADO, 2016).

Segundo consta, ao longo de sua trajetória, Judith escreveu dezesseis livros, tendo o registro de publicação do livro “Juréia, a luta pela vida” (1989) e “Mata Atlântica” (1990). Fazem parte do acervo de Judith Cortesão tanto o original datilografado da obra “Juréia, a luta pela vida”, quanto o livro editado bem como o original datilografado do texto “Povos da mata: tradição e futuro”, capítulo do livro Mata Atlântica já o livro editado encontra-se disponível para consulta local na Biblioteca Setorial Museu Oceanográfico também pertencente ao Sistema de Bibliotecas da FURG. A pesquisadora permaneceu em Rio Grande até o ano de 2003, sendo que em 14 de novembro de 2001, Judith Cortesão recebeu o Título de Cidadã Riograndina, devido sua atuação destacada nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Cultura (MACHADO, 2016). Com sua partida para a Suíça, no ano de 2003, a professora Judith doou seu acervo pessoal à Universidade Federal do Rio Grande. Judith Cortesão faleceu aos 92 anos, no dia 25 de setembro de 2007, em Genebra, Suíça.



Biblioteca Sala Verde

A Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão é uma das oito bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG) foi inaugurada no dia 28 de maio de 2007, desde então seu espaço físico está localizado no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG, na cidade do Rio Grande .

No ano de 2005, a FURG e o PPGEA foram contemplados no edital 1/2005 Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para abertura de uma Sala Verde. Projeto este que versa sobre o incentivo à implantação de espaços socioambientais pelo país e que teve como idealizadores na FURG a Prof^a Dr^a. Susana Inês Molon coordenadora do PPGEA, na época, e Prof. Dr. Cláudio Renato Moraes da Silva professor do curso de Biblioteconomia da FURG.

De acordo com o edital de implantação 01/2005 as salas verdes são espaços vinculados à uma instituição, pública ou privada, que se dedicam ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental tendo como missão disponibilizar, difundir e democratizar a informação ambiental (BRASIL, 2005, p. 5). As salas verdes vislumbram a socialização dos materiais distribuídos sobre o Meio Ambiente, produzidas e/ou fornecidas pelo MMA, através do Centro de Informação e Documentação (CID) bem como colaborar para a construção de um espaço que ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

A Sala Verde da FURG foi criada no ano de 2006, a partir do Ato Executivo nº 031/2006 com o objetivo de construir um espaço de articulação e prática de ações ambientais entre a universidade, a escola e a comunidade; “potencializar espaços, estruturas e iniciativas já existentes na FURG”; além do objetivo de abrigar o acervo da professora Judith Cortesão, bem como diversas outras obras, sobre a temática ambiental (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005). A biblioteca tornando-se uma biblioteca setorial do até então Núcleo de Informação e Documentação (NID), atual Sistema de Bibliotecas (SiB), conforme registros a inauguração oficial da biblioteca, data do dia 28 de maio de 2007 (LEMOS, 2008).

O acervo da Sala Verde da FURG é composto por material bibliográfico da extinta biblioteca do PPGEA; publicações editadas e distribuídas pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto Sala Verde; dissertações e teses defendidas no PPGEA; obras recebidas por compras realizadas pelo SiB/FURG; intercâmbios e doações, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase em Educação Ambiental, Ecologia, Meio Ambiente e Educação (DZIEKANIAK, 2014), além do acervo pessoal da Professora Dr^a. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado para FURG. A denominação da biblioteca se deu como uma forma de homenagem e reconhecimento à Professora Judith Cortesão levando em consideração a sua trajetória de vida e pela atuação profissional enquanto Educadora Ambiental (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 4).

A parte bibliográfica do acervo é gerenciada pelo sistema de administração de bibliotecas Argo e está organizada e disponível para a consulta pública na Biblioteca. A consulta ao acervo é de livre acesso, atendendo a comunidade acadêmica da FURG, a comunidade em geral e, especialmente, aos cursos de pós-graduação em Educação Ambiental.



Aceruo

O acervo doado por Judith Cortesão à Universidade, de acordo com o texto do projeto de implementação da Sala Verde Judith Cortesão, é formado por cerca de quatro mil itens (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p.7). Durante o processo de identificação preliminar, o acervo foi dividido em três categorias: acervo bibliográfico (livros, periódicos, teses, dissertações, CDs, DVDs, etc.); objetos museológicos; e acervo arquivístico (correspondências, projetos, fotografias, relatórios, currículo, documentos pessoais, etc.).

No que tange o acervo bibliográfico da professora Judith Cortesão é possível identificar e afirmar que o mesmo recebeu o devido tratamento, respeitando os princípios da biblioteconomia estando ele organizado, descrito e disponível para a consulta pública na base de dados Argo. Além disso, foi realizado no ano de 2014 o trabalho de digitalização de todas as capas e os sumários do acervo da Dr^a. Judith Cortesão (DZIEKANIAK, 2014) os mesmos podem ser acessados no momento da pesquisa também pela base de dados Argo. Segundo Machado (2016) os objetos que compunham o acervo foram doados ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME) que, por sua vez, encaminhou os materiais ao Museu Oceanográfico.

Entretanto, ao longo dos 14 anos desde a doação do acervo da Judith Cortesão à FURG e dos 10 anos desde a inauguração da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, não foi desenvolvido um trabalho que resultasse na consecução de ações de preservação, bem como: organização, descrição, difusão e uso do acervo documental, ficando o mesmo desassistido. Independentemente dos motivos pelos quais levaram o não tratamento do acervo, o fato origina uma relevante perda da memória coletiva e exclui dos pesquisadores e da comunidade em geral a possibilidade de acesso e uso dessa estimada fonte de pesquisa.

O montante do acervo arquivístico contém aproximadamente 7,23 metros lineares de documentos, em sua maioria, textuais. A ausência, aparente das características de ordenamento original estabelecido pela professora é natural, segundo Borges (2014, p. 29) “os arquivos pessoais costumam chegar às

instituições de custódia muito desordenados e cheios de lacunas” dessa forma não foi diferente com o acervo pessoal da professora Judith Cortesão.

Nesse sentido, é possível verificar que os tratamentos direcionados ao acervo da professora, ao longo desses anos, ocorreram de forma isolada entre si diante da divisão pré-estabelecida entre: acervo bibliográfico; objetos museológicos; e acervo arquivístico, divisão esta já mencionada. As ações desenvolvidas em vista ao tratamento do acervo deram prioridade para a preservação bibliográfica, ficando o acervo documental, por exemplo, desassistido o que resulta em uma perda significativa tanto para a universidade, enquanto instituição custodiadora, que não engendrou ações para o tratamento documental, como para a comunidade de pesquisadores que não possui acesso a estas fontes documentais.



Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão

Este estudo teve como ponto de partida, auxiliar no tratamento total do acervo acumulado pela professora Judith Cortesão, doado á universidade. Dessa forma, buscou-se compor um perfil de aplicação, com os metadados para descrever o acervo investigado, como proposta de ferramenta de curadoria digital uma vez que a mesma destina-se as atividades de seleção, enriquecimento, tratamento e preservação da informação de natureza tanto científica e administrativa como pessoal para o seu acesso e uso futuro.

Os perfis de aplicação são construídos para atividades específicas de investigação, no caso dessa pesquisa, para representar os principais conceitos e as relações entre o acervo bibliográfico e o acervo arquivístico da professora Judith Cortesão. Desta maneira, este instrumento denominado “Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)” reúne metadados selecionados e combinados para garantir uma descrição precisa.

Para a seleção dos termos foram analisados os elementos da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISDA(G)), norma esta de descrição arquivística presentes na plataforma AtoM³ (acrônimo para Access to Memory), que fornece orientação para descrição de fundos e suas partes componentes; e os elementos do conjunto de metadados do Argo, utilizado para gerenciar e descrever os materiais pertencentes ao acervo do SiB.

Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G)

A descrição arquivística é uma tarefa aplicada em arquivos permanentes, destinada para a representação de uma unidade documental através da extração, análise, organização e registro de informação, com o objetivo de “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). Em 1994, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou o primeiro trabalho

³ <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>

consolidado, a norma internacional denominada de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)). “Esta norma contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

O modelo ISAD(G) apresenta 26 elementos de descrição distribuídos em 7 áreas sendo elas: (1) Área de identificação; (2) Área de contextualização; (3) Área de conteúdo e estrutura; (4) Área de condições de acesso e de uso; (5) Área de fontes relacionadas; (6) Área de notas; e (7) Área de controle da descrição. Porém, somente alguns elementos são considerados obrigatórios, essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva são eles: “a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data(s); e) dimensão da unidade de descrição; e f) nível de descrição” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 13).

Figura 1 – Áreas de informação e elementos de descrição da ISAD(G)

ÁREAS DE INFORMAÇÃO	ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO Destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição.	1.1 Código(s) de referência 1.2 Título 1.3 Data(s) 1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte
2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO Destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição.	2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) 2.2 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística 2.4 Procedência
3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA Destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição.	3.1 Âmbito e conteúdo 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo
4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO Destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição.	4.1 Condições de acesso 4.2 Condições de reprodução 4.3 Idioma 4.4 Características físicas e requisitos técnicos 4.5 Instrumentos de pesquisa
5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS Destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição.	5.1 Existência e localização dos originais 5.2 Existência e localização de cópias 5.3 Unidades de descrição relacionadas 5.4 Nota sobre publicação
6 ÁREA DE NOTAS Destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas.	6.1 Notas
7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO Destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.	7.1 Nota do arquivista 7.2 Regras ou convenções 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com o CIA (2000) este conjunto de regras gerais para a descrição arquivística faz parte de um processo que visa, exatamente, assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a

troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; bem como tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

Conjunto de metadados do Sistema de Administração de Bibliotecas Argo

Os primeiros modelos de catálogos registrados pela história já assumem um compromisso com o desenvolvimento de padrões básicos de organização, preparação e estruturação da descrição dos itens de seus acervos. Porém, somente nas últimas décadas, com desenvolvimento dos recursos computacionais, com aumento da produção bibliográfica e conseqüentemente com o crescimento do campo informacional foi possível pensar nos catálogos como instrumentos mais eficazes para processar e transmitir a informação de maneira padronizada.

O Sistema de Administração de Bibliotecas Argo foi desenvolvido na própria universidade pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) em conjunto com um grupo de bibliotecários do SiB e está em atividade desde de o ano de 2009. O desenvolvimento do Argo visava a implantação de um sistema de informatização de Bibliotecas que atendesse as necessidades essenciais aos serviços oferecidos por suas bibliotecas à comunidade acadêmica.

O Argo foi desenvolvido em linguagem Hypertext Preprocessor (PHP), o servidor é o web livre Apache que é compatível com o protocolo HyperText Transfer Protocol (HTTP), o sistema operacional, em que o software funciona, é o Linux versão Gentoo e o formato adotado, em seu desenvolvimento, para descrição foi o da Catalogação Legível por Computador (CALCO). O padrão de descrição estabelecido serve, ou até mesmo é comum, a qualquer tipo de material. A seguir são exibidas as áreas e os elementos de descrição do Ago.

Figura 2 – Áreas e elementos de descrição no Argo

ÁREAS	ELEMENTOS
1 Área do título e da indicação de responsabilidade	1.1 Título principal 1.2 Título equivalente 1.3 Outras informações sem título 1.4 Indicação/responsabilidade
2 Área da edição	2.1 Indicação de edição 2.2 Indicação/responsabilidade relativa à edição 2.3 Edições subsequentes
3 Área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação) Esta área não é usada para monografias, como livros, folhetos e folhas soltas impressas	
4 Área da publicação, distribuição, etc.	4.1 Lugar de publicação, distribuição, etc. 4.2 Nome do editor, distribuidor, 4.3 Data da publicação, distribuição, 4.4 Lugar de impressão 4.5 Nome do impressor 4.6 Data de impressão
5 Área da descrição física	5.1 Extensão 5.2 Ilustrações 5.3 Material adicional
6 Área da série	6.1 Título principal da série 6.2 Título equivalente/série 6.3 Indicação/responsabilidade/série 6.4 Numeração da série
7 Área das notas	7.1 Todas as notas julgadas necessárias
8 Área do número normalizado (ISBN)	8.1 ISBN – utilizar sem espaços e sem travessão

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dando continuidade a apresentação do Argo, a seguir é exposto o seu extenso conjunto de elementos de metadados, para uso na descrição de recursos.

Figura 3 – Campos de descrição do Argo

Campo	Descrição	Campo	Descrição
///	Capa	362	Datas de Publicação
///	Número da Obra	440	Título da série
///	Bibliotecas	500	Notas gerais
///	Chamada	504	Nota de Bibliografia
///	Tipo de Obra	505	Nota de conteúdo
///	Status do Exemplar	510	Nota de indexação
///	Data Inclusão	520	Notas Analíticas
///	Data Alteração	540	Notas de Ligação
005	Idioma	541	Tipo de Aquisição
002	Data de edição	550	Nº de Padronização
020	ISBN (International Standard Book Number)	555	Nota de índice
022	ISSN (International Standard Serial Number)	580	Nota de Ligação Complexa de Entrada
100	Autor pessoal	700	Secundárias de autor
110	Autor Entidade Coletiva	710	Secundária entidade coletiva
111	Autor Eventos	711	Secundária para evento
130	Título Uniforme	730	Secundárias de Título
210	Título Abreviado	800	Secundárias de Série - Autor
222	Título - Chave (CCN)	840	Secundárias de Série - Título
245	Título / responsabilidade	856	Nota de acesso eletrônico
246	Forma variante do título	873	Tesouro
247	Título anterior	874	Descritores
248	Título Fictício	875	Termos livres
250	Edição	901	Tipo de material
260	Imprensa (Local, Editora e Data)	902	Forma Literária
270	Endereço do periódico	910	Sigla da biblioteca
300	Descrição física	911	Classificação
310	Periodicidade Corrente	954	Nº do Documento na Instituição
321	Periodicidade anterior		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De posse do conhecimento acerca das principais características, funções e elementos da norma ISAD(G) e do conjunto de metadados do Argo é válido salientar que a recuperação e o acesso à informação representam funções essenciais na atualidade dos arquivos e das bibliotecas, porém para o êxito das mesmas tanto a descrição arquivística quanto a catalogação descritiva precisam levar em

consideração uma série de normas, padrões, formatos e protocolos aprovados por comissões competentes.

Quadro de equivalência entre a ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo

De modo a relacionar a compatibilidade entre os elementos da norma ISAD(G) e o do conjunto de metadados do Argo, foi elaborado um trabalho de equivalência para determinar as possíveis correspondências entre os elementos. O mapeamento realizado abrange as correspondências, e as lacunas existentes entre a ISAD(G) e os do conjunto de metadados do Argo.

Nesse sentido, foram arrolados no quadro primeiramente todos os elementos de descrição da norma e a partir de então cada campo do conjunto de metadados do Argo foi analisado de modo a identificar as equivalências existentes. Sendo assim, dos 26 elementos de descrição da ISAD(G) não foi possível encontrar equivalência dos elementos 1.4 Nível de descrição; 4.2 Condições de reprodução; 4.5 Instrumentos de pesquisa; e 5.4 Nota sobre publicação para com os campos do Argo.

No entanto, apesar de não haver equivalência exata entre todos os elementos da ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo é importante levar em consideração o alto índice de prováveis equivalências a que o trabalho intelectual chegou. Além disso, é possível observar que existem correspondências idênticas entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo como nos elementos de descrição 1.2 Título; 1.3 Datas; e 4.3 Idioma, não havendo, nestes, maior necessidade de interpretação dos campos.

Observou-se, na análise comparativa, que determinados elementos da ISAD(G) correspondem a mais de um campo do Argo como os elementos 1.5 Dimensão e suporte; 2.1 Nome(s) do(s) produtor(es); e 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões), assim como um único campo do Argo corresponde a mais de um elemento de descrição da ISAD(G).

Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC)

O Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão (PAAJC) foi projetado para fornecer elementos necessários para representar tanto o acervo bibliográfico como acervo documental da professora Judith. O PAAJC reúne um total de vinte e cinco (24) elementos de descrição, sendo treze (12) destes combinados entre a norma ISAD(G) e o conjunto de metadados do Argo; quatro (4) elementos com conceitos considerados iguais entre a ISAD(G) e o Argo sendo eles: Título, Data, Idioma e Notas; cinco (5) elementos exclusivos da ISAD(G) sendo eles: Nível de descrição, Sistema de arranjo, Condições de reprodução, Características físicas e requisitos técnicos, e Regras ou convenções; e por fim três (3) elementos acrescentados do formato Comma Separated Values (CSV)⁴ combinados com elementos do Argo referente aos pontos de acesso da unidade descrita.

O perfil de aplicação contempla elementos de descrição de ordem de identificação; contexto; conteúdo e estrutura; condições de acesso e uso; fontes relacionadas; notas; e controle da descrição todos previstos pela norma ISAD(G) além de elementos referentes aos pontos de acesso, para identificação e localização de uma descrição arquivística.

Existiram casos em que os elementos de descrição encontraram compatibilidade total bem como parcial entre o conjunto de metadados do Argo e a norma ISAD(G), nos casos de compatibilidade parcial no quadro do PAAJC foram apresentadas ambas as definições a fim de indicar os pontos de convergência e consequentemente justificar o trabalho intelectual de levantamentos equivalências entre os elementos. A preferência pelos descritores da ISAD(G), para compor o perfil de aplicação, justifica-se pela proposta de uso da plataforma AtoM para descrição do acervo da professora.

⁴ O CSV é um formato simples para representar uma matriz retangular (matriz) de valores numéricos e textuais. É um formato de dados delimitado que possui campos / colunas separados pelo caractere de vírgula. Disponível em: <<https://www.loc.gov>>. Acesso em 26 mar. 2018.

Quadro 1 – Elementos do Perfil de Aplicação Acervo Judith Cortesão

ELEMENTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
<i>ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</i>		
ISAD(G): Código(s) de Referência	Identifica de maneira específica a unidade de descrição e estabelece uma ligação com a descrição que a representa.	RG001044548
Argo: Número da Obra	Apresenta o número de controle atribuído pela instituição que cria, utiliza ou distribui o registro.	
Título	Nome atribuído a unidade de descrição.	Jureia: a luta pela vida = der kampf ums uberleben
Data(s)	Data(s) da unidade de descrição.	1989
ISAD(G): Nível de Descrição	Identifica o nível de organização da unidade de descrição.	Item
ISAD(G): Dimensão e Suporte	Registra a dimensão da unidade de descrição indicando o número de unidades físicas ou lógicas.	133 p. : il. color. / Livro
Argo: Descrição física / Tipo de material	Registra a extensão, outros detalhes físicos, dimensões e material adicional de um item, além do tipo de material descrito.	
<i>ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</i>		
ISAD(G) Nome(s) do(s) Produtor(es)	Identifica o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição.	Cortesão, Judith

Argo: Autor	Identifica o responsável ou os responsáveis, pessoas ou entidades, que de alguma forma participaram da criação do conteúdo do item.	
ISAD(G): Procedência Argo: Tipo de Aquisição	Registra a origem a partir da qual a unidade de descrição foi adquirida e a data e/ou forma de aquisição, se nenhuma dessas informações for confidencial. Este campo informa a fonte imediata de aquisição do material descrito.	No ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dra. Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado por ela, ainda em vida.
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
ISAD(G): Âmbito e Conteúdo Argo: Nota de Conteúdo	Fornece, de acordo com o nível de descrição, um sumário do âmbito (como período de tempo e localização geográfica) e conteúdo (como formas dos documentos, assuntos, processos administrativos) da unidade de descrição. Títulos de obras separadas ou partes de um item ou, ainda, o sumário da obra. O campo pode conter, também, indicações de responsabilidade e números de volumes ou outras designações sequenciais.	Editora Index, Rio de Janeiro, 1989. Livro que reúne imagens dos fotógrafos Araquem de Alcântara, Haroldo Palo Jr., Zig Koch e Fausto Pires de Campos, com textos de Judith Cortesão, sobre a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, situada no litoral sul do Estado de São Paulo. Apresenta a riqueza da fauna e da flora dessa região e mostra os esforços de ambientalistas e da população local para impedir a instalação de usinas nucleares e a especulação imobiliária na região e criar uma estação ecológica no local.
ISAD(G): Sistema de Arranjo	Descreve a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição.	A coleção está organizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal - CDU
ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO		
ISAD(G): Condições de Acesso	Fornecer informação sobre o estatuto legal ou outros regulamentos que restrinjam ou afetem o acesso à unidade de descrição.	Deteriorado(6) Local (1)

Argo: Status dos Exemplares	<p>_____</p> <p>Fornece uma lista de status, no qual cada um determina a condição de acesso aos exemplares.</p>	
ISAD(G): Condições de Reprodução	Identifica quaisquer restrições quanto à reprodução da unidade de descrição.	As solicitações de reproduções poderão ser feitas diretamente na unidade custodiadora, respeitando os direitos autorais da obra e as regras específicas das unidades.
Idioma	Registra os o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita dos documentos contidos na unidade de descrição.	Português Alemão
ISAD(G): Características Físicas e Requisitos Técnicos	Fornece informação sobre quaisquer características físicas ou requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição.	Livro impresso
ISAD(G): Instrumentos de Pesquisa	<p>Informa quaisquer instrumentos de pesquisa de que a instituição custodiadora ou o produtor dos documentos possa dispor, que forneçam informações relativas ao contexto e conteúdo da unidade de descrição. Se for o caso, informar onde obter uma cópia.</p> <p>_____</p> <p>Informação sobre disponibilidade de índices cumulativos e ou instrumentos de pesquisas cujo o único ou principal enfoque é o material descrito.</p>	https://argo.furg.br/?RG001044548
Argo: Nota de Índice		
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS		
ISAD(G): Existência e Localização dos Originais	Se o original da unidade de descrição estiver disponível (seja na instituição custodiadora ou em outro lugar), registre sua localização, bem como quaisquer números de	Sala Verde: 502.7 / C828j

<p>Argo: Chamada</p>	<p>controle significativos. Se os originais já não existirem, ou sua localização for desconhecida, forneça essa informação.</p> <hr/> <p>Número de chamada local.</p>	
<p>ISAD(G): Existência e Localização de Cópias</p> <p>Argo: Chamada</p>	<p>Se houver cópia disponível da unidade de descrição (seja na instituição custodiadora ou em outro lugar), registre sua localização, bem como quaisquer números de controle significativos.</p> <hr/> <p>Número de chamada local.</p>	<p>Sala Verde: 502.7 / C828j</p>
<p>ISAD(G): Unidades de Descrição Relacionadas</p> <p>Argo: Nota de Ligação Complexa de Entrada</p>	<p>Registre informação sobre unidades de descrição existentes na mesma instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) associação(ões). Forneça uma introdução apropriada, explicando a natureza da relação.</p> <hr/> <p>Nota que representa uma ligação complexa entre o documento que está sendo catalogado e outros documentos.</p>	<p>Existe aproximadamente 7,23 metros lineares de documentos, em sua maioria, textuais que complemento o acervo doado pela Professora Judith Cortesão o mesmo encontra-se sob a custódia provisória do Arquivo Geral para a elaboração do quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso.</p>
<p>ISAD(G): Nota Sobre Publicação</p> <p>Argo: Nota de Indexação</p>	<p>Registra uma referência e/ou informação sobre uma publicação que seja sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição.</p> <hr/> <p>O campo contém notas de citações ou referências para descrições bibliográficas de publicações ou revisões de um documento. É utilizado para determinar onde um documento foi citado ou revisado.</p>	<p>Tanto o livro impresso, quanto o original datilografado da obra "Juréia, a luta pela vida" fazem parte do acervo de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.</p>

<i>ÁREA DE NOTAS</i>		
Notas	Registra informação especializada ou outra informação importante não pertinente a nenhum dos elementos de descrição definidos.	Acervo Judith Cortesao reg.001143 a reg.001149
<i>PONTOS DE ACESSO</i>		
CSV: Pontos de acesso - Assuntos	Registra os termos de um vocabulário usados como pontos de acesso de uma unidade de descrição.	Meio ambiente físico Proteção do ambiente Reservas naturais Conservação da natureza Brasil
Argo: Descritores	Termos extraídos de um vocabulário controlado (Tesaurus Spines) a fim de representar os assuntos principais da obra.	
CSV: Pontos de acesso – Locais	Registra a localização geográfica usada como pontos de acesso de uma unidade de descrição.	Rio de Janeiro
Argo: Local	Subcampo do campo 260 do Argo que registra o local de publicação da obra.	
CSV: Pontos de acesso – Nomes	Registra um nome pessoal utilizado como assunto atribuído a unidade de descrição.	Alcantra, Araquem de Palo Junior, Haroldo Koch. Zig Campos, Fausto Pires de
Argo: Secundárias de autor	Entrada secundária para nomes pessoais que não tenham sido adotados como entrada principal, por exemplo, colaboradores, editores, tradutores das obras.	
<i>ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</i>		
ISAD(G): Regras ou Convenções	Registra as regras ou convenções internacionais, nacionais e/ou locais seguidas na preparação da descrição.	Descrição elaborada de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2) – Controle de vocabulário realizado através do uso do Tesouro Spines e a classificação foi realizada de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal – CDU.

ISAD(G): Data(s) da(s) Descrição(ões)	Registra a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada. _____	22/03/2007
Argo: Data Inclusão	Registra a data da descrição do material.	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Orientações gerais

Em caráter ilustrativo foi criada a descrição para a obra “Juréia: a luta pela vida” de autoria da professora Judith, pertencente ao seu acervo pessoal, a fim de orientar quanto ao uso do perfil de aplicação elaborado. Dessa forma, mantendo sempre o objetivo na interoperabilidade de dados, os mesmos foram extraídos do sistema Argo.

Para compor o PAAJC foram selecionados os seis (6) elementos de descrição considerados, pela ISAD(G), essenciais para o intercâmbio como: código de referência; título; produtor; data(s); nível de descrição; e dimensão da unidade de descrição. São todos **elementos de identificação** exceto o elemento “produtor” da área de contextualização, que identifica a(s) pessoa(s) ou organização(ões) responsável(is) pela produção, acumulação ou manutenção das unidades de descrição.

Foram acrescentados ao perfil os **elementos de ordem de contextualização**: *Procedência*, no qual registra a origem da aquisição da unidade de descrição. **Elementos de ordem de conteúdo e estrutura**, como: *Âmbito*, no qual descreve períodos de tempos e localizações geográficas; *Conteúdo*, no qual registra os assuntos da unidade de descrição; e *Sistema de arranjo*, no qual registra a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo adotado para descrever a unidade de descrição. **Elementos de ordem de condição de acesso e uso**, como: *Condições de acesso* que fornece informação quanto o acesso à unidade de descrição; *Condições de reprodução* que identifica quaisquer restrições quanto à reprodução da unidade de descrição; *Idiomas*, que registra o idioma contido na unidade de descrição; *Características físicas* que informa quaisquer características físicas ou

requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição; e *Instrumentos de pesquisa* que identifica quaisquer instrumentos de pesquisa que forneça informações relativas ao contexto e conteúdo da unidade de descrição.

Seguindo o perfil de aplicação, foram selecionados **elementos de ordem de fontes relacionadas**, como: *Existência e localização dos originais e cópias*, que identifica a existência e registra a localização dos originais e cópias da unidade de descrição, se houverem, seja na instituição custodiadora ou em outro lugar; *Unidades de descrição relacionadas* que registra informação sobre unidades de descrição existentes na mesma instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas; e *Nota sobre publicação* que registra uma referência e/ou informação sobre uma publicação que seja sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição.

Existem ainda os **elementos de ordem das notas**, no qual registra informação especializada ou outras informações importantes não pertinentes a nenhum dos elementos de descrição definidos. **Elementos de ordem de controle e descrição**, como: *Regras ou convenções*, no qual registram as regras ou convenções de cunho internacionais, nacionais e/ou locais adotadas na preparação da descrição; e *Data(s) da(s) descrição(ões)*, no qual registra a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada. Além desses, o PAAJC é acrescido de **elementos de ordem de pontos de acesso**, no qual registram termos de um vocabulário, localização geográfica e nome pessoal, usados como pontos de acesso para recuperar as unidades de descrição existentes na base.

Para fins de esclarecimento o elemento “História administrativa/Biografia” não faz parte do perfil de aplicação, uma vez que o PAAJC baseia-se no trabalho de conversão e importação dos dados já descritos no sistema Argo e como bem apresentado o nível de organização da unidade de descrição utilizada como exemplo está no nível item documental o que significaria fornecer a história administrativa ou dados biográficos do(s) produtor(es) da unidade de descrição de cada item descrito. No que tange o elemento “História arquivística”, o mesmo não foi selecionado para fazer parte do PAAJC, levando em consideração o cenário de doação do acervo pessoal da professora Judith, uma vez que a própria norma ISDA(G) orienta que quando a unidade de descrição for adquirida diretamente do produtor, não registrar a história arquivística e sim registrar esta informação como *Procedência*.

Quanto ao elemento “Avaliação, eliminação e temporalidade”, o mesmo fornece informação sobre qualquer ação relativa à avaliação, seleção e eliminação; no entanto, o acervo da professora trata-se de conjuntos de documentos que não são passíveis desses processos, por serem de guarda permanente. Referente ao elemento “Incorporações”, o mesmo informa o usuário sobre acréscimos previstos à unidade de descrição, porém o acervo pessoal da professora possui características de fundo fechado. Já o elemento “Nota do arquivista”, não foi selecionado, por não ser considerada dispensável a identificação individual dos profissionais que prepararam a descrição, uma vez que trata-se de um acervo extenso no qual provavelmente haverá uma equipe, como um todo, envolvida na atividade de descrição.

O PAAJC trata-se de um conjunto de elementos de dados aperfeiçoados, para uma aplicação específica, ou seja, para a descrição total do acervo pessoal da professora Judith Cortesão. Os elementos foram extraídos e combinados, como já apresentados, da norma ISAD(G), do conjunto de metadados do Argo e do formato CSV com o intuito de manter certo grau de interoperabilidade, permitindo o compartilhamento de informações de forma eficiente.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental. **Projeto Sala Verde**: edital 01/2005. Brasília, DF, 2005.

CARLOS HUMBERTO T.D.C., O Brasil na Antártida. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1608, p. 4-10, 12 fev. 1983.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Relatório de gestão 2012**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2012-sala-verde-judith-corteso-furg-19978563>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Relatório de gestão 2014**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2014-salaverde-da-furg>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Contrato de pessoal por tempo determinado**. Rio Grande, 1994.

_____. **Pró-Reitoria Administrativa**. MEMO No. 083/01 – PROAD. Rio Grande, 2001.

_____. **Sala Verde Judith Cortesão**: articulação e implementação de ações entre universidade, escola e comunidade – edital 1/2005/Ministério do Meio Ambiente. Rio Grande, 2005.

LEMOS, Alessandra Vieira. **Relatório de gestão 2007/2008**. Rio Grande, 2008. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2007-sala-verde-judith-corteso-furg>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MACHADO, Vania da Costa. **Memórias em arquivos pessoais**: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Vania-da-Costa-Machado.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

NILSSON, Mikael; BAKER, Thomas; JOHNSTON, Pete. **The Singapore Framework for Dublin Core Application Profiles**. 2008. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/singapore-framework/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

ANEXO A - PEDIDO VIA E-SIC

Dados do Pedido

Protocolo	23480015167201691
Solicitante	Raquel Siegel Barcellos
Data de Abertura	23/08/2016 14:42
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Prazo de Atendimento	12/09/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Termo de doação do acervo pessoal da Professora Judith Cortesão para a Universidade Federal do Rio Grande
Detalhamento	Boa tarde,

Como é de conhecimento público no ano de 2003, a Universidade Federal do Rio Grande recebeu a doação do acervo pessoal da Professora Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado à FURG por ela, ainda em vida. Em 2005, a Universidade, juntamente com o seu Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), foram contemplados no Edital 1/2005 do Ministério do Meio Ambiente para a implantação de uma Sala Verde, com isso foi criada no ano de 2006 a então Biblioteca Setorial Sala Verde Judith Cortesão e no ano de 2007 a mesma foi inaugurada. O acervo este é de aproximadamente quatro mil itens composto por diversos tipos de materiais, conforme os registros encontrados.

Sou Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria e como parte de minha pesquisa em acervo pessoais, em instituições, necessito de informações quanto ao termo de doação do material recebido pela Universidade, assim como a cópia do mesmo.

Atenciosamente.

Dados da Resposta

Data de Resposta 29/09/2016 14:46
 Tipo de Resposta Acesso Concedido
 Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Boa Tarde, Raquell!

Estamos oferecendo os dados, a partir da Dissertação, pois efetivamente o termo de doação do material da Profª Dra Maria Judith Cortesão não se encontra na FURG.

Desde já agradecemos sua participação e informamos que você tem dez dias para recurso.

A Dissertação é de:

VANIA DA COSTA MACHADO

O título é:

Memórias em arquivos pessoais: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal

Este é a parte que trata do material:

"Tendo em vista a não concretização da Casa dos Povos Judith Cortesão, Marcelo Ferraz aponta a transferência do acervo da professora Judith Cortesão para a FURG como o mérito do movimento

empreendido: "uma coisa boa foi que a gente tirou a biblioteca de lá, de uma casinha na serra que 'tava' mofando, com humidade, e foi pra universidade, então isso, pelo menos, foi um destino bom" (informação verbal)[1].

O acervo foi transferido para Rio Grande, onde permaneceu encaixotado, sem destinação até 2005, quando, por iniciativa da professora Dr.ª Susana Inês Molon, então Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da referida Universidade, foi elaborado o projeto e criação da Sala Verde Judith Cortesão.

Segundo o edital de implantação 01/2005, as Salas Verdes são "espaços interativos de informação, formação e ação socioambientais", dedicadas à consecução de "projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental", tendo como eixo central a "democratização do acesso à informação ambiental", estando, necessariamente, vinculados a uma instituição pública ou privada (BRASIL, 2005, p. 5). O Projeto Sala Verde foi concebido pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental, e o primeiro edital para implantação desses espaços foi publicado no ano de 2000.

Segundo a professora Susana Inês Molon[2], coordenadora do PPGEA entre os anos 2005 e 2006, a criação da Sala Verde Judith Cortesão deu-se a partir da confluência de dois fatores: por um lado, a abertura, pelo Ministério do Meio Ambiente, do edital para implantação de novas Salas Verdes no país e, com isso, a oportunidade de instalação de uma Sala Verde junto ao PPGEA; e de outro, o fato de que, com a não efetivação da Casa dos Povos Judith Cortesão, o acervo da professora, após terem se passado cerca de dois anos desde a sua transferência e doação à FURG, ainda não havia recebido uma destinação adequada, encontrando-se acondicionado de forma inapropriada e indisponível para acesso. Como destaca a professora Susana Molon[3], foi a união entre a demanda por um espaço que abrigasse esse acervo e a possibilidade de viabilização desse espaço, através da implementação de uma Sala Verde, além da oportunidade de homenagear a "trajetória de vida e atuação profissional da Educadora Ambiental", que levaram a criação da Sala Verde Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 4).

O projeto de implantação da Sala Verde Judith Cortesão foi selecionado pelo Ministério do Meio Ambiente em julho de 2005, sendo coordenado pela professora Susana Inês Molon, tendo o professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva como responsável pelo tratamento técnico e disponibilização do acervo de Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005).

No ano de 2006, a partir do Ato Executivo nº 031/2006, a Sala Verde Judith Cortesão tornou-se uma biblioteca setorial do Núcleo de Informação e Documentação (NID), atual Sistema de Bibliotecas. A biblioteca, localizada no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG (Figuras 2, 3 e 4), foi efetivamente inaugurada em 28 de maio de 2007, portanto, poucos meses antes do falecimento da professora Judith Cortesão[4], e passou a denominar-se, então, Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2006; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016c).

O acervo da professora Judith Cortesão é constituído por cerca de quatro mil itens de diversas tipologias (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005). Durante o processo de organização, o acervo foi dividido em três categorias: acervo bibliográfico (livros, periódicos, teses, dissertações, CDs, DVDs, etc.), objetos e acervo arquivístico (correspondências, projetos, fotografias, relatórios, currículo, documentos pessoais, etc.). A parte bibliográfica do acervo está organizada e disponível para a consulta pública na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão. Os objetos que compunham o acervo, juntamente com alguns documentos, foram doados ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME) que, por sua vez, encaminhou os materiais ao Museu Oceanográfico da FURG, conforme documentação obtida no NUME (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2008)."

Responsável pela Resposta Professor

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Gabinete da Reitora

Prazo Limite para Recurso 10/10/2016

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Educação

Subcategoria do Pedido Educação superior

Número de Perguntas 1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
23/08/2016 14:42	Pedido Registrado para o Órgão FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande	SOLICITANTE
29/09/2016 14:46	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO B – NOTÍCIA SOBRE A PARCERIA ENTRE SIB E ARQUIVO



The screenshot shows the homepage of the Universidade Federal do Rio Grande (FURG). At the top, there is a navigation bar with links for Ouvidoria, Processo Seletivo, Matrículas, Telefones, Sistemas, and Webmail. Below this is a banner image of a campus scene with the text 'Revilhão 4 do Campus Carreiros'. The FURG logo and name are prominently displayed in the center. A search bar is located on the right side of the header. On the left, there is a sidebar menu with categories like 'Acesse' and 'Serviços', listing various university services. The main content area features a news article titled 'SIB e Arquivo Geral da FURG se unem para preservar acervo de Judith Cortesão', dated 21/03/2017. The article text describes the acquisition of a personal collection by the university and the plan to preserve it through a partnership between the SIB and the General Archive.

Acesse

- Acesso à Informação
- Sisu - FURG
- Processo Seletivo de Ocupação de Vagas Ociosas
- Ensino
- Pesquisa
- Extensão
- Educação a Distância
- PPI - PDI
- Política de Comunicação
- Política Ambiental
- Avaliação Institucional
- Concursos / Seleções
- Biblioteca
- Fale conosco

Serviços

- Estudantes
- Professores
- Técnico-administrativos
- Utilidades
- WebMail
- Repositório Institucional
- Calendário Universitário
- Guia Acadêmico

Notícias << Voltar

21/03/2017 - 181 acessos

SIB e Arquivo Geral da FURG se unem para preservar acervo de Judith Cortesão

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) recebeu, em 2005, o acervo pessoal da cientista e ambientalista Judith Cortesão. Neste mesmo ano, foi contemplada no edital do Ministério do Meio Ambiente para implantação de uma Sala Verde. Inaugurada em 2007, a Sala Verde Judith Cortesão transformou-se na Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental e, entre outros acervos, reúne centenas de livros e documentos das diversas áreas do conhecimento nas quais a cientista trabalhou e pesquisou. O acervo documental receberá um tratamento importante para a preservação, a partir de parceria entre duas unidades da FURG, o Sistema de Bibliotecas (SIB) e o Arquivo Geral.

Esse trabalho será possível pelo projeto de Mestrado da bibliotecária do SIB Raquel Barcellos, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O projeto consiste na cedência provisória do acervo documental para o Arquivo Geral. Será elaborado o quadro de arranjo, ordenação, higienização do acervo e acesso, respeitando os preceitos arquivísticos. Posteriormente, o acervo será devolvido à Sala Verde, que vai gerenciar o material e torná-lo acessível à consulta pública, como já ocorre com o acervo bibliográfico da professora.

Conforme a mestranda Raquel Barcellos, o acervo bibliográfico de Judith Cortesão já recebeu tratamento, mas não havia oportunidade nem espaço físico para tratar os documentos contidos no acervo – rascunhos e anotações de livros, documentos pessoais, currículos, entre outros. Hoje, é possível separar e iniciar o trabalho. O carregamento e o transporte do material para o Arquivo Geral já foi concluído. O projeto tem a colaboração da coordenadora do Arquivo Geral Andrea Santos, da arquivista Greta Dotto e da técnica em restauração Ângela Macalossi.

Fonte: https://www.furg.br/index.php?id_noticia=29475

ANEXO C – MEMORANDO DE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DO ACERVO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SISTEMA DE BIBLIOTECAS - SiB



Tel/Fax: (53) 3233-6675 – E-mail: sib.direcao@furg.br

Mem. 14/2017-SiB

Em 03 de fevereiro de 2017.

Para: Andrea Gonçalves dos Santos
Coordenadora do Arquivo Geral
Coordenação de Arquivo Geral/FURG

Assunto: Tratamento, higienização e descrição do acervo arquivístico da Professora Judith Cortesão (biblioteca Sala Verde)

Prezada coordenadora,
como previamente acertado, formalizamos por meio deste, a cedência temporária para tratamento arquivístico, relativos ao acervo documental de Judith Cortesão. São aproximadamente 7,23 metros lineares de documentos, que encontram-se na biblioteca Sala Verde (FURG/Campus Carreiros - Centro de Convivência). Desde já agradecemos a disponibilidade.

Atenciosamente,

CLÉRISTON RIBEIRO RAMOS
Diretor do Sistema de Bibliotecas